

Reflexões sobre a origem dos Rocha dos Aguiã, dos Calheiros e dos Jácome

Manuel Abranches de Soveral

I Os Rocha das quintas de Mou e Vilela, em St^a M^a Madalena (Paredes)

Em Aguiar de Sousa (antigo nome do concelho de Paredes) e Arrifana de Sousa (antigo nome da freguesia de Penafiel¹) casaram nos finais do séc. XVI dois irmãos: João da Rocha e António da Rocha.

O primeiro, João da Rocha, nasceu cerca de 1565 e faleceu a 21.8.1631 em Penafiel.² Foi senhor da quinta da Mó, em St^a Maria Madalena (Paredes), onde vivia em 1595, sendo escrivão.³ Com efeito, foi tabelião do público e escrivão das apelações de Penafiel e escrivão dos órfãos de Aguiar de Souza, por dois anos ou enquanto durasse o impedimento do proprietário dos ofícios, por carta de D. Filipe I de 22.4.1591.⁴ A 11.2.1605, sendo referido como morador em Arrifana de Sousa, por morte, sem filhos, do anterior titular dos ofícios Gonçalo Vieira, D. Filipe II nomeou-o definitivamente escrivão do judicial, apelações e almotaçaria do concelho de Penafiel, tendo em conta a sua qualidade e o bom desempenho anterior, bem assim como por ter dado alojamento em Penafiel às tropas reais quando elas por lá

¹ Desde 1385 que a freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa foi cabeça do concelho de Penafiel. Foi feita vila a 7.10.1741 e a partir de 1770 passou a chamar-se também Penafiel, como o concelho.

² Os baptimos, casamentos e óbitos referidos neste artigo constam todos dos assentos paroquiais das respectivas freguesias, na cronologia correspondente e na sequência certa, pelo que me abstenho de os referenciar, salvo quando não é esse o caso. No assento de óbito de João da Rocha, muito sucinto como os demais desta época na freguesia, diz-se que fez testamento e teve um ofício de 15 padres.

³ A primeira vez que o documento nos paroquiais como "*escrivão deste concelho*" é a 14.4.1595, quando foi testemunha de um casamento em Castelões de Cepeda (Paredes). Aguiar de Sousa era o nome do actual concelho de Paredes.

⁴ CFI, 16, 422. Nesta carta é referido como João da Rocha, escrivão, pelo que dá ideia que já desempenharia este cargo, mas não há nomeação anterior, salvo a de um João da Rocha que foi nomeado escrivão das sisas de Santo Estêvão e do couto da Correlhá a 3.12.1586 (CFI, 11, 259v e 260). Mas não deve tratar-se do mesmo, pois o João da Rocha em epigrafe teria 19 anos em 1586.

passaram.⁵ João da Rocha casou⁶ com Catarina Rebello⁷, falecida a 22.9.1635 em Penafiel.

João da Rocha e sua mulher Catarina Rebello foram pais de Manuel Rebello Barbosa, baptizado a 24.9.1596 em St^a M^a Madalena e falecido a 21.4.1656 em Penafiel, que foi proprietário dos ofícios de recebedor geral das sisas e depositário dos bens de raiz e da sisa do concelho de Penafiel de Sousa, com 16.000 reais de ordenado anual, por mercê de D. Filipe III de 11.4.1630⁸, cargos que desempenhou durante 22 anos.⁹ Casou a 21.6.1619, ib, com Maria Correa de Sequeira¹⁰, nascida cerca de 1600, ib, e falecida a 15.9.1645, ib, sobrinha do Licenciado Simão Correa de Carvalhais, cura de S. Tiago de Subarrifana (Penafiel), e sobrinha-neta do Licenciado Gaspar Fernandes Correa¹¹, reitor de S. Martinho de Arrifana de Sousa.

De Manuel Rebello Barbosa e sua mulher Maria Correa de Sequeira foi filho único Gaspar Rebello

⁵ CFII, 16, 8 e 8v.

⁶ O assento de casamento de Catarina Rebello com João da Rocha não consta em St^a M^a Madalena nem em nenhuma das freguesias dos concelhos de Paredes e Penafiel que têm assentos para esta cronologia, pelo que não foi possível apurar a sua filiação e naturalidade. João da Rocha e sua mulher Catarina Rebello deixam de se documentar em St^a M^a Madalena depois do nascimento do filho em finais de 1596, sendo certo que depois foram viver para Penafiel, possivelmente para a rua do Paço, onde seu filho Manuel se documenta a morar. Quando João da Rocha foi nomeado interinamente em 1591, um cargo era em Penafiel e outro no vizinho concelho de Paredes, pelo que terá continuado a viver em St^a M^a Madalena. Não sei quanto tempo se manteve interinamente nestes cargos, se apenas os dois anos previstos ou se o impedimento do titular teve maior duração. Como em 1595 se documenta nos parquiais de Castelões de Cepeda como "*escrivão neste concelho*", terá pelo menos mantido até esta data o cargo de escrivão dos órfãos de Aguiar de Sousa. E após o nascimento do filho Manuel foram, em data incerta, viver para Penafiel, onde ambos faleceram, sendo também certo que seu filho Manuel já aí se documenta sendo ainda solteiro e, no seu casamento em Penafiel, em 1619, ele e seus pais são ditos desta freguesia, portanto já aí viviam.

⁷ Apesar do que ficou dito na nota anterior, é possível que Catarina Rebello fosse irmã de Diogo de Magalhães ou de sua mulher Francisca Pereira. Com efeito, seu único filho conhecido teve como padrinhos de baptismo Garcia Gonçalves do Vale e Francisca Pereira mulher de Diogo de Magalhães, todos da freguesia da Madalena Ora, Diogo de Magalhães, que faleceu a 5.4.1619, ib, e sua mulher Francisca Pereira tiveram uma filha chamada Francisca Rebello que casou na Madalena no último domingo (sic) de Janeiro de 1606. Tendo em conta a cronologia do marido, o ano de nascimento do filho, que parece ser único, e o seu próprio óbito, Catarina Rebello terá nascido entre 1565 e 1579. O filho nasceu em Setembro de 1596, não existindo o baptismo de outros filhos, nem antes nem depois, pelo que é de supor que terão casado em finais do ano anterior. Mas também pode ter acontecido que o filho fosse tardio, nascido depois de várias gravidezes mal sucedidas, e João da Rocha e Catarina Rebello tenham casado em St^a Maria Madalena antes de Novembro de 1588, quando começam os assentos de casamento desta freguesia. Neste caso, Catarina Rebello podia ter aí nascido e ser irmã ou de Diogo de Magalhães ou de sua mulher Francisca Pereira, conforme o nome Rebello da filha venha de um ou do outro.

⁸ CFIII, 31, 351v.

⁹ A carta de renovação dos cargos a seu filho Gaspar, de 1652, diz que Manuel Rebello Barbosa tinha falecido e os ocupou mais de 20 anos. Contudo, na verdade, Manuel Rebello Barbosa estaria apenas doente (tinha então 55 anos), e só viria a falecer a 21.4.1656, como se verifica nos parquiais.

¹⁰ Irmã do Padre Manuel da Cruz, ambos filhos de Gaspar Fernandes Correa (de Carvalhaes) e sua mulher Maria Fernandes. Infelizmente os parquiais de Penafiel começam tardiamente, pelo que não é possível verificar mais. Gaspar Fernandes Correa (de Carvalhaes), nascido cerca de 1575, era portanto irmão do Licenciado Simão Correa de Carvalhais, cura de S. Tiago de Subarrifana. É certamente o Gaspar Fernandes que faleceu a 6.2.1632 em Penafiel, dizendo o óbito que fez testamento e era pai do Padre Manuel da Cruz. E sua mulher Maria Fernandes é certamente a que faleceu a 19.12.1631, ib, dizendo o lacónico óbito que fez testamento e era "*mulher do Carvalhaes*". Gaspar Fernandes Correa (de Carvalhaes) e seu irmão o Licenciado Simão Correa de Carvalhais eram portanto filhos de um irmão do Licenciado Gaspar Fernandes Correa, reitor de S. Martinho de Arrifana de Sousa, tendo este abade nascido cerca de 1540 (falecido a 14.1.1621, depois de ter sido abade de Arrifana durante 46 anos). Não me foi possível apurar ao certo o nome do irmão, dadas as anteditas limitações dos parquiais. Mas talvez fosse o Gaspar Correa de Sequeira que foi juiz da alfândega de Malaca (CFI, 7, 303). Acresce que Gaspar Fernandes Correa (de Carvalhaes) me parece ter sido também filho o Gonçalo Gaspar Correa cuja sogra Maria Fernandes faleceu a 17.3.1633, ib. O Licenciado Gaspar Fernandes Correa, reitor de S. Martinho de Arrifana de Sousa, nascido em Arrifana de Sousa cerca de 1540, pode ser neto do João Correa, morador em Arrifana de Sousa, mercador (certamente de grosso trato), que a 7.8.1508, por estar disponível para servir el rei com suas bestas e armas, teve de D. Manuel I carta de privilégio para que ele, dois caseiros seus e dois amos por si nomeados, fiquem isentos de pagar peitas, fintas, talhas, etc. com a condição de que haja um lavrador ou caseiro por casal ou quinta (CMI, 5, 21). E que a 2.6.1511 teve do mesmo rei carta de privilégio de cidadão do Porto, em consideração aos serviços prestados (CMI, 41, 5v).

¹¹ Apesar de os óbitos de Penafiel começarem depois da sua morte, sabemos que faleceu a 14.1.1621 devido a um registo nos parquiais de S. Tiago de Subarrifana (Misto 1, p. 229). Com efeito, o Lic. Simão Correa de Carvalhais, cura de Subarrifana, fez a 7.3.1621 o registo da morte de "*meu tio Lic. Gaspar Fernandes Correa, reitor que foi de Arrifana de Sousa 46 anos*".

Barbosa¹², baptizado a 23.2.1620 em Penafiel e falecido a 16.4.1661, *ib*, que a 25.5.1652 sucedeu ao pai como proprietário dos ofícios de recebedor geral das sisas e depositário dos bens de raiz e da sisa do concelho de Penafiel de Sousa¹³, sendo nesta carta referido como "*rico e de boas partes, de verdade e inteireza*". Gaspar Rebello Barbosa casou a 1ª vez com Francisca de Beça, falecida a 15.3.1651, *ib*, e a 2ª vez com Bernarda Ferreira.¹⁴ Com geração.¹⁵

O outro dos irmãos referidos no início deste estudo foi António da Rocha, nascido cerca de 1568, que foi senhor das quintas de Vilela e do Moinho, ambas em Stª Mª Madalena (Paredes), onde faleceu a 20.2.1632. Casou a 28.2.1594 em Castelões de Cepeda (Paredes)¹⁶ com Isabel Gaspar Moreira¹⁷, falecida a 5.8.1618 na quinta de Vilela, filha de Gervaz Gaspar (Moreira)¹⁸ e sua mulher Isabel Pires¹⁹, senhora da quinta ou casal da Ponte, em Castelões de Cepeda, onde ele faleceu a 4.1.1592 e ela a 12.12.1627.²⁰ António da Rocha e sua mulher Isabel Gaspar tiveram dois filhos clérigos²¹ e várias filhas, duas casadas: Maria da Rocha Moreira (1603 - 1665), que herdou a quinta do Moinho e casou a 18.5.1631 em Stª Mª Madalena com Manuel Barbosa (1604 - 1668)²², senhor da quinta da Vidigueira, em

¹² Além de ser o único filho de Manuel Rebelo Barbosa baptizado em Penafiel, é expressamente referido na carta em que sucedeu nos cargos do pai como "*seu filho único e legítimo*".

¹³ CJIV, 22, 180v.

¹⁴ Não consta em Penafiel o casamento de Gaspar Rebello Barbosa nem com Francisca de Beça nem com Bernarda Ferreira, pelo que seriam ambas de outra freguesia, onde se celebraram os matrimónios. Diz o assento de baptismo de Maria, filha de Gaspar Rebello Barbosa e sua mulher Bernarda Ferreira, a 20.11.1655 em Penafiel, que a criança foi baptizada em casa por Olaia Ferreira, sua tia, na presença da mãe, Bernarda Ferreira, e que em necessidade se fizeram os sacramentos na forma, sendo a dita Olaia madrinha. E que na antedita data se lhe puseram os Santos Óleos, sendo padrinhos D. Nuno de Noronha do Amaral e Maria de Freitas, ambos desta freguesia. Portanto, Bernarda Ferreira era irmã de uma Olaia Ferreira.

¹⁵ Só a filha Maria Rebello Barbosa, referida na nota anterior, foi baptizada em Penafiel. Contudo, a 9.5.1674, *ib*, faleceu um Manuel Rebelo Barbosa, o qual casou com Maria Freire e foram pais de um Manuel, aí baptizado a 12.11.1672, sendo padrinhos Domingos de Souza, do Porto, e Maria de Meirelles, mulher de Jerónimo de Freitas. Tendo em conta a onomástica e a cronologia, aquele Manuel Rebelo Barbosa pode ter nascido cerca de 1650 e ser filho de Gaspar Rebello Barbosa e sua primeira mulher Francisca de Beça. Mas o seu baptismo não consta em Penafiel. A filha certa de Gaspar Rebelo Barbosa e sua 2ª mulher Bernarda Ferreira foi Maria Rebello Barbosa, baptizada a 20.11.1655 em Penafiel e falecida a 21.9.1705 em S. Tiago de Subarrifana (Penafiel), que casou 15.8.1671 em Penafiel com José de Souza, senhor da quinta do Ribeiral em Subarrifana, onde faleceu a 18.9.1733. Destes foi filha sucessora Maria de Souza Rebello, baptizada a 17.11.1676 em Subarrifana e falecida a 4.11.1733, *ib*, casada a 9.7.1705, *ib*, com António de Souza Camelo, baptizado a 20.2.1667, *ib*. Destes foi bisneto por varonia José de Souza Álvares (Barbosa), baptizado a 29.12.1760 em Penafiel e falecido a 11.9.1811 na quinta de Vidigueira, em Besteiros (Paredes), que casou a 14.12.1793 em Penafiel com D. Ana Bernardina de Souza e Rocha de Sampayo, nascida a 20.4.1764 na quinta da Vidigueira, senhora da casa de Coura, em Bitarães (Paredes), da dita quinta da Vidigueira e da quinta do Moinho, em Stª Mª Madalena (Paredes), que era bisneta sucessora de Manuel Barbosa da Rocha Moreira e sua mulher Catarina de Souza, referidos na nota nº 22. José de Souza Álvares (Barbosa) e sua mulher D. Ana Bernardina foram avós maternos do escritor António Augusto Teixeira de Vasconcellos. Vide o meu estudo "*Teixeira de Vasconcellos (1816-78). O homem, o jornalista e o escritor*".

¹⁶ O assento de casamento diz 29 de Fevereiro. Mas como o ano de 1592 não foi bissexto, o mês de Fevereiro só teve 28 dias e foi erro do abade. Resta saber, na verdade, se o casamento se realizou a 28 de Fevereiro ou 1 de Março.

¹⁷ Teve várias irmãs e um irmão, Frei Ildefonso de S. Bernardo, que era abade de Arnoia em 1605.

¹⁸ Nascido cerca 1548 na Gandra (Paredes), era, nomeadamente, irmão do doutor Amaro Moreira, que mandou fazer à sua custa a Misericórdia de Penafiel, em cuja capela-mor instituiu morgadio e se mandou sepultar por testamento de 11.1.1646, vinculando ao morgadio a sua casa de Marnel, em Bitarães. O doutor Amaro Moreira licenciou-se na Universidade de Coimbra, serviu depois no Desembargo do Paço e foi ouvidor da Casa de Cantanhede e tutor do conde D. Pedro de Menezes. Recebendo a 17.2.1595 ordens de subdiácono em Coimbra, foi apresentado por aquele conde como abade de S. Vicente de Ermelo (Mondim de Basto).

¹⁹ Provável filha do Jerónimo Pires da Ponte que faleceu a 28.1.1593 em Castelões de Cepeda, dizendo-se no óbito que não fez manda mas tinha feito cédula havia muitos anos.

²⁰ Nos paroquiais de Castelões de Cepeda existe uma nota que refere estar a respectiva matriz obrigada a uma missa anual por alma de Gervaz Gaspar, da Ponte, pelo foro de 100 reais nos Moinhos das Corvasseiras feito no Rio de Sousa de que são herdade, e outra por alma de sua mulher Isabel Pires, imposta nos mesmos Moinhos, no dote e meão que fez a sua filha Beatriz Moreira, no notário Roque Coelho.

²¹ António da Rocha, abade de S. Lourenço (Maia) e abade coadjutor do mosteiro de Bustelo (Penafiel), e Frei João do Sacramento, franciscano, mestre de Sagrada Escritura e missionário apostólico, crismado a 28.10.1621 em Stª Mª Madalena.

²² Manuel Barbosa faleceu a 26.2.1668 na sua quinta da Vidigueira, em Besteiros (Paredes), com testamento e codicilo, deixando

Besteiros (Paredes), onde viveram casados, com geração ilustre²³; e Isabel da Rocha Moreira (1606 - 1683), que herdou a quinta de Vilela e casou a 1.1.1635, ib, com João Teixeira²⁴ (1607 - 1679), alferes da Ordenança de Mouriz (Paredes) e aí senhor da casa do Bairro, que viveram casados na quinta de Vilela, "*honradamente de suas fazendas, com criados e cavalos*", como se refere na habilitação do filho.

Destes foi filho João da Rocha Teixeira, baptizado a 12.6.1637 em St^a M^a Madalena e falecido em Outubro de 1683 em Castelo Branco, sendo sepultado no convento dos Capuchos desta cidade, sucessor

herdeiros os filhos e testamenteiro o filho Padre Tomé Barbosa. Teve três ofícios de 20 padres cada um, no dia, mês e ano do falecimento. Era filho de Tomé Barbosa, 1^o senhor da quinta da Vidigueira, onde faleceu a 28.1.1630, com manda e obrigação de três ofícios de 15 missas cada um, e de sua mulher Victória Francisca da Franca, aí falecida a 30.3.1630, também com manda, em que deixou obrigação de 3 ofícios de 10 padres cada um, ficando herdeiro seu filho Manuel. Tomé Barbosa, nascido cerca de 1580, era filho de Gaspar Barbosa, cavaleiro fidalgo da Casa Real, senhor da quinta da Varziela, em St^o Estevão de Vilela, onde faleceu a 25.5.1610, e de sua mulher Isabel de Couros, falecida a 4.8.1650, ib, com cerca de 86 anos, ficando seu filho Estêvão Carneiro Barbosa lhe fazer os bens de alma. Esta Isabel de Couros era filha de Simão de Couros, escudeiro fidalgo e capitão do julgado de Aguiar de Sousa, senhor da quinta do Paço da Torre, em Besteiros (Paredes), onde faleceu a 13.3.1632, e de sua mulher Maria Carneiro, aí falecida a 2.7.1628. Gaspar Barbosa, que ficou acima, era irmão de Baltazar Barbosa Rangel, cavaleiro fidalgo da Casa Real, que vivia na sua quinta junto ao mosteiro de Chelas quando a 12.3.1625 teve carta de armas para Barbosa, em pleno, sem diferença ou brica. Eram ambos filhos de Jorge Barbosa, cavaleiro fidalgo da Casa Real, tabelião de Penafiel, que viveu na quinta da Varziela, em St^o Estevão de Vilela, e em Penafiel (então Arrifana de Sousa), e de sua mulher Mariana Rangel, senhora da dita da quinta da Varziela, filha de D. Diogo Dias Rangel, prior-mor e procurador do mosteiro de cônegos cruzios de St^o Estêvão de Vilela, referido na nota nº 59. O antedito Jorge Barbosa, nascido cerca de 1507, era filho de Gregório Barbosa, escudeiro fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo, que esteve no cerco de Azamor (1513) e foi escrivão das sisas (CJIII, 38, 178v) e tabelião (CJIII, 46, 122) de Penafiel, e de sua 2^a mulher Catarina Dias Cabral, filha ilegítima de Jorge Dias Cabral, arcediogo de Campelo (Baião), e de Maria de Macedo (filha de Gonçalo Maldonado e sua mulher Beatriz de Macedo). Alão diz que o arcediogo Jorge Dias Cabral era filho natural de Diogo Fernandes Cabral, deão da Capela Real (1511) e da Sé da Guarda (1516), o que é anacrónico, confundindo-o assim com outro Jorge Dias Cabral, comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro fidalgo da Casa Real (1515) e governador de Pangy (1523). Mas este Jorge Dias Cabral, arcediogo de Campelo, nascido cerca de 1445, podia também ser filho de um Diogo Fernandes (Cabral?), o que poderá justificar a confusão. Com efeito, a 6.6.1480 D. Afonso V nomeou Lopo Cabral, moço da câmara da sua Casa, para o cargo de escrivão da fazenda régia e dos coutos na cidade do Porto, em substituição de Diogo Fernandes, seu pai, e de Antão Dias e João Pinto, seus irmãos, que morreram. Jorge Dias Cabral, arcediogo de Campelo, devia ser irmão (mais velho) daqueles Lopo Cabral, Antão Dias e João Pinto. O pai, Diogo Fernandes, já tinha falecido em 1476 quando D. Afonso V doou vitaliciamente a Isabel Pinto, viúva de Diogo Fernandes, escrivão da fazenda régia na cidade do Porto, que morrera ao serviço do rei na batalha de Castro, enquanto sua mercê for, uma tença anual de 6.000 reais, a partir de 1476. Mas ainda vivia a 1.9.1475 quando o mesmo rei privilegiou Diogo Fernandes, escudeiro da sua Casa, escrivão da fazenda régia e dos contos na cidade do Porto, mandando que por sua morte ou impedimento, os seus ofícios fiquem a ser exercidos por Antão Dias, seu filho. Diogo Fernandes, então referido como escudeiro de João de Albuquerque, do Conselho, foi nomeado a 1.11.1451 para o cargo de escrivão dos contos régios na cidade do Porto, em substituição de Pedro Afonso, seu pai, que renunciara a favor do filho. E foi confirmado no cargo a 19.7.1456. O antedito Gregório Barbosa era irmão de Marcos Barbosa, escudeiro da Casa de D. João II (1491), tabelião de Penafiel de Sousa (CJIII, 1, 133v) e escrivão dos órfãos (CJIII, 1, 133; e 49, 124v) e das sisas (CJIII, 47, 83v) de Aguiar de Sousa. Alão diz que Frei Fernando do Espírito Santo, a propósito das pessoas que no Porto ficaram isentas, por serem nobres, da finta e subsídio que se concedeu nas Cortes de Torres Vedras, de 150 cruzados para o dote da infanta D. Isabel para o seu casamento (em 1527) com o imperador Carlos V, citando o livro da Câmara do Porto, a fls. 710 (Gaio diz fls 110), diz que um deles foi Gregório Barbosa, filho de Gonçalo Anes Barbosa, neto João Afonso Barbosa e bisneto de Gonçalo Fernandes Barbosa. Gregório Barbosa era de facto filho de Gonçalo Anes Barbosinho, escudeiro do infante D. Fernando, tabelião geral do Porto e tabelião de Aguiar de Sousa (27.2.1445) e de Penafiel, e de sua 2^a mulher Leonor Gonçalves, e neto paterno de João Afonso Barbosa, o Barbosinho, tabelião de Penafiel até 1445, pois a 27 de Fevereiro deste ano D. Afonso V nomeou Gonçalo Anes, escudeiro de D. Fernando, para o cargo de tabelião de Aguiar de Sousa, em substituição de seu pai João Afonso Barbosinho, que morrera (CAV, 25, 69). Este João Afonso era irmão mais novo de Fernão Gonçalves Barbosa casado com Leonor Vasques Malheiro, que refiro no nº 7 (Aguaiá, Calheiros, Barbosa e Malheiro).

²³ Nomeadamente avós de Manuel Barbosa da Rocha Moreira (1674 - 1711), sucessor na quinta do Moinho, que viveu casado na casa de Coura, em Bitarães (Paredes), que teve por dote de casamento (a 20.4.1697, ib) com Catarina de Souza. Vide o meu estudo "*Teixeira de Vasconcellos (1816-78). O homem, o jornalista e o escritor*".

²⁴ Filho de outro João Teixeira, senhor da dita casa do Bairro, e sua mulher Catarina Gonçalves, referidos na inquirição do neto como "*lavradores honrados que viviam de suas fazendas servindo com seus criados em suas lavouras, sem ter outro ofício algum*". Este João Teixeira era filho de Gonçalo Vaz Pinto e sua mulher Isabel Teixeira, herdeira da casa do Bairro, onde faleceu a 21.6.1610. Gonçalo Vaz Pinto faleceu velho e viúvo a 21.3.1628, ib, sendo referido como Gonçalo Vaz do Bairro no óbito, onde se diz que deixou muitas dívidas e que seu filho João Teixeira ficou nomeado no casal do Bairro e lhe fez os bens de alma. O irmão mais velho daquele João Teixeira, que se chamou Gonçalo Vaz Pinto, como o pai, tinha já falecido viúvo sem geração a 9.10.1604, ib. A antedita Isabel Teixeira era filha de Diogo Teixeira, senhor da casa do Bairro, onde faleceu a 30.10.1591, deixando testamenteiro o genro Gonçalo Vaz Pinto.

na quinta de Vilela, cavaleiro da Ordem de Cristo com 120.000 reais de tença (17.8.1674)²⁵, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra (19.7.1664)²⁶ e habilitado ao serviço de Sua Majestade (9.7.1666)²⁷, juiz de fora em Coimbra, Estremoz e V. N. de Cerveira (3.7.1667)²⁸, corregedor de Castelo Branco²⁹ e corregedor, inquiridor e distribuidor do juízo da Índia e Mina (9.9.1683)³⁰, cargo este que não chegou a exercer pois morreu pouco depois de nomeado. A 25.10.1686 seus filhos tiveram mercê de D. Pedro II para receberem os 30.000 reais efectivos da tença da Ordem de Cristo de seu pai, além de 15.000 reais para sua filha D. Isabel.³¹ João da Rocha Teixeira casou no Porto com D. Tereza de Brito Aranha, irmã do Padre António de Brito Ferreira Aranha, abade de Canelas (Maia), também com geração ilustre.³²

II João e António da Rocha, filhos de Gonçalo da Rocha, o Largo

O assento de casamento de António da Rocha não refere a sua filiação, dizendo apenas que era "*natural de Baltar*", sendo testemunha o Padre Gonçalo Dias, cura de Baltar (Paredes). Além do já referido João da Rocha, António da Rocha era irmão de Baltazar da Rocha, que já era cura de St^a Eulália de Sobrosa (Paredes) em 1591 e depois foi abade coadjutor do mosteiro de Bustelo (Penafiel), e de Manuel da Rocha, que em 1594 já era cura de S. Pedro de Abragão (Penafiel) e em 1624 era abade de St^a M^a Madalena (Paredes).

Mas se o assento de casamento não revela os pais de António da Rocha, a análise dos paroquiais de St^a M^a Madalena mostra que era filho de Helena da Silva, que aí foi co-senhora das quintas de Vilela e da Mó. António da Rocha foi co-herdeiro da dita quinta de Vilela, onde viveu, e o antedito seu irmão João da Rocha vivia na quinta da Mó quando lhe nasceu o filho. Faltava, portanto, apurar o nome do pai. Mas os assentos paroquiais de Baltar começam em 1588, pelo que não é possível obter o assento de baptismo de António da Rocha, nascido cerca de 1568. Contudo, na cronologia adequada, aparecem nesses paroquiais três Rocha, sendo um deles justamente um António da Rocha, da Quintã, que aí foi testemunha de um casamento a 3.12.1588, não voltando a aparecer. Ora, a 20.4.1596 foi aí madrinha

²⁵ RGM, Ordens, 8, 312v.

²⁶ Matrículas da Universidade de Coimbra, ADC.

²⁷ Leitura de Bacharéis, 16, 42.

²⁸ CAVI, 12, 303v.

²⁹ Não encontrei a respectiva carta. Vem referido como tal na nomeação para corregedor da Índia e Mina.

³⁰ CPII, 2, 4v.

³¹ CPII, 3, 95v.

³² O doutor João da Rocha Teixeira e sua mulher D. Tereza de Brito Aranha tiveram vários filhos: 1) Doutor Frei Luiz de S. Bernardo, cônego de S. João Evangelista, lente de Artes e Moral no mosteiro de St^o Eloi de Lamego, mestre jubilado em Teologia no mosteiro de Vilar de Frades, reitor do mosteiro de St^o Eloi do Porto, presidente do Capitulo Geral e do mosteiro de S. Bento de Xabregas e definidor da sua ordem, etc.; 2) Padre João da Rocha Teixeira, jesuíta que serviu em Roma; 3) Padre Bernardo de Meirelles Freire, jesuíta, visitador espiritual e temporal da Companhia de Jesus na comarca da Feira, abade de St^a Eulália de Constance (Penafiel), etc.; 4) Frei António de Santa Tereza, cônego de S. João Evangelista, reitor das igrejas de Celeiros (Vila Real) e de S. Cristóvão de Muro (Penafiel); 5) D. Isabel Doroteia Aranha, casada com o Dr. João de Souza Delgado, cavaleiro da Ordem de Cristo, vereador do Senado da Câmara do Porto, alferes do Castelo de S. João da Foz e tenente do Castelo de Leça da Palmeira, etc.; e 6) Francisco da Rocha Aranha (1683 - 1761), sucessor, que a 6.11.1702 se matriculou em Instituta na Universidade de Coimbra e depois foi capitão de Cête na Ordenança de Aguiar de Souza, em sucessão a seu sogro, e que sendo estudante de Filosofia casou a 30.12.1700 em Cête (Paredes) com D. Sebastiana Tereza de Moraes Barreto (1685 - 1748), com geração. Vide o meu estudo "*Meirelles Barreto de Moraes, das Casas do Pinheiro de Cête, Sermanha de Sedielos e Outeiro de Mouriz*", 1998.

Maria, da Quintã, filha de Gonçalo da Rocha, não voltando também a aparecer, embora em Cête (Paredes) tenha sido madrinha em 11.8.1599, como Maria, moça solteira da freguesia de S. Miguel de Baltar, filha de Gonçalo da Rocha, o *Largo*. Finalmente, a 4 e 8 de Outubro de 1589 foi padrinho em Baltar Alexandre da Rocha, morador no assento da igreja de Baltar, onde então era abade Afonso Fayão.³³

Daqui se pode concluir, desde logo, que o António da Rocha, da Quintã, que em 1588 foi testemunha em Baltar, é certamente o António da Rocha, natural de Baltar, que casou em Castelões de Cepeda em 1594. E que este António era certamente irmão mais velho da Maria, da Quintã, filha de Gonçalo da Rocha, o *Largo*, que foi madrinha em 1596 e 1599. O Alexandre da Rocha, aí padrinho em 1589, que então morava no assento da igreja de Baltar, não deve, por essa razão, ser filho legítimo de Gonçalo da Rocha, sendo porventura um seu bastardo. Este Alexandre, aliás, pode ser o Alexandre da Rocha que casou cerca de 1590 (o assento não consta em Cête) com Isabel da Fonseca³⁴, moradora nas Talhadas, em Cête, onde viveram, com filhos que começaram a nascer a 16.1.1591, tendo ele aí falecido a 12.7.1630 e ela a 20.11.1634, dizendo os óbitos que eram pobres, mais um indício de que, a ser mesmo filho de Gonçalo da Rocha, era um bastardo.

Portanto, António da Rocha e seus irmãos eram filhos do Gonçalo da Rocha que fugazmente se documenta em Baltar, onde terá de facto vivido na Quintã alguns anos com sua mulher Helena da Silva. Não sendo referido directamente, mas apenas como pai da Maria que foi madrinha em 1596 e 1599, não podemos saber se este Gonçalo da Rocha, o *Largo*, ainda vivia em Baltar nestas datas ou se apenas sua filha então aí morava. Sendo contudo certo, nesta proposição, que aí viveu entre 1565 e 1572, quando lhe nasceram os filhos. Se Gonçalo da Rocha, como de alguma forma se subentende, ainda vivia em 1599, é certo que não faleceu em Baltar, pois nem o seu óbito nem o de sua mulher aí constam, sendo que o respectivo livro de assentos começa em 1588. Portanto, Gonçalo da Rocha e sua mulher foram viver para outro lado. Onde?

Acresce dizer que João da Rocha, filho primogénito de Gonçalo da Rocha, o *Largo*, teve um filho chamado Manuel Rebello Barbosa, como ficou dito, sem que se perceba donde lhe veio o nome Barbosa.

Acresce também dizer que António da Rocha, o outro filho de Gonçalo da Rocha, o *Largo*, foi trisavô de Caetano José Coelho da Silva da Rocha Barbosa, cavaleiro fidalgo da Casa Real (3.3.1745)³⁵ e cavaleiro da Ordem de Cristo, que a 2.12.1747 teve carta de armas para Coelho, Silva, Rocha e Barbosa³⁶, das quais mandou fazer a pedra de armas da sua casa de Paredes ou da Igreja, em Castelões de Cepeda³⁷, onde viveu. É evidente que uma carta de armas nunca é de fiar, por muito que garanta que o armigerado descende do tronco de uma determinada linhagem. Mas é mais um indício.

Esgotadas, pelo menos para já, as informações documentadas, restava saber quem podia ser esse Gonçalo da Rocha, fidalgo, nascido cerca de 1523. Antes de apresentar a minha resposta a esta questão, convinha verificar se este Gonçalo da Rocha, o *Largo*, podia ser natural da terra de Sousa, ou seja, se aqui existia no início do séc. XVI algum Rocha que pudesse ser seu pai.

³³ Vide *Os Braganças da província do Minho*, Porto 1973, Maria da Conceição de Menezes Pereira da Cunha e Elísio de Meirelles Ferreira de Sousa. O abade Afonso Fayão é dito pelos seus descendentes filho bastardo de D. Teodósio, duque de Bragança, o que não me parece, pois a filha do abade, tratada por Isabel Fayona, sem Dona, não faz figura de neta do duque de Bragança, ainda que com dupla bastardia, coisa que nesta cronologia não baixava tanto o estatuto.

³⁴ Irmã de um António Loureiro, morador em Penafiel.

³⁵ CJV, 35, 299v.

³⁶ CN, 10, 23 e 24.

³⁷ Castelões de Cepeda é hoje a freguesia urbana da cidade de Paredes.

III Outros Rocha da terra de Sousa

A verdade é que não encontrei, nem na documentação nem nas genealogias, nenhum Rocha do início do séc. XVI ou anterior ligado à terra de Sousa. Mas desde meados deste século, e sobretudo desde os inícios do XVII, já aparecem muitos Rocha, principalmente em Arrifana de Sousa. Contudo, têm quase todos um estatuto muito baixo (barbeiros, sapateiros, casqueiros, almocreves, etc.), o que me leva a supor que se trata de cristãos-novos que adoptaram o nome. Tanto mais que, em todos os casos em que isso é possível apurar, nenhum dos pais é referido com o nome Rocha. Sendo que no séc. XVII e finais do XVI já aparecem, um pouco por todo o país, muitos cristãos-novos usando os nomes Rocha, Rochas e da Rocha, como se pode ver nos processos do Tribunal da Inquisição. Acresce que encontrei nesta cronologia, em Penafiel, pelo menos dois indivíduos cujo prenome ou nome próprio era Rocha, que faz patronímico em Rochas, sem "da", fenómeno que pode estar na origem de alguns.

Por outro lado, a partir do último quartel do séc. XVI verifica-se uma crescente adopção de nomes de linhagens nobres por parte do povo e sobretudo da burguesia emergente, fenómeno que, pela sua cronologia, está certamente ligado à *roda livre* que, nestas e outras matérias, o reinado dos Habsburgo permitiu em Portugal. São muitos os casos desta inopinada adopção de nomes a partir de 1580. Mas vou deixar aqui um exemplo paradigmático, justamente ligado a Penafiel. Trata-se de Jerónimo de Meirelles Rebello, que em 1625 testemunhou no processo³⁸ do Tribunal da Inquisição de Ângela Pedroso da Rocha, dizendo-se familiar do Santo Ofício, médico em Arrifana de Sousa, onde era morador, cidadão da cidade do Porto e capitão de Sua Majestade, com 70 anos mais ou menos (pelo que teria nascido cerca de 1555). Alão³⁹ refere-o como Jerónimo de Meirelles, cirurgião, casado com Águeda Barbosa, de quem teve Baltazar Barbosa⁴⁰, de Arrifana, sendo Águeda Barbosa filha de Diogo Barbosa Cabral e sua mulher Águeda Fernandes Malheiro e neta paterna de Gregório Barbosa e sua mulher Catarina Dias Cabral.⁴¹ Gaio⁴² diz que este Jerónimo de Meirelles foi cavaleiro fidalgo e capitão-mor de Arrifana de Sousa e que sua mulher Águeda Barbosa era filha de outra Águeda Barbosa, cujo nome do marido desconhece, sendo esta filha dos anteditos Gregório Barbosa e sua mulher Catarina Dias Cabral. Na verdade, Jerónimo de Meirelles Rebello foi familiar do Stº Ofº a 20.8.1622⁴³, e neste processo pode completar-se a informação. Desde logo, contra o que diz Alão, confirma-se a genealogia que Gaio dá para sua mulher Águeda Barbosa, já então falecida, que na dita inquirição *de genere* se documenta "*nobre e honrada e dos principais da terra*", sendo filha de Francisco Cristóvão, que foi cirurgião em Arrifana, "*pessoa honrada e dos principais desta terra*", e de sua mulher Águeda Barbosa, ambos também já falecidos, tendo ela falecido com 100 anos de idade; neta paterna de Cristóvão Afonso e sua mulher Isabel Fernandes, e neta materna de Gregório Barbosa e sua mulher Catarina Dias, todos falecidos há muito. Jerónimo de Meirelles Rebello é referido como "*pessoa honrada e dos principais da terra, capitão nela e cidadão da cidade do Porto e cirurgião e mestre experimentado*", que "*serviu por muitas vezes como provedor da Misericórdia e juiz ordinário*". Era filho de Manuel Gonçalves, já falecido, que "*foi ao principio serralheiro e depois rendeiro e marceiro*", e de sua mulher Maria Nunes; neto paterno de Gonçalo Pires e sua mulher Madalena Afonso e neto materno de Gonçalo Anes, lavrador, e sua mulher Mécia Nunes, que foi tendeira.

³⁸ Inquisição de Lisboa, processo 12283.

³⁹ Barbosas, §9.

⁴⁰ Trata-se do Capitão Baltazar Barbosa de Meirelles, nascido cerca de 1587 e falecido a 30.10.1666 em Penafiel, que casou com Maria Vieira, aí falecida a 28.8.1653. Gaio diz que casou mas não teve geração, deixando contudo filhos bastardos.

⁴¹ Ver nota nº 20.

⁴² Barbosas, §46.

⁴³ Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Jerónimo, mc. 1, doc. 18.

Como se verifica, na ascendência de Jerónimo de Meirelles Rebello não só não existem estes apelidos como o respectivo baixo estatuto dificilmente permite qualquer efectiva relação com estas linhagens. Acresce que no antedito testemunho, Jerónimo de Meirelles Rebello declarou ser parente da ré Ângela Pedroso da Rocha por parte do pai dela. E, como veremos adiante, o pai desta Ângela foi Domingos da Rocha, que vivia de suas fazendas e fora mercador de panos, sendo filho de Gil Anes, que fora rendeiro em Arrifana, e de sua mulher Isabel Anes. Tendo Ângela Pedroso da Rocha nascido em 1587, com uma irmã mais velha, Domingos da Rocha não terá nascido depois de 1565, pelo que seria pouco mais velho do que Jerónimo de Meirelles Rebello, nascido cerca de 1555, como ficou dito. Assim, como melhor explicarei adiante, Gil Anes, rendeiro em Arrifana, pai de Domingos, devia ser filho de Gonçalo Anes, lavrador em Arrifana, e sua mulher Mécia Nunes, tendeira, avós maternos de Jerónimo.

A antedita Ângela Pedroso da Rocha, 1/3 cristã-nova, nascida em 1587 em Arrifana de Sousa, em 1622 foi presa pela Inquisição, tendo 35 anos e sendo casada com Gaspar Ferreira, meio cristão-novo, com quem vivia na cidade do Porto, também ele preso. Neste processo apura-se que ela era filha de Domingos da Rocha, de Arrifana de Sousa, que vivia de suas fazendas e fora mercador de panos, e de sua mulher Inez da Fonseca; neta paterna de Gil Anes, que fora rendeiro em Arrifana, e de sua mulher Isabel Anes; e neta materna de Francisco Rodrigues, de Arrifana, que fora mercador, e de sua mulher Maria Delgado, todos estes avós já então falecidos e nascidos na 1ª metade do séc. XVI. Ângela Pedroso da Rocha declarou que não sabia que tinha ascendência cristã-nova e que seu pai era cristão-velho inteiro (o que é corroborado pelas testemunhas), pelo que se a tinha seria por parte de sua mãe.

Uma das suas testemunhas no processo foi Manuel da Rocha Rangel, cristão velho, clérigo de ordens sacras, nascido em Arrifana em 1593 (tinha 32 anos em 1625), que disse ser "*sobrinho*" de Domingos da Rocha, pai da ré, pois seu pai era primo dele. Este Manuel da Rocha Rangel é certamente filho do 1º casamento do Licenciado Gonçalo da Rocha Rangel (nome com que nomeadamente consta no assento do seu 2º casamento), que a 7.6.1596 se licenciou em Leis na Universidade de Coimbra, como Gonçalo da Rocha, natural de Arrifana de Sousa, filho de Gonçalo Rodrigues.⁴⁴ E também consta apenas como Gonçalo da Rocha, de Arrifana, filho de Gonçalo Rodrigues e sua mulher (não nomeada), no assento do seu 1º casamento, a 24.6.1588 em Bustelo (Penafiel), com Antónia Vieira, filha de Gonçalo Vieira.

Toda a anterior informação se completa na inquirição *de genere* de Gonçalo Velho Barreto, morador em S. João de Covas (Lousada), que foi familiar do Stº Ofº a 28.9.1665.⁴⁵ Neste processo, Gonçalo Velho Barreto⁴⁶ consta como casado com D. Catarina de Ozorio, nascida em Arrifana de Sousa, filha do Licenciado Gonçalo da Rocha Rangel, então já falecido, morador em Arrifana de Sousa e também em Milhundos (Penafiel), onde tinha uma quinta e onde nasceu, e de sua mulher D. Mariana de Ozorio; neta paterna de Gonçalo Rodrigues Rangel, senhor da dita quinta em Milhundos, onde nasceu e viveu, morando também em Arrifana, e de sua mulher Beatriz Gonçalves da Rocha; e neta materna de Manuel Ozorio Coutinho e sua mulher Maria Ferreira de Queiroz, moradores na vila de Amarante, "*gente de bom sangue e nobre*". Ficamos assim a saber que o Licenciado Gonçalo da Rocha Rangel, nascido em Milhundos, era filho de Gonçalo Rodrigues Rangel e sua mulher Beatriz Gonçalves da Rocha e que casou a 1ª vez a 24.6.1588 com a antedita Antónia Vieira e a 2ª vez, a 11.6.1600 em Amarante (S. Gonçalo),

⁴⁴ Matrículas da Universidade de Coimbra, ADC.

⁴⁵ Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Gonçalo, mc. 2, doc. 48.

⁴⁶ Foi capitão da Honra de Louredo. Era filho de Gaspar Velho de Meirelles, médico, e sua mulher D. Maria Barreto, moradores em S. João de Covas (Lousada); neto paterno de André Velho e sua mulher Margarida Diniz de Mesquita, moradores em Penafiel; e neto materno de João Monteiro Barreto e sua mulher Isabel Coelho, de Moiena, moradores em S. João de Covas. Vide o meu estudo "*Meirelles Barreto de Moraes, das Casas do Pinheiro de Cête, Sermanha de Sedielos e Outeiro de Mouriz*", 1998.

com D. Mariana de Ozorio⁴⁷, que não se pode confundir com sua prima homónima, também casada com um Gonçalo da Rocha, conforme direi no nº VI.

O licenciado Gonçalo da Rocha Rangel e sua mulher D. Mariana são referidos por Alão⁴⁸, que dá a respectiva descendência. Aquele Manuel Ozorio Coutinho era filho ilegítimo de Gonçalo de Ozorio⁴⁹, fidalgo da Casa Real, abade de St^a M^a de Alijó e de St^a Margarida de Lousada.

Ângela Pedroso da Rocha, que ficou acima, casou a 30.5.1615 em Penafiel com o referido Gaspar Ferreira, filho do Licenciado Jerónimo Ferreira, jurisconsulto no Porto, e de sua mulher Branca Ferreira, moradores na cidade do Porto, sendo esta Branca cristã-nova. Á irmã mais velha de Ângela Pedroso da Rocha, Mónica da Fonseca, casou com Manuel Jorge de Sá, que também foi testemunha no processo, dizendo-se cristão-velho, morador em Arrifana, de 47 anos, tabelião do público e judicial da honra de Galegos e escrivão da Câmara da honra de Louredo. E um irmão mais novo, Salvador da Rocha da Fonseca, nascido em 1605 (tinha 17 anos em 1622), que então estava no Brasil e veio a falecer em Penafiel a 27.12.1652. O pai, Domingos da Rocha, era irmão de um Simão da Rocha, que vivia de sua fazenda em S. Tomé de Canas (Penafiel), onde casou, e de uma Beatriz Gil, moradora em Arrifana, casada com Nicolau Rodrigues, ambos já falecidos a 24.6.1618, quando a filha Maria da Rocha casou em Penafiel com Francisco de Sousa.

Também testemunhou no processo um Simão Paes da Rocha, que se apresenta como criado de Sua Majestade, escrivão das sisas e almotaçaria do concelho de Penafiel, de 62 anos mais ou menos (em 1625, nascido portanto cerca de 1563). Infelizmente, o seu testemunho está muito borratado e quase ilegível, pelo que não consegui apurar se declara algum parentesco com a ré. Mas é certamente o Simão Paes cuja mulher, Ângela de Meirelles⁵⁰, faleceu a 13.1.1636 em Penafiel. E provavelmente pais do Manuel da Rocha que casou a 17.8.1620, ib, com Catarina de Couros Carneiro⁵¹, sendo testemunhas do matrimónio Jerónimo de Meirelles (Rebello) e Simão Paes da Rocha. De Manuel da Rocha e Catarina de Couros Carneiro foi filha D. Maria da Cunha, que casou a 19.7.1655, ib, com D. Nuno de Noronha e Amaral, aí falecido a 29.4.1665, com geração nos Amaral Castello-Branco e Noronha, da quinta da Covilhã (Guimarães) e do morgado de Elvas. Ora, o Simão Paes da Rocha referido atrás é certamente o homónimo que Alão⁵² refere, dizendo-o justamente casado com Ângela de Meirelles e pais de D. Susana de Ozorio⁵³ que casou com Matias Ozorio Rangel, sendo este filho dos anteditos Licenciado Gonçalo da Rocha Rangel e D. Mariana de Ozorio. Matias Ozorio Rangel, que se documenta nos paroquiais de Penafiel pelo menos desde de 1632, era portanto irmão de D. Ana Ozorio, que casou a 8.11.1642, ib, com Gonçalo Cardoso Ozorio. Alão diz que estes eram primos-direitos, mas o seu assento de casamento não refere qualquer dispensa ou parentesco, o que contudo não invalida que tivessem sido dispensados, pois era um processo autónomo, que corria no bispado, e infelizmente os assentos nem sempre o referem. Matias Ozorio Rangel terá casado com D. Susana de Ozorio em Penafiel, mas como o assento não consta aí, o matrimónio deve ter-se realizado entre 1621 e 1632, cronologia em que faltam os

⁴⁷ Consta no assento de casamento como Mariana de Queiroz, filha Manuel de Ozorio (d'Ozouro) Coutinho e sua mulher Maria Ferreira. O nubente consta como Licenciado Gonçalo da Rocha Rangel, da vila de Arrifana de Sousa, sem que sejam referidos os seus pais ou sequer que já era viúvo. Diz o abade de S. Gonçalo de Amarante Baltazar Ferreira que "*por estar presente o vigr^o de Arrifana e dizer não aver impedimento não cobrei certidão*". Foram testemunhas do matrimónio Gaspar Cerqueira, seu filho Francisco Cerqueira e Manuel Mendes de Vasconcelos, todos de Amarante.

⁴⁸ Osorios, de Arrifana de Sousa.

⁴⁹ Referido na nota nº 128.

⁵⁰ Que parece filha de Jerónimo de Meirelles Rebello.

⁵¹ Alão assinala esta Catarina de Couros como cristã-nova, dizendo-a filha de António Carneiro e Paula da Cunha, sendo esta filha ou irmã de David da Cunha. O assento de casamento de Catarina de Couros Carneiro não dá os seus pais.

⁵² Osorios, de Arrifana de Sousa.

⁵³ Susana e seu irmão António, filhos de Simão Paes, foram crismados em Penafiel a 2.6.1613.

respectivos assentos. Matias Ozorio Rangel, proprietário do ofício de escrivão das sisas de Penafiel⁵⁴, tem aí óbito a 24.12.1657, dizendo o assento que era mestre de campo em Elvas (nas guerras da Restauração). Sua filha D. Isabel teve, para quem com ela casasse, mercê do hábito de Avis com 20.000 reais de tença (28.7.1659)⁵⁵ e de um ofício de Justiça ou Fazenda (18.5.1659).⁵⁶ Seu filho homónimo foi cavaleiro da Ordem de Cristo, com 40.000 reais de tença.⁵⁷

Falta ainda considerar que o antedito Manuel da Rocha Rangel, cristão velho, clérigo de ordens sacras, nascido em Penafiel em 1593, disse ser “sobrinho” de Domingos da Rocha, pois seu pai era primo dele. Muito embora Alão não refira este Manuel da Rocha Rangel entre os filhos do Licenciado Gonçalo da Rocha Rangel e sua 2ª mulher D. Mariana de Ozorio, parece evidente que era filho dele e de sua 1ª mulher Antónia Vieira, casados em 1588, tendo ela falecido antes de 11.6.1600. Temos, assim, que o Licenciado Gonçalo da Rocha Rangel era primo-direito Domingos da Rocha, ou seja, um dos pais de ambos eram irmãos. Tendo em conta que o Licenciado Gonçalo da Rocha Rangel era filho de Beatriz Gonçalves da Rocha e Domingos da Rocha filho de Gil Anes, que fora rendeiro em Arrifana, e de sua mulher Isabel Anes, creio que Beatriz Gonçalves seria irmã desta Isabel Anes, que não teria este patronímico mas sim Gonçalves, enganando-se o processo de Ângela Pedroso da Rocha ao dar-lhe este patronímico, talvez por confusão com o do marido. Portanto, considerando o que já ficou dito, esta Isabel (possivelmente Gonçalves e não Anes) casou com Gil Anes, rendeiro em Arrifana, sendo este filho de Gonçalo Anes, lavrador em Arrifana, e de sua mulher Mécia Nunes, tendeira, que foram avós maternos de Jerónimo de Meirelles Rebello.

O que sobretudo aqui se verifica é o casamento, na segunda metade do séc. XVI, de senhoras descendentes da nobreza com burgueses de recente elevação, como são os casos do Licenciado Gonçalo da Rocha Rangel com D. Mariana de Ozorio (2ª mulher) e do cirurgião e capitão Jerónimo de Meirelles Rebello com Águeda Barbosa, neta materna de Gregório Barbosa, escudeiro fidalgo da Casa Real⁵⁸ e cavaleiro da Ordem de Cristo, que esteve no cerco de Azamor (1513)⁵⁹ e foi tabelião⁶⁰ e escrivão das sisas⁶¹ de Penafiel. Como ficou dito, parece evidente que Jerónimo de Meirelles Rebello adoptou

⁵⁴ A 19.6.1659 Francisco Ferreira de Oliveira teve mercê do ofício de escrivão das sisas de Penafiel em atenção a estar casado com uma sobrinha do proprietário Matias Ozorio Rangel (CAVI, 3, 316v).

⁵⁵ RGM, Ordens, 13, 40.

⁵⁶ CAVI, 1, 432v.

⁵⁷ RGM, Ordens, 8, 72.

⁵⁸ Vem com escudeiro fidalgo e morador em Arrifana de Sousa na carta de armas (12.3.1625) do neto Baltazar Barbosa Rangel, fidalgo da Casa Real, nascido cerca 1557 em Stº Estêvão de Vilela (Paredes), que então vivia na sua quinta junto ao mosteiro de Chelas, filho de Jorge Barbosa, também cavaleiro fidalgo da Casa d'el rei, e de sua mulher Madalena Rangel.

⁵⁹ Alão diz que foi cavaleiro da Ordem de Cristo e esteve em Azamor, onde foi armado cavaleiro pelo duque D. Jaime.

⁶⁰ CJIII, 46, 122.

⁶¹ D. Diogo Dias Rangel, nascido cerca de 1495, documenta-se como prior-mor em 1524. No ano seguinte o mosteiro começou a ser regido por comendatários, sendo o primeiro Braz Brandão. D. Diogo Dias passou a procurador do mosteiro, documentando-se nesta qualidade até 1534. De Catarina Anes Toscano teve filhos nascidos entre 1518 e 1534. Os pais que as genealogias dão a D. Diogo Dias Rangel não têm cabimento cronológico e sobretudo onomástico. Com efeito, dizem-no irmão de João Álvares Rangel, que em 1496 se documenta fidalgo da Casa d'el rei e procurador de Coimbra às Cortes (CMI, 43, 51 e 51v), a 11.4.1495 teve de D. João II carta de privilégio de fidalgo (CMI, 40, 92) e foi senhor da quinta de Ronge (Rangel), na Ribeira de Coselas, onde em 1463 instituiu a capela da Srª da Conceição, como se diz no letreiro aí existente: “*Esta ermida foi feita por João Als. Rangel, fidalgo da Casa de El Rey D. Afonso V deste nome no ano de 1463, com licença de D. Jorge de Almeida, bispo que no dito ano era em Coimbra e por estar arruinada do tempo, foi feita toda de novo no ano de 1658 por Braz Rangel Pereira de Sá, fidalgo da Casa de El Rei nosso Senhor*”; de Luiz Álvares Rangel, cavaleiro da Casa d'el rei e escrivão dos órfãos do Porto a 23.2.1501 (CMI, 1, 7); e de Beatriz Álvares Rangel casada com Fernão Rodrigues de Castello-Branco e Fernão Gomes de Quadros. Todos filhos de Pedro Álvares Rangel, nascido cerca de 1420, que ainda se documenta em 1475 como procurador de Coimbra às Cortes (CAV, 33, 76), tendo já sido juiz nesta cidade (CAV, 30, 56v), e de sua mulher Inez Sanches de Macedo. E, ainda mais esdrúxulo, dizem que D. Diogo Dias foi pai de Jorge Álvares Rangel, escudeiro, escrivão do julgado de Penafiel a 17.12.1515 (CMI, 24, 155 e 155v), que a 25.3.1517 já se documenta como escrivão da correição de Entre-Douro-e-Minho (CC, II, 68, 133). Pela onomástica de seus filhos e demais descendentes, não há dúvida de que D. Diogo Dias Rangel descendia de

estes apelidos. E Gonçalo da Rocha Rangel, tal como seu primo Domingos da Rocha (este casado com uma cristã-nova), também provavelmente adoptaram estes nomes. Tanto mais que só na inquirição *de genere* de Gonçalo Velho Barreto, em 1665, o pai de Gonçalo da Rocha Rangel surge como Gonçalo Rodrigues Rangel, enquanto nos documentos coevos apenas aparece com Gonçalo Rodrigues. E o mesmo se deve passar com Catarina Gonçalves, que também só nessa IG de 1665 aparece como Rocha. Aliás, deve ser a Beatriz Gonçalves, viúva, de S. Martinho de Milhundos, que aí faleceu a 5.10.1617, sendo no óbito referidos Roque Marques e sua mulher Grácia da Rocha⁶², de Arrifana, e Filipa Gonçalves mulher de Manuel Gonçalves, da vila, certamente suas filhas e genros, bem assim como o Padre André de Sousa, cura dessa igreja, talvez seu filho, que lhe mandou rezar um trintário por sua alma, sendo a obrada de 14 missas no óbito e 12 no enterro.

Acresce dizer que os Rangel são uma família da região, que se documenta bem, descendente de D. Frei Diogo Dias Rangel⁶³, último prior-mor do mosteiro de cônegos crúzios de Stº Estêvão de Vilela (Paredes), que foi pai de Damião Dias Rangel, abade de Stº Isidoro (Marco de Canavezes) em 1540, com geração ilegítima; de Alexandre Rangel de Macedo, escrivão da correição e chancelaria da cidade do Porto⁶⁴, casado com geração; de Belchior de Macedo, comendador com cavaleirato na igreja de Válega, junto a Ovar⁶⁵, casado com geração; de Diogo Rangel, cônego crúcio no dito mosteiro de Stº Estêvão de Vilela, falecido a 29.8.1597, ib; e de Madalena Rangel, senhora da quinta da Varziela, em Stº Estêvão de Vilela, que casou com Jorge Barbosa, cavaleiro fidalgo da Casa Real e tabelião de Penafiel.⁶⁶

A questão que aqui interessa é a de saber se estes Rocha, sobretudo os de estatuto melhor (padres, licenciados e mercadores, a viverem da sua fazenda), podem estar ligados a Gonçalo da Rocha, o *Largo*.

Do conjunto da informação já apresentada resulta a dedução de que Gonçalo da Rocha Rangel, que casou a 1ª vez em 1588 e se licenciou em 1596, teria nascido cerca de 1565. Pelo que sua mãe Beatriz Gonçalves podia ter nascido cerca de 1550. E por esta data também podia ter nascido Isabel Anes (ou Gonçalves), mãe de Domingos da Rocha, também nascido cerca de 1565. E igualmente em meados do séc. XVI podia ter nascido a desconhecida mãe de Simão Paes da Rocha, nascido em 1563.

Ora, Gonçalo da Rocha, o *Largo*, nasceu cerca de 1524, pelo que é anterior a todos estes. Será que Beatriz Gonçalves, tal como o patronímico indica, bem assim como a sua deduzida irmã Isabel (Dias ou Gonçalves) e a mãe de Simão Paes da Rocha podiam ser filhas naturais de Gonçalo da Rocha, nascidas antes do seu casamento (cerca de 1564) com Helena da Silva? Não sei, mas também a questão pouco adianta para a resolução do problema da filiação de Gonçalo da Rocha, o *Largo*.

IV Gonçalo da Rocha, o *Largo*, filho de Gonçalo da Rocha, o *Beijudo*

Tendo em conta, como direi adiante, que a linhagem dos Rocha não era muito antiga e, portanto, não desenvolvera ainda muitos ramos, só uma identidade me parece possível para Gonçalo da Rocha, o *Largo*, que viveu em Baltar entre 1565 e 1572: ser filho de outro Gonçalo da Rocha, o *Beijudo*, nascido

Pedro Álvares Rangel e sua mulher Inez Sanches de Macedo. Mas não era certamente filho, mas sim neto destes, portanto filho de um desconhecido Diogo, que tanto podia ser filho ou genro de Pedro Álvares Rangel. E o antedito Jorge Álvares Rangel não podia ser filho de D. Diogo Dias, mas sim seu tio.

⁶² Certamente a Grácia da Rocha que faleceu a 24.5.1633 em Penafiel, que assim seria irmã do Lic. Gonçalo da Rocha Rangel.

⁶³ CJIII, 64, 154v.

⁶⁴ CJIII, 64, 154v.

⁶⁵ Segundo Alão.

⁶⁶ Referidos nas notas nº 21 e 56.

cerca de 1486 e falecido cerca de 1549, que foi selador e juiz da alfândega de Caminha e juiz das sisas desta vila, e de sua mulher Isabel Barbosa.

Na verdade, as genealogias não dão um filho homónimo a Gonçalo da Rocha, o *Beçudo*. O que poderá justificar-se justamente por Gonçalo da Rocha, o *Largo*, ter saído de Caminha, indo casar a Paredes. Gonçalo de Rocha, o *Largo*, seria assim irmão mais novo de Francisco da Rocha Barbosa, o *Velho*, sucessor nos bens, nascido cerca de 1519, e de João da Rocha, que sucedeu ao pai nos anteditos cargos, conforme adiante detalharei.

A onomástica, a cronologia, o estatuto e o alegado na já referida carta de armas de Caetano José Coelho da Silva da Rocha Barbosa, tudo aponta para que Gonçalo da Rocha, o *Largo*, fosse de facto irmão mais novo de Francisco da Rocha Barbosa. Teria portanto nascido cerca de 1523, provavelmente em Caminha, indo casar a St^a M^a Madalena (Paredes), cerca de 1564, com Helena da Silva, aí rica co-herdeira das quintas de Vilela, de Mou e do Moinho. Podendo ou não, como ficou dito, ter tido Gonçalo da Rocha, o *Largo*, antes do casamento, filhas naturais em Penafiel ou Milhundos.

Helena da Silva era irmã mais velha de Maria da Silva⁶⁷, de António Gonçalves da Silva⁶⁸, falecido a 15.3.1609 em St^a M^a Madalena, e de Isabel da Silva, falecida a 24.1.1606, *ib*, dizendo o seu óbito que era muito rica⁶⁹, todos filhos co-herdeiros de António Gonçalves, o *Velho* ou o *Ruivo*, falecido a 31.3.1609, *ib*, com cerca de 84 anos, e de sua mulher Helena da Silva, nascida cerca de 1530 e falecida no último domingo (sic) de Outubro de 1597, *ib*, senhores das quintas de Vilela, Mou e do Moinho, *ib*.

O proposto irmão mais velho de Gonçalo da Rocha, o *Largo*, Francisco da Rocha Barbosa⁷⁰, o *Velho*, era cavaleiro da Casa Real, casado com Justa Francisco e morador em Vila Nova de Cerveira, quando a 23.7.1563 tiveram do mosteiro de Lrvão a renovação dos prazos do Remudo, no lugar do Outeiro, na freguesia de S. João de Parada (Valdevez), do casal de Parada, na freguesia de S. Miguel de Fontoura (Valença), de uma terra e devesa na freguesia de Seixas (Caminha), e do casal de Baltar, na freguesia de St^a Eulália de Gundar (Vila Nova de Cerveira), como tivera seu pai Gonçalo da Rocha e seu avô Rui Dias.⁷¹ Foi ainda, segundo Gaio, senhor da quinta de Gilhafonces, no termo de Valdevez.⁷² Como ficou dito, em 1563 Francisco da Rocha Barbosa estava casado (e há muito) com Justa Francisco, a quem Gaio chama Justa Francisco Area⁷³, acrescentado que foram pais, entre outros, de Gonçalo da Rocha Barbosa e de Rui Dias Barbosa. Diz Gaio que este Rui a 27.8.1612 tirou carta de armas⁷⁴, onde nomeadamente diz que seu pai Francisco da Rocha era irmão legítimo de Maria Barbosa mulher de Jácome Rodrigues de Luna, e que juntou à respectiva justificação as cartas de armas de João Jácome de Luna e seu irmão o Dr. Miguel Jácome de Luna, alcançadas a 26.3.1586 e passadas em Lisboa por

⁶⁷ Casada em Dezembro de 1594 em St^a M^a Madalena com Gonçalo Dias, referido no óbito do sogro, onde se diz que seu genro Gonçalo Dias lhe mandou fazer três ofícios de 30 missas.

⁶⁸ Aparece nos paroquiais como António Gonçalves o Silva, o Novo ou o Barbudo. Foi pai de Mateus da Silva, falecido a 24.1.1638 em St^a M^a Madalena, com manda, onde mandou que lhe fizessem 30 missas mais uma cantada, em três ofícios, tendo casado a 28.9.1596 em Besteiros com Isabel Antónia; de Helena da Silva, casada no 1^o domingo (sic) de Dezembro de 1594, *ib*, com Santos André; e de Maria da Silva, madrinha *ib*.

⁶⁹ No seu óbito, diz o abade que era muito rica e que seu marido lhe mandou fazer três ofícios de 35 missas. Mas queixa-se de que ela tinha deixado obrigação de gastar o seu terço em bens de alma, o que o marido não fez e ele, abade, não o conseguiu provar. Casou a 2.10.1588 em St^a M^a Madalena com Pedro Gonçalves.

⁷⁰ Há um Francisco da Rocha nomeado tabelião de Azambuja por D. João III (33, 132), mas não parece ser este.

⁷¹ Prazos do mosteiro do Lrvão.

⁷² Guilhafonce, Guilhafonxe, Guiliofonxi ou Vilifonsi foi uma freguesia do concelho dos Arcos de Valdevez, que no séc. XIX passou a chamar-se Vila Fouche. Nesta freguesia subsiste o lugar da Quintã, a par dos lugares de Cazal-Soeiro e da Quinta de St^a Bárbara (esta do morgadio de St^a Bárbara de Cazal-Soeiro).

⁷³ Filha de Francisco Álvares Area.

⁷⁴ O original desta carta de armas não é conhecido.

Diogo de S. Romão, “*que eu vi*” no cartório da casa do Mosteiro, de Vitorino das Donas. E acrescenta o autor que Rui Dias Barbosa, que não teve geração, instituiu o morgadio de Alvarães, que deixou a seu sobrinho Francisco da Rocha Barbosa, o *Moço*, filho do antedito Gonçalo da Rocha Barbosa e neto de Francisco da Rocha Barbosa, o *Velho*. Este Gonçalo da Rocha Barbosa, nascido cerca de 1540, sendo referido apenas como Gonçalo da Rocha e sendo moço menor teve a 13.5.1552 mercê dos ofícios de selador e juiz da alfândega de Caminha, por morte de seu tio João da Rocha, cargos que veio a ocupar efectivamente por cartas de 12.5.1562 e 10.4.1564, dizendo-se em nota à margem da primeira, datada de 26.11.1568, que deixou de exercer os ofícios.⁷⁵ Com efeito, já como bacharel Gonçalo da Rocha Barbosa foi depois juiz de fora de Penela⁷⁶, provedor de Leiria⁷⁷ e Santarém⁷⁸ e corregedor de Miranda (18.4.1582)⁷⁹ com apostila de aposentadoria.⁸⁰

A Gonçalo da Rocha, o *Beicudo*, dá Gaio num lugar⁸¹ cinco filhos (Francisco, Cristóvão, João, Margarida e Maria) e noutro⁸² apenas três (Francisco, João e Maria). Mas nenhum Gonçalo, como ficou dito.

Ao Francisco já me referi. Maria Barbosa, nascida cerca de 1517, casou com Jácome Rodrigues (de Luna) e cerca de 1545/50 mandaram fazer em Viana, frente à matriz, a casa dita dos Luna, como refere a inscrição que lá colocaram: “ESTA CASA MANDOU FAZER JÁCOME RODRIGUEZ CAVALEIRO FIDALGO DA CASA D'EL REI NOSSO SENHOR E COMENDADOR DE BRITO NA ORDEM DE CRISTO E SUA MULHER MARIA BARBOSA BISNETA DE FERNÃO GONÇALVES BARBOSA E BISNETA DE MARTIM DA ROCHA, FIDALGO DO SENHOR INFANTE D. PEDRO”.⁸³ Deste foi filho sucessor o doutor

⁷⁵ Chancelaria de D. Sebastião e D. António para Gonçalo da Rocha: carta de juiz da alfândega de Caminha (2, 410), carta de selador da alfândega de Caminha e verba de juiz da alfândega de Caminha (17, 392) e alvará de ordenado de juiz da alfândega de Caminha (24, 212).

⁷⁶ CFI, 18, 131.

⁷⁷ CFII, 6, 121.

⁷⁸ CFII, 16, 36v.

⁷⁹ CFI, 23, 184v.

⁸⁰ CFI, 23, 185.

⁸¹ Jácomes, §5.

⁸² Barbosas, §49.

⁸³ Jácome Rodrigues de Luna contratou o mestre João Lopes o Velho cerca de 1545 para executar um programa decorativo repleto de símbolos alusivos à nobreza da sua linhagem. No século XVII seria proprietário da Casa Luna Miguel de Vasconcelos, bisneto do encomendante e secretário de Estado de Filipe III. A Casa Luna é um prédio de três andares, prolongado para trás por duas outras casas; por este motivo, toda a estrutura da casa se apresenta bastante assimétrica. O primeiro registo do edifício principal foi alterado para a instalação de uma loja. O segundo registo está dividido por duas janelas de sacada de molduras assimétricas, sendo a da esquerda ladeada por duas pilastras decoradas com motivos lombardos. Os capitéis têm mascarões de folhagens, e na base foram esculpidos dois baixos-relevos com as figuras de um homem de turbante e um homem com elmo. A janela à direita, sem decoração, é enquadrada na base por dois guerreiros com elmo. Assentes sobre o friso que remata o conjunto das janelas, João Lopes o Velho esculpiu duas urnas, sendo a da esquerda ladeada por duas luas, uma em quarto crescente, outra em minguante, numa alusão ao proprietário. Entre as urnas foram esculpidos dois medalhões que seriam retratos dos proprietários da casa, actualmente destruídos. Este registo é rematado com um friso decorado por cabeças aladas. Na base do terceiro registo encontra-se a inscrição: “ESTA CASA MANDOU FAZER JÁCOME RODRIGUEZ CAVALEIRO FIDALGO DA CASA D'EL REI NOSSO SENHOR E COMENDADOR DE BRITO NA ORDEM DE CRISTO E SUA MULHER MARIA BARBOSA BISNETA DE FERNÃO GONÇALVES BARBOSA E BISNETA DE MARTIM DA ROCHA, FIDALGO DO SENHOR INFANTE D. PEDRO”. Acima da inscrição estão duas janelas de peito, ladeadas por colunelos decorados com motivos vegetalistas. O remate da janela esquerda é feito por uma sucessão de pequenas urnas, enquanto a outra janela é rematada por dois mascarões ladeados por urnas. A fachada lateral foi unificada com o projecto decorativo realizado por João Lopes o Velho, uma vez que é notória uma tentativa de uniformização dos dois primeiros edifícios através da decoração. O primeiro registo dos edifícios, sem decoração, apresenta três portais de entrada para a dependência traseira da casa. No segundo registo do primeiro edifício encontramos duas janelas de peito, a da direita decorada no peitoril com enrolamentos vegetalistas e ladeada por dois medalhões. A grande janela de sacada situada ao centro dos dois primeiros edifícios é profusamente decorada. De estrutura mainelada, a janela é ladeada por duas pilastras decoradas na base e no capitel. As bases têm esculpidos dois relevos, à

Miguel Jácome⁸⁴ de Luna ou da Cunha e bisneto herdeiro o tristemente célebre Miguel de Vasconcellos. Miguel Jácome de Luna ou da Cunha⁸⁵ foi desembargador dos agravos da Casa da Suplicação, corregedor do Cível da corte e vereador da Câmara de Lisboa. Com seu irmão João Jácome de Luna tirou a 26.3.1586 carta de armas para Cunha, Soares de Albergaria, Souza e Barreto.⁸⁶

João da Rocha, nascido cerca de 1520 e falecido em 1552, também é filho certo de Gonçalo da Rocha, o *Beijudo*, pois sucedeu-lhe como selador e juiz da alfândega de Caminha⁸⁷ e juiz das sisas desta vila.⁸⁸ Gaio, que não lhe dá mulher, diz apenas que foi pai de um Cristóvão da Rocha, de Velinho. Mas julgo que também foi pai de outro João da Rocha⁸⁹, dito filho de João da Rocha quando foi feito cavaleiro da Casa de D. João III com 800 reais de moradia.⁹⁰ Contudo, como foi o sobrinho Gonçalo que sucedeu nos ofícios ao tio João da Rocha, os filhos deste devem ser ilegítimos.

Sobre Margarida da Rocha, diz Gaio que casou com Luiz Álvares Belágoa, sem geração, tendo instituído o morgadio de Daião para seu irmão Francisco. Alão confirma que Luiz Álvares Belágoa casou, sem geração, com Margarida da Rocha, "*mulher nobre*", mas não sabe a sua filiação.

De Cristóvão da Rocha, que terá nascido cerca de 1518, diz Gaio que casou com Maria Quesado⁹¹ e foram pais de um João da Rocha Barbosa, casado com Catarina Barbosa, com geração. Cristóvão da Rocha pode ainda ser o homónimo que foi escrivão da conservatória da Universidade de Coimbra.⁹² Teve um filho, João da Rocha Barbosa, que foi pai de Isabel Barbosa da Rocha, casada com Jerónimo de Barros, meirinho (proprietário) da correição de Viana, em sucessão a seu pai, cargo que serviu mais de 12 anos. Por sua morte, ficando a viúva com três filhos, recebeu Isabel Barbosa da Rocha, a 7.5.1620, mercê da propriedade do dito ofício, para nele nomear um dos seus filhos, o que ela fez a 13 de Outubro desse ano no filho João da Rocha Barbosa, o qual teve de D. Filipe III confirmação da propriedade do dito ofício a 22.10.1640.⁹³

esquerda uma armadura animada, à direita um homem com elmo, e os capitéis possuem motivos vegetalistas. A imposta dos arcos do mainel é rematada por uma máscara zoomórfica. A janela é terminada por friso com duas urnas que enquadram uma cartela gravada com uma inscrição actualmente ilegível. O edifício central apresenta ainda no segundo registo da sua fachada duas janelas de peito, a da esquerda emoldurada por quatro colonelos, sendo o pormenor decorativo mais interessante dois relevos que ladeiam a moldura, um homem e uma mulher que parecem espreitar, dentro de casa, o movimento da rua. A encimar a janela foi esculpida uma cruz de Santo André. A janela do centro, ladeada por colonelos abalaustrados, apresenta uma cruz de Cristo esculpida em relevo no lintel. O último edifício, à esquerda, possui no segundo registo uma janela de moldura simples, e a rematar o seu pano murário, um terraço assente sobre cachorrada de seres fantásticos (Catarina Oliveira, GIF/IPPAR/2003).

⁸⁴ É de sublinhar aqui o uso do patronímico Jácome.

⁸⁵ Miguel Jácome de Luna é certamente o que foi cavaleiro da Ordem de Cristo em 1583 e que em 1584 já aparece como Miguel Jácome da Cunha (*Catálogo de caballeros de la Orden de Cristo (1579-1631)*). Biblioteca Nacional de Madrid. Ms. 938, "*Papeles tocantes al hábito de Cristo de Portugal*").

⁸⁶ Vide "*Para o estudo dos Aranhas e Lunas vianenses*", Manuel Artur Norton, *Cadernos Vianenses*, Tomo VIII – Julho 1984. Gaio diz que a carta de armas foi para Luna, Soares de Albergaria, Souza e Barreto. O original não é conhecido.

⁸⁷ CJIII, 3, 108.

⁸⁸ CJIII, 3, 118.

⁸⁹ Provavelmente o homónimo dito morador em Caminha na carta de armas de seu neto João da Rocha Ferreira de 29.7.1606 (CN, 1, 226v). Trata-se de uma carta para Ferreira, Rocha, Tavares e Barbuda, dada a João da Rocha Ferreira, da vila de Caminha, filho de Jorge Afonso Ferreira e sua mulher Helena da Rocha, neto paterno de Afonso Ferreira e sua mulher Guiomar Afonso Tavares de Barbuda, moradores em Lisboa, e neto materno de João da Rocha, o Velho, e sua mulher Branca Pires, moradores em Caminha.

⁹⁰ D. António Caetano de Sousa, *Provas*.

⁹¹ Os Quesado vieram para Portugal com o casamento do espanhol Mendo Sanches Quesado, no Porto. Seu filho João Quesado casou em Viana com Maria Gomes Madriz, filha de D. Frei Gomes Madriz, comendatário do mosteiro de S. Romão de Neiva, estabelecendo-se a família em Viana.

⁹² CJII, 25, 174; e 35, 96 e 100.

⁹³ CFIII, 36, 193v e 194.

Todos os anteditos irmãos eram filhos de Gonçalo da Rocha, o *Beijudo*, nascido cerca de 1486, e de sua mulher Isabel Barbosa, nascida cerca de 1490, casados cerca de 1516 e ambos falecidos depois de 1531; netos paternos de Pedro Anes Barreto, nascido cerca de 1460, e sua mulher Margarida da Rocha, nascida cerca de 1468 e casados cerca de 1485; e netos maternos de Rui Dias (de Aguiã), nascido cerca de 1450, e sua mulher Beatriz Barbosa, nascida cerca de 1460 e casados cerca de 1480.

Gonçalo da Rocha, o *Beijudo*, nascido cerca de 1486 e falecido cerca de 1549, recebedor da alfândega de Viana em 1529, juiz e selador da alfândega de Caminha e juiz das sisas desta vila, como tudo adiante se documenta, foi senhor do prazo do casal de Baltar, pois a 15.5.1531 o mosteiro de Lorrão fez tomo do prazo do casal de Baltar, na freguesia de St^a Eulália de Gundar, que então trazia Gonçalo da Rocha, fidalgo, e sua mulher Isabel Barbosa, moradores em Viana, que pagavam 900 reais de foro.⁹⁴ Por sua mulher, teve ainda a quinta de Guilhafonce ou Guilhafonxe, hoje Vila Fouche, freguesia de Valdevez.

Por sua mãe Margarida da Rocha, era Gonçalo da Rocha, o *Beijudo*, neto de Martim da Rocha, o *Cavaleiro*, nascido cerca de 1410, e de sua mulher Maria Dias (Jácome), nascida cerca de 1440.

O que Gaio e outros dizem sobre a ascendência deste Martim da Rocha está errado, como veremos.

V Origem dos Rocha

Para além de uma origem francesa completamente infundada, diz Gaio que Martim da Rocha era irmão de D. Frei Afonso da Rocha, comendatário de S. Salvador da Torre, ambos filhos de D. Frei Gomes da Rocha, comendatário de Pombeiro.

O certo é que D. Gomes da Rocha em 1456 era abade de S. Pedro de Varais (Caminha), em 1459 já era abade do mosteiro de S. Cláudio, e que só a 30.5.1461 tirou em Braga ordens de missa⁹⁵, como "*Gomez da Rocha, abbade de Sam Cloyo da diocese de Tul*". Em 1482 D. Gomes da Rocha foi eleito Dom abade comendatário do mosteiro de Pombeiro, sendo já bispo de Titiopoli.⁹⁶ Em 1491 era bispo auxiliar de Braga. Antes dele viveu D. Afonso da Rocha, que em 1440 já era comendatário do mosteiro de S. Salvador da Torre e antes foi abade de S. Paio de Meixedo.

Destes factos podemos desde logo concluir que, ao contrário do que dizem Gaio e Alão, D. Frei Gomes da Rocha não foi pai mas sim filho do abade D. Frei Afonso da Rocha. Alão não o diz mas o descarado do Gaio inventou até que D. Gomes da Rocha só foi abade depois de viúvo, e logo de uma Menezes.

D. Afonso da Rocha é de facto o mais antigo que se documenta nesta família. Já era Dom abade comendatário em 1440, quando mandou reconstruir a capela do Adro, na freguesia da Torre, em Viana, cujo padroado entregou à Senhora do Corporal, dando assim origem a estas festas vianenses. A 12.11.1442 D. Afonso V privilegiou D. Afonso, abade do mosteiro de S. Salvador da Torre, pelos serviços prestados, isentando-o do pagamento da dízima.⁹⁷ E manteve-se como Dom abade pelo menos até

⁹⁴ Prazos do mosteiro do Lorrão.

⁹⁵ Matrículas dos ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588). Tomo I. M. Antonino Fernandes.

⁹⁶ Ao contrário do que geralmente se diz, não se trata de Tripoli (então o arcebispado de Antioquia), mas sim de uma cidade do Peloponeso, hoje Tripolis, capital da Arcádia, região e prefeitura da Grécia, localizada na península do Peloponeso, ao sul do país. O bispado de Titiopli pertencia então ao arcebispado de Selencia, patriarcado de Constantinopla. Vide "*Colecção dos documentos e memorias da Academia Real da Historia portuguesa*", 1725, pelo marquês de Alegrete Manuel Telles da Silva.

⁹⁷ CAV, 23, 89v.

1449⁹⁸ e possivelmente até 1459.

Segundo alguns autores, o solar dos Rocha situava-se na freguesia de S. Paio de Meixedo, na quinta depois chamada da Portela, que incluía umas vastas ruínas castrejas, pelo que o local se chamava a Rocha. Sobre o assunto escreveu Francisco Martins Sarmiento⁹⁹, em 1881: "*A estas ruínas pertencia sem dúvida a estátua, que, diga-se de passagem, é idêntica às duas de Montalegre, hoje na Ajuda, à de Stº Ovídio (Fafe) e a outras mais, todas encontradas nas proximidades de estações arqueológicas. O abade Afonso da Rocha mandou abrir na estátua as armas da casa, sendo provável que também fosse ele quem fizesse ajustar na descabeçada figura a cabeça anacrónica que ela hoje possui. Quando, muito depois do ano 1622, os Rochas mudaram a sua residência para Viana, a estátua veio também, o que prova a veneração em que era tida, e não deixa a menor dúvida de que ela era considerada como o representante dum dos mais ilustres antepassados da família*". É assim muito natural que D. Afonso da Rocha (ou já seus pais) tivesse adoptado o nome por estas razões, sem carecer de miríficos antepassados franceses.

Como ficou dito, D. Frei Afonso é claramente anterior a D. Frei Gomes da Rocha. Com efeito, a 23.11.1456 D. Afonso V privilegiou Gomes da Rocha, abade de S. Pedro de Varais, recebendo-o sob sua guarda e encomenda.¹⁰⁰ E a 28.5.1459, por estar prestes para servir na guerra com armas e cavalos, concedeu carta de privilégio a Gomes da Rocha, abade do mosteiro de S. Croio, termo de Viana, para todos os seus caseiros, mordomos, lavradores e apaniguados que lavrarem as suas quintas e casais, e a todos os que o servirem de capas e saias, isentando-os de pagar qualquer imposto concelhio, bem como de ir com presos e dinheiros.¹⁰¹ Este mosteiro de S. Croio, que então também aparece como S. Cloyo, é o mosteiro de S. Cláudio, no concelho de Viana, que era subsidiário do mosteiro de S. Salvador da Torre, que nomeava o abade. Como ficou dito, só em 1461 tirou ordens de missa, sendo já abade do mosteiro de S. Cláudio, o que pode parecer estranho mas então se verifica em vários outros casos. Em Março de 1482 D. Gomes da Rocha foi eleito Dom abade do mosteiro de Pombeiro, sucedendo a D. Rodrigo de Mello.¹⁰² Quando foi Dom abade de Pombeiro, D. Gomes era já bispo titular de Titiopoli, sucedendo neste bispado a D. Frei Gil Pires, que também o antecedeu como bispo auxiliar de Braga.¹⁰³ D. Gomes manteve-se à frente deste mosteiro até 1490, ano em que já era abade de Pombeiro e de Cucujães D. Vasco de Miranda, que D. João II trata numa carta régia como "*nosso capelão*".¹⁰⁴ Em 1491, e pelo menos até 1494, D. Gomes da Rocha documenta-se como bispo auxiliar do arcebispo de Braga D. Jorge da Costa, o célebre *cardeal de Alpedrinha*.¹⁰⁵

Pode-se assim concluir, sem margem para dúvidas, que D. Gomes da Rocha não era nem podia ser pai de D. Afonso de Rocha, como dizem as genealogias, nem sequer seu irmão. O mais provável, portanto, é que se verifique o inverso, ou seja, que D. Afonso seja pai de D. Gomes. Para já ser abade comendatário

⁹⁸ Vide "*Antigo Mosteiro de S. Salvador da Torre e os pergaminhos da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo*", Viana do Castelo, 1986, Manuel António Fernandes Moreira.

⁹⁹ "*A estátua do Pátio da Morte*", 1881, Francisco Martins Sarmiento.

¹⁰⁰ CAV, 13, 87.

¹⁰¹ CAV, 36, 111 e 111v.

¹⁰² D. Rodrigo foi abade entre 1476 e 1482. Pouco se sabe deste abade a não ser que emprazou a 6.11.1478 os casais de Outeiro, Quebrada e do Sovoreiro, na freguesia de Vila Verde, e cujo prazo foi autorizado pelo vigário-geral de Braga, já no tempo de D. Gomes da Rocha.

¹⁰³ Vide "*Franciscanos e Dominicanos Confessores dos Reis Portugueses das duas Primeiras Dinastias*", 1993, João Francisco Marques.

¹⁰⁴ Vide "*Treslado das Doações, Foraes e Privilégios de Cucujães e S. Salvador da Torre*", ms. 45, Biblioteca de Aveiro.

¹⁰⁵ Vide "*O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588*", Francisco Carvalho Correia; e "*Relações entre as dioceses do Porto e de Braga na Idade Média*", 2002, José Marques.

em 1440, D. Afonso não nasceu depois de 1410, e provavelmente nasceu bem antes, lá para 1380/90, dado que as genealogias e outras memórias, como ficou dito, dizem que também foi abade de S. Paio de Meixedo, necessariamente antes de ser Dom abade, e sobretudo porque seu filho, certamente o primogénito, Martim da Rocha, o *Cavaleiro*, não nasceu depois de 1410, pois em 1434 foi nomeado alcaide de Viana. D. Gomes, ainda simples abade de S. Pedro de Varais em 1456, e bispo pelo menos até 1494, deve ter nascido entre 1415 e 1420, sendo portanto irmão ou meio-irmão mais novo de Martim, ambos filhos de D. Afonso.

Finalmente, tendo em conta a cronologia, de D. Afonso foi certamente filha a Beatriz da Rocha, nascida cerca de 1420, que casou com Fernando Álvares Portocarreiro, os quais em 1461 viviam na Sertã e foram pais, pelo menos, de Álvaro de Rocha e de Gonçalo da Rocha Portocarreiro. Álvaro da Rocha tirou ordens menores¹⁰⁶ em Braga a 30.5.1461 como "*Alvaro da Rocha, filho de Fernando Aluares Portocarrero e de sua mulher Beatriz da Rocha, moradores na freeguesia da Sartão da diocese da Guarda*". Gonçalo da Rocha Portocarreiro consta como avô de Pedro da Ponte Portocarreiro¹⁰⁷, morador em Ponte de Lima, que a 20.8.1539 teve carta de armas¹⁰⁸ para Portocarreiro e Rocha, com brica (quebra de varonia), onde se diz filho de Inez da Rocha, neto de Gonçalo da Rocha Portocarreiro e bisneto de Fernão Álvares Portocarreiro, fidalgo de Castela. A mãe, Inez da Rocha, certamente casou em Ponte de Lima, muito provavelmente com o Pedro da Ponte¹⁰⁹ que em 1501 foi substituído no cargo de escrivão das sisas de Ponte de Lima.¹¹⁰ O avô, Gonçalo da Rocha Portocarreiro, era portanto irmão do antedito Álvaro da Rocha. Fernão Álvares Portocarreiro, que pela cronologia do filho e do bisneto terá nascido entre 1400 e 1410, não pode deixar de ser o Fernando Álvares de Portocarreiro que foi procurador da justiça régia em Coimbra, cargo a que renunciou a 26.10.1458, sendo a 9 de Novembro seguinte nomeado em sua substituição Lopo Gonçalves, tabelião, morador em Coimbra.¹¹¹ E o Fernando Álvares de Portocarreiro, vassalo de D. Afonso V, que a 7 de Outubro do ano seguinte foi por este rei nomeado juiz do rei, dos feitos crimes e cíveis e do regimento e vereação, na vila e termo de Marvão.¹¹² Embora na matrícula do filho Álvaro conste como Portocarrero, a grafia espanhola do nome, não creio, tendo em conta os cargos ocupados, que fosse do ramo que foi para Castela na passagem do séc. XIII para o XIV.

¹⁰⁶ Matrículas dos ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588). Tomo I. M. Antonino Fernandes.

¹⁰⁷ Foi este Pedro da Ponte Portocarreiro, ou já seu filho, que comprou o edifício do Hospital Velho, em Viana, fundado em 1468 e desactivado com a fundação do Hospital da Misericórdia, e que o adaptou para sua moradia, colocando na fachada uma pedra de armas com um escudo esquartelado de Portocarreiro e Rocha (o da carta de armas).

¹⁰⁸ CJII, 27, 77v. Esta parece ser a mais antiga carta de armas de Rocha, vindo o respectivo escudo aí descrito: "*de prata com uma aspa de vermelho e n'ella cinco vieiras de oiro uma no meio e as outras nas pontas da aspa*".

¹⁰⁹ Certamente irmão de Beatriz Anes da Ponte casada com Lopo (Dias) Malheiro, requeredor dos pedidos e serviços de Ponte de Lima (1469), ambos filhos de João da Ponte, escrivão, inquiridor e distribuidor na comarca de Entre-Douro-e-Minho e escrivão do almoxarifado de Ponte de Lima, falecido em 1469. A 17.4.1450 D. Afonso V nomeou Diogo Esteves, criado do duque de Bragança, para o cargo de escrivão da escrivania na comarca de Entre Douro e Minho, em substituição de João de Ponte, seu irmão, destituído do ofício por o ter vendido sem licença régia. A 14.3.1453 o mesmo rei nomeou Paio Gomes, escudeiro da sua Casa, para o cargo de escrivão, inquiridor e distribuidor da correição de Entre-Douro-e-Minho, em substituição de João da Ponte, que fora destituído do cargo por erros que cometera, e de Afonso Vasques Colaço, escudeiro da rainha, que renunciara. A 31.8.1453 nomeou João da Ponte, escudeiro de D. Vasco de Ataíde, para o cargo de escrivão do almoxarifado de Ponte de Lima, em substituição de Diogo de Proença, comprador que foi da rainha, que renunciou. A 19.12.1455 nomeou João da Ponte, escudeiro do prior do Hospital, para o cargo de escrivão dos 10 reais que recebem no almoxarifado de Ponte de Lima para a cidade de Ceuta, em substituição de Diogo Fernandes. Finalmente, a 15.7.1499 fez a Lopo Soajo, moço do monte (monteiro), a mercê do ofício de escrivão do almoxarifado de Ponte de Lima, assim e pela maneira que até aqui foi João da Ponte, que o dito ofício tinha e faleceu, o qual haverá de mantimento 649 reais anuais, que é outro tanto como havia João da Ponte. Este João da Ponte devia ter o escudo de armas que depois usaram algumas linhas Malheiro.

¹¹⁰ A 25.11.1501 Manuel Cerveira, criado de D. João de Lima, visconde e senhor de Vila Nova de Cerveira, foi nomeado escrivão das sisas e feitos delas na vila de Ponte de Lima. O antecessor, Pedro da Ponte, por não saber ler nem escrever, dera a servir os ditos ofícios a um cristão-novo, sem para tal haver obtido consentimento régio (CMI, 2, 12).

¹¹¹ CAV, 36, 130.

¹¹² CAV, 15, 174 (carta parcialmente ilegível).

Não é conhecido nas genealogias espanholas, onde nem sequer há nesta cronologia um Álvaro de quem pudesse ser filho, dado o patronímico. Mas igualmente nas genealogias portuguesas é desconhecido, sendo que também cá Álvaro não foi pronome usado na linhagem dos Portocarreiro. Tendo em conta que Fernando Álvares de Portocarreiro nasceu entre 1400 e 1410, deverá ser neto de um Portocarreiro¹¹³ que foi para Castela por apoiar D. Beatriz contra o mestre de Avis. Fernando Álvares pode assim ter nascido em Castela, mas era português.

VI Distinção dos Rocha iniciais

A "*Beneditina Lusitana*"¹¹⁴ diz que D. Gomes da Rocha teve vinte filhos ilegítimos. Alão só lhe dá um filho Afonso e uma filha Joana, mas identifica este Afonso com o comendatário D. Afonso. Gaio faz a mesma trapalhada, dando D. Gomes simultaneamente como pai e filho de D. Afonso, repetindo esta pérola de rigor com Martim da Rocha, que também dá como filho quer de D. Afonso quer de D. Gomes. Como vimos, a cronologia obriga a que este Martim da Rocha seja filho de D. Afonso, bem como obriga que este D. Afonso seja pai, e não filho, de D. Gomes. Somando os filhos que Gaio dá quer a D. Afonso quer a D. Gomes, descontando o antedito Afonso e os repetidos, ficam quinze, a saber: Martim, Joana, Leonor, Gonçalo, Maria, Margarida (duas), João, Violante, Valentim, Beatriz, Isabel, Fernão, Inez e Filipa. Mas só estabelecendo a cronologia de cada um deles poderemos saber, deste lote, os que eram filhos de D. Afonso e os que eram filhos de D. Gomes. Para já, Martim da Rocha, o *Cavaleiro*, Inez da Rocha, Beatriz Afonso (na verdade Beatriz da Rocha, como já ficou dito, sendo casada com Fernando Álvares de Portocarreiro), Margarida Afonso, Isabel Afonso e Violante Afonso¹¹⁵, dada a sua cronologia e nestas últimas o patronímico, eram necessariamente filhos de D. Afonso, que, como vimos, foi também o pai de D. Gomes da Rocha.

De Inez da Rocha é certamente filho Martim da Rocha, o *Moço*, nomeado em 1459 escrivão da alfândega de Viana. Esta designação, que se documenta, é evidentemente para o distinguir de Martim da Rocha, o *Cavaleiro* ou o *Velho*. Mas seria utilizada quer ele fosse seu filho quer seu sobrinho. Com efeito, a 17.3.1459 D. Afonso V nomeou Martim da Rocha, o *Moço*, para o cargo de escrivão da alfândega de Viana, em substituição de Álvaro Anes Vilarinho, que fora destituído do cargo por cometer erros.¹¹⁶ E são sobretudo duas as razões porque entendo que este Martim da Rocha, o *Moço*, era sobrinho de Martim da Rocha, o *Cavaleiro*. Desde logo, a cronológica, ou seja, tendo Martim da Rocha, o *Cavaleiro*, nascido

¹¹³ Julgo que Fernando Álvares de Portocarreiro era neto materno de João Rodrigues de Portocarreiro, rico-homem, meirinhom do reino (13.8.1376), 1º senhor de juro e herdade de Vila Real (13.8.1372), senhor de juro e herdade de Portocarreiro (ib), de Campelos, de Vilarinho de Castanheira, do couto de Resende, de S. Felix de Galegos (1370), etc. João Rodrigues de Portocarreiro seguiu o partido da rainha e foi para Castela, perdendo todos os seus bens, salvo o senhorio de Vila Real, que sua filha D. Maior Anes de Portocarreiro tinha levado em dote do seu casamento com D. João Afonso Telles (de Menezes), 1º conde de Viana do Alentejo (10.4.1376), sendo pais de D. Pedro de Menezes, 1º conde de Vila Real (1424). As genealogias apenas dão a João Rodrigues de Portocarreiro aquela sua filha legítima D. Maior. Mas ele teve pelo menos mais uma filha (bastarda ou legítima) que casou com Lopo Esteves de Ansiães, pois a 2.10.1384 o mestre de Avis doou a Lopo Esteves de Ansiães, seu bom servidor, o senhorio de juro e herdade de Campelos (hoje freguesia de Carrazeda de Ansiães), tal como tinha seu pai (que aqui só pode estar por sogro) João Rodrigues de Portocarreiro, que andava em desserviço. João Rodrigues de Portocarreiro pode, portanto, ter tido outra filha (bastarda ou legítima) casada em Castela com um Álvaro, pais de Fernando Álvares.

¹¹⁴ Tomo 2, Trat. 1, parte 1ª, pag. 73 e cap. 1º, pag. 72.

¹¹⁵ Ascendente dos Rocha Páris, segundo as genealogias.

¹¹⁶ CAV, 36, 4.

cerca de 1410, torna-se difícil que tivesse um filho nomeado escrivão em 1459, e este nunca poderia ser do seu casamento com Maria Dias, que era bem mais nova do que o marido, pois terá nascido cerca de 1440. A segunda razão prende-se com o facto de Martim da Rocha, o *Moço*, ter sucedido no cargo a Álvaro Anes Vilarinho. Ora, Alão diz que Inez da Rocha casou com Duarte Álvares Vilarinho, escrivão da fazenda e direitos reais da alfândega de Viana, sendo este irmão de Álvaro Anes Vilarinho (embora pela onomástica este Álvaro mais pareça pai de Duarte). Não encontrei a nomeação para este cargo nem de Duarte Álvares Vilarinho nem de Álvaro Anes Vilarinho. Mas, quer Duarte Álvares o tenha exercido ou não, se Martim da Rocha, o *Moço*, fosse filho deste, teria ao menos sucedido ao tio (ou avô). Pelo que creio que este Martim da Rocha, o *Moço*, era de facto filho de Inez da Rocha, sendo esta irmã de Martim da Rocha, o *Cavaleiro*. Com efeito, se esta Inez nasceu cerca de 1411 pode perfeitamente ter casado com 15 anos (a média da época) em 1426, nascendo Martim da Rocha, o *Moço*, cerca de 1427, o que já permite a sua nomeação para escrivão da alfândega em 1459.

Documento também um Diogo da Rocha como sobrinho de Martim da Rocha, o *Cavaleiro*, que devia ser irmão de Martim da Rocha, o *Moço*. A 11.10.1444 D. Afonso V perdoou a justiça régia e concedeu carta de segurança a Diogo, sobrinho de Martim da Rocha, escudeiro do infante D. Pedro, acusado de ter ferido Vasco Anes, peão de Aires Gomes da Silva, pela fuga da prisão, contanto que se livre de direito do que era acusado.¹¹⁷ Nascido cerca de 1428, este Diogo teria então cerca de 15, o que concorda com a forma como é tratado. Em 1451 já era escudeiro do infante D. Henrique, quando a 7 de Julho desse ano foi nomeado um dos escrivães da fazenda da cidade de Ceuta¹¹⁸, cargo que ocupou quatro anos, pois a 15.7.1455 D. Afonso V nomeou João Garcez, escudeiro, criado do conde de Vila Real, e a pedido deste, para o cargo de escrivão da fazenda régia da cidade de Ceuta, em substituição de Diogo da Rocha, que fora ocupar outros cargos na cidade do Porto.¹¹⁹ E a 2.8.1459 o mesmo rei confirmou o aforamento a Diogo da Rocha, escudeiro da sua Casa, morador na cidade do Porto, de umas casas na rua Nova da dita cidade, pelo foro anual de 700 reais de prata, a pagar pelo dia de S. Miguel de Setembro.¹²⁰ E a 23.8.1472 doou a Diogo da Rocha, cavaleiro da Casa do príncipe, uma casa e cortinhal no Porto, que João de Vilela deixara à igreja de Santa Maria e que João de Guimarães, abade da dita igreja, não vendera conforme era de lei, e que por isso a perdera.¹²¹ Finalmente, deve ser o Diogo da Rocha que o rei D. João II a 8.12.1483 (teria ele 55 anos) confirmou como escrivão das sisas e dízima dos vinhos e pescado do Porto¹²², a 29.7.1484 nomeou tabelião do Porto¹²³ e a 23.8.1487 deu carta de privilégio.¹²⁴ Neste mesmo ano Diogo da Rocha terá regressado a Viana, sendo o Diogo da Rocha, cavaleiro da Casa de D. João II, que a 13.3.1487 foi nomeado vedor dos vassallos reais de Viana e Caminha¹²⁵ e a 7 de Maio do mesmo ano teve deste rei mercê de bens em Viana.¹²⁶

Deste Diogo da Rocha devem descender os verdadeiros Rocha do Porto, nomeadamente (seu bisneto?) António da Rocha¹²⁷, aí nascido cerca de 1510, que casou com Maria de Figueiredo em Nevogilde

¹¹⁷ CAV, 25, 15.

¹¹⁸ CAV, 11, 83v.

¹¹⁹ CAV, 13, 129.

¹²⁰ CAV, 36, 213v e 214.

¹²¹ CAV, 29, 197.

¹²² CJII, 24, 145.

¹²³ CJII, 22, 52.

¹²⁴ CJII, 20, 194.

¹²⁵ CJII, 19, 114.

¹²⁶ CJII, 4, 71.

¹²⁷ Faleceu antes de 1583, uma vez que o seu óbito, bem assim como o de sua mulher Maria de Figueiredo, não constam em S. Nicolau. Já então (finais do séc. XVI) nesta freguesia viviam indivíduos com o nome Rocha com estatutos muito diferentes, sendo

(Lousada), onde vivia em 1551¹²⁸, sendo depois morador com sua mulher na cidade do Porto, freguesia de S. Nicolau, possivelmente na Rua Nova, como se documenta no casamento do filho Gonçalo da Rocha¹²⁹, cidadão do Porto, no segundo domingo (sic) de Outubro de 1588, em Rio de Moinhos (Penafiel), com D. Mariana de Ozorio¹³⁰, senhora da quinta do Paço, em Valpedre (Penafiel), das quintas de Piães e de Vau, em Paço de Sousa, e da quinta da Juncosa, no lugar da Ribeira, em Rio de Moinhos, onde o dito marido instituiu a capela de N^a S^a da Graça. No seu título de Aranhas do Porto, Alão não refere os anteditos mas diz que os Rocha Leão, desta cidade, descendem de um Fernão Gonçalves da Rocha, cidadão do Porto, natural do termo de Lafões, acrescentado que estes "*Rochas tomaram o apelido de um sítio onde moraram, que chamam a Rocha, no lugar de Covas do Monte, termo de Alafões*". É possível, mas parece demasiada coincidência. Este Fernão Gonçalves da Rocha nasceu entre 1490 e 1500 e bem podia ser pai do antedito António da Rocha, morador na freguesia de S. Nicolau da cidade do Porto. Aliás, Alão dá a Fernão Gonçalves da Rocha um filho, chamado Manuel da Rocha¹³¹, e "*outro*", que não nomeia. Portanto, Fernão Gonçalves da Rocha bem podia ser neto de Diogo da Rocha, e mais provavelmente neto materno, dados o patronímico Gonçalves e a cronologia.

Já de D. Gomes da Rocha foi certamente filho o Diogo da Rocha que tirou ordens menores em Braga a

possivelmente os de baixo estatuto cristãos-novos que adoptaram o nome. Entre estes está Manuel da Rocha, sapateiro, casado com Bárbara Correia, cuja filha Camila foi bat. a 17.10.1592, ib. E Gonçalo da Rocha, morador na Reboleira, que parece ser o que aí faleceu na peste a 12.11.1599, casado com Maria Antónia, cujo filho Gonçalo foi aí bat. a 22.5.1591, sendo padrinho Gaspar Gonçalves, sapateiro. De estatuto bem diferente é o "*Snr. António Vaz da Rocha*", como é referido quando foi padrinho a 1.11.1592 em S. Nicolau, e que aí faleceu a 10.8.1597, sendo morador na Rua Nova, vindo sua mulher Francisca de Reimonde a falecer viúva a 8.5.1598, ib. Deste parece irmã a Isabel da Rocha falecida a 8.12.1594, ib, sendo mulher de João Cardoso de Miranda, também morador na Rua Nova, que veio a falecer 9 dias depois. Finalmente, destes parece ainda irmã a Antónia da Rocha que faleceu da peste a 4.11.1599, um dia depois de ter falecido do mesmo mal sua sobrinha Luiza da Rocha, cujo óbito diz que tinha de seu 2.500 cruzados (avultada fortuna) e não tinha herdeiro forçado. Esta Luiza da Rocha devia assim ser filha (então órfã) ou de António Vaz da Rocha ou de sua proposta irmã Isabel da Rocha. António Vaz da Rocha e suas propostas irmãs podiam ser irmãos do Gonçalo da Rocha, de S. Nicolau, que casou com D. Mariana de Ozorio, o qual em 1592 se documenta irmão justamente de uma Isabel da Rocha, conforme refiro na nota nº 127, bem assim como de Jorge da Rocha, também aí referido. Seriam assim todos filhos de António da Rocha e sua mulher Maria de Figueiredo. Acresce dizer que um Manuel da Rocha, natural do Porto, filho de António Ferreira, esteve matriculado em Cânones na UC entre 1621 e 1629. E um João da Rocha, também do Porto, filho de Tomé Pereira, formou-se em Cânones na UC a 24.3.1646. Finalmente, um Gaspar da Rocha foi juiz das sisas do Porto (CFI, 30, 193) e escrivão da ouvidoria do crime do Porto (CFII, 8, 370; e 17, 29v) e um Manuel da Rocha foi escrivão das acções novas do Porto (CFI, 8, 203; e CFII, 30, 129v) e contador da provedoria do Porto (CFII, 31, 236).

¹²⁸ A 22.5.1551 foi madrinha em Nevogilde Maria, filha de António da Rocha.

¹²⁹ Este Gonçalo documenta-se irmão de uma Isabel da Rocha que com ele foi madrinha em 1592 em Rio de Moinhos. E tudo indica que, para além do que ficou dito na nota nº 125, fosse também irmão de Jorge da Rocha, nascido cerca de 1536 em Nevogilde, que casou com Maria Gonçalves Passos, sendo pais de Baltazar da Rocha, que em 1602 vivia em Nevogilde com sua mulher Catarina Carneiro, e de António da Rocha, nascido cerca de 1562 em Nevogilde, cidadão do Porto, onde viveu na rua da Ponte de S. Domingos e onde faleceu a 23.11.1645, sendo sepultado na igreja de N^a S^a de Agosto (Porto). Deste último foi filho António da Rocha Passos, cidadão do Porto e rico mercador, "*pagador do terço da Câmara nas guerras passadas*" (da Restauração) e familiar do Santo Ofício (19.6.1656), que casou a 23.1.1656, na capela de N^a S^a das Neves (Largo de S. Domingos, Porto), com Luiza Pacheco Pereira (1635 - /1697), senhora das casas sobradas na rua da Ponte de S. Domingos (Porto) e da quinta do Valinho, em Beire (Paredes), que sucedeu a sua tia Maria de S. Paulo Pacheco no prazo do casal da Quebrada, ib, que juntou à dita quinta. Destes foi filha, sucessora na quinta do Valinho, Mariana da Conceição Pacheco Pereira, que casou a 13.4.1678, na Sé do Porto, com seu primo José Correa (Botelho) Pacheco Pereira (1653 - ca 1690), cidadão do Porto, capitão, mercador e armador de navios, com geração. Vide o meu trabalho "*Quinta do Maravedi. Subsídios para a sua História*", Gaia 1994.

¹³⁰ No assento de casamento aparece como Maria Teixeira d'Osouro, mas é como D. Mariana de Ozorio que fez testamento a 23.6.1624, deixando herdeiros seus primos "*J^o e Manoel da Cunha, filhos de D. Elena de Ozorio*". Era filha de João Teixeira, senhor da dita quinta da Juncosa, onde faleceu viúvo a 11.4.1603, e de sua mulher Guiomar de Ozorio, filha esta de Gonçalo de Ozorio, fidalgo da Casa Real, abade de S^t M^o de Alijó e de S^t Margarida de Lousada, legitimado com sua irmã Helena por carta real de 18.3.1511, a pedido dos pais (D. João Lopes de Ozorio e D. Guiomar da Cunha), que já os tinham legitimado em instrumento lavrado a 18.10.1503 no tabelião Jorge Álvares Rangel. Não se pode confundir esta D. Mariana de Ozorio com sua prima homónima que também casou com um Gonçalo da Rocha, conforme ficou dito no nº VI.

¹³¹ Casado com Inez Aranha, filha de Cosme Aranha, o Velho, procurador da cidade do Porto em 1559 e recebedor da imposição do vinho.

30.5.1461, como "*Diego da Rocha, da freguesia da Sam Salvador da Torre da diocese de Tui, que per tanto tempo quanto de direito abasta he morador em esta diocese, de monge professo e solteira gerado, dispensado auctoritate appostolica*". Bem assim como o João da Rocha¹³², noviço no mosteiro de Refoios, que tirou ordens maiores¹³³ em Braga a 22.12.1464 como "*Joham da Rocha, da freguesia de Sam Salvador da Torre da aministraçom de Tui, de leçença de seu Prellado, de monacho professo et soluta genitus, actoritate appostolica dispensado per o prior de Refoyos a que foe cometido e jurou aos euangelhos que foy dispensado*". Portanto, são ambos de S. Salvador da Torre e filhos de monge professo, sendo João ainda noviço, pelo que terão nascido antes de 1440. Embora a naturalidade em S. Salvador da Torre pudesse indicar que eram filhos de D. Afonso, que em 1440 já era Dom abade comendatário deste mosteiro, a cronologia e o facto de o pai ser apenas monge aponta para que fossem filhos de D. Gomes, como vimos nascido entre 1415 e 1420, que em 1440 devia, justamente, ser apenas monge no mosteiro de seu pai, sem ter sequer ordens de missa, que só tirou em 1465, sendo já abade do mosteiro de S. Cláudio, depois de ter sido abade de S. Pedro de Varais, como tudo também já ficou dito.

Acresce que existiu um João da Rocha anterior, nascido cerca de 1419 e falecido antes de 17.7.1499, e este sim, era certamente filho de D. Afonso. Trata-se do João da Rocha que foi tabelião do público e judicial e escrivão das sisas das vilas de Cantanhede, Ançã e Mira, e certamente vassalo dos senhores de Cantanhede D. Fernando de Menezes e seu filho D. João de Menezes. Com efeito, a 17.7.1499 Martim da Rocha, criado de D. Pedro conde da vila de Cantanhede¹³⁴, teve o ofício de tabelião do público e judicial desta vila em sucessão a seu falecido pai.¹³⁵ E a 11.12.1504 D. Manuel I confirmou Martim da Rocha, escudeiro, criado do conde D. Pedro, como escrivão das sisas de Cantanhede, Ançã e Mira, como fora João da Rocha, seu falecido pai.¹³⁶ Este João será pois o tronco dos verdadeiros Rocha que foram para a Beira¹³⁷, sendo muito provavelmente o João da Rocha que se documenta a viver em Oliveira de Frades (Lafões), onde terá casado cerca de 1441, pois a 21.3.1442 D. Afonso V perdoou a justiça régia e concedeu carta de segurança a Lourenço Vicente, morador em Vouzela, do julgado de Lafões, por querela que dele deram Afonso Pais da Trapa, Afonso Gonçalves e Afonso Anes, todos sapateiros, acusando-o de ter dormido com as mulheres de João da Rocha, morador em Oliveira de Frades, e de Afonso Pires, morador em Vouzela, que então estavam a servir em Ceuta, e pela fuga da prisão, contanto se livre de direito do que fora acusado e preso.¹³⁸ Sendo portanto o João da Rocha que a 16.10.1484 foi feito escrivão das sisas de Cantanhede¹³⁹ e a 11.8.1486 teve de D. João II a administração de uma capela.¹⁴⁰

Seu filho Martim da Rocha, que terá nascido cerca de 1445, em 1510 apresentou uma petição ao rei D. Manuel I, na qual fazia saber que sendo tabelião na vila de Cantanhede e escrivão das sisas nessa vila e na de Ançã, por um erro que ele fizera no ofício de tabelião fora preso e julgado em sete anos de degredo para Arzila e privado dos ofícios, segundo se contém na citada sentença, sem poder servir em

¹³² Este João da Rocha foi também comendatário de S. Salvador da Torre, deixando vários filhos ilegítimos.

¹³³ Matrículas dos ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588). Tomo I. M. Antonino Fernandes.

¹³⁴ D. Pedro de Menezes foi o 1º conde de Cantanhede, a 6.8.1479.

¹³⁵ CMI, 14, 50v.

¹³⁶ CMI, 23, 42.

¹³⁷ Nomeadamente antepassado (bisavó?) de Beatriz da Rocha, nascida cerca de 1522 e falecida a 15.11.1590 na sua quinta da Corujeira, em Ventosa (Vouzela), sendo casada com Rodrigo Afonso de Alvellos, 1º capitão-mor de Vouzela e senhor da antedita quinta, onde faleceu a 25.7.1591, com geração. Vide as minhas "*Ascendências Viseuses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*", Porto 2004.

¹³⁸ CAV, 37, 130v.

¹³⁹ CJII, 22, 109.

¹⁴⁰ CJII, 8, 7.

ofícios judiciais. O suplicante pedia para poder de novo exercer os referidos ofícios apesar da dita infâmia, o que lhe foi concedido, como se nunca tivesse incorrido nela.¹⁴¹ Assim, a 24.7.1511 Martim da Rocha, escudeiro do conde de Cantanhede, teve mercê do ofício de tabelião do público e judicial nessa vila e seu termo, substituindo Diogo da Rocha, que ao mesmo renunciou.¹⁴² Este Diogo da Rocha era certamente seu filho, portanto nascido cerca de 1470, tendo substituído o pai no ofício quando ele foi condenado. E era certamente o Diogo da Rocha, escudeiro de D. Garcia de Menezes¹⁴³, que a 23.6.1515 foi nomeado escrivão das sisas do lugar de Vagos, substituindo no cargo Diogo Fernandes, que dele renunciou.¹⁴⁴

De D. Gomes foi ainda filha¹⁴⁵ Leonor da Rocha, que casou cerca de 1480, em S. Fins do Torno (Lousada), com Heitor Paes de Magalhães¹⁴⁶, nascido cerca de 1442. Este, como "*Eytor Paaes, filho de Paay Rodriguez de Magalhãaes e de sua molher Maria Nouaaes moradores na freeguesia de Arcuzello desta diocese*", tirou ordens menores¹⁴⁷ em Braga a 27.3.1456 e como Heitor de Magalhães a 2.4.1487 teve carta de privilégio¹⁴⁸ e a 23.7.1487 foi nomeado coudel de Felgueiras.¹⁴⁹

De D. Gomes também parece certo que foi filha Joana da Rocha. Diz Gaio que esta Joana casou com João Rodrigues Pimentel e que este demandou pelo morgado de Semelhe o Cabido de Braga, ao qual seu pai o deixara em testamento, e que João Rodrigues Pimentel fez seu testamento em Braga a 3.7.1525 nas notas de Fernão Soares, no qual nomeou o morgado de Semelhe em seu filho António Pimentel, e a 6 de Dezembro, estando já doente, lho passou, por escritura de 13.1.1526 nas notas de Braz Veloso. E acrescenta que nasceu em 1505 Pedro da Rocha Pimentel, o filho mais velho que João Rodrigues Pimentel afastou da sucessão no morgadio. Alão chama apenas João Pimentel ao marido de Joana da Rocha, dizendo que era de Torres Novas e que "*tirou por demanda ao Cabido de Braga a Capela do Arcebispo D. João Egas*". Julgo que o marido de Joana da Rocha se chamou de facto João Pimentel e que é o homónimo que a 6.5.1482 foi nomeado tabelião de Ponte de Lima¹⁵⁰, bem assim como o que em 1501 era chanceler da comarca de Entre-Douro-e-Minho, como se vê numa carta real de 31.8.1501, na qual D. Manuel I deu razão a João de Aveiro, escudeiro da sua Casa, morador na vila de Caminha, que enviou dizer que entre ele e Alexandre de Mariz, outrossim escudeiro e aí morador, houvera uma contenda sobre um cano de água de sua casa por onde lançavam águas de que ele recebia má vizinhança. A qual contenda se ordenara perante João Mendes, corregedor da comarca da Estremadura, que então estava com a correição na dita vila, o qual determinara a dita cousa e dera um alvará a Alexandre de Mariz para que tivesse o cano aberto e não lançasse por ele senão água limpa. E Alexandre de Mariz e os de sua casa em "*atrevimento*" do alvará do corregedor, faziam outras muitas sujidades pelo dito cano, do que ele se fora agravar ao corregedor. E, em se queixando da dita má vizinhança que lhe assim fazia, furioso e acidentalmente, perante o corregedor acertara de dizer que não cria em Deus se não faziam pelo dito cano cousas que não eram para se fazer. E, estando à prática perante o dito corregedor, este mandou perguntar certas testemunhas que eram presentes e o condenara por sentença em um ano de degredo para a cidade de Ceuta. E enviava pedir que o rei lhe relevasse o

¹⁴¹ CMI, 3, 47v.

¹⁴² CMI, 8, 71v.

¹⁴³ Seguramente D. Garcia de Menezes, filho do segundo casamento do 1º conde de Cantanhede.

¹⁴⁴ CMI, 24, 96.

¹⁴⁵ Segundo garante uma nota de M. Antonino Fernandes na reedição da "*Pedatura Lusitana*".

¹⁴⁶ Vide o meu "*Ensaio sobre a origem dos Magalhães*", 2007.

¹⁴⁷ Matrículas dos ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588). Tomo I. M. Antonino Fernandes.

¹⁴⁸ CJII, 19, 127.

¹⁴⁹ CJII, 20, 130.

¹⁵⁰ CJII, 2, 96.

ano de degredo em que fora condenado pela dita sentença de condenação, escrita por João Pimentel, que naquele tempo era chanceler, a 17.7.1501, e assinada pelo dito João Mendes, corregedor.¹⁵¹ Tendo tudo em consideração, concluo que Joana da Rocha nasceu cerca de 1478, podendo assim bem ser a filha mais nova de D. Gomes (que então teria 60 anos), certamente de mãe diferente dos outros.

VII Martim da Rocha, o Cavaleiro

Aqui importa-me sobretudo Martim da Rocha, o *Cavaleiro* ou o *Velho*, nascido cerca de 1410, que só podia ser filho de D. Afonso, como vimos. Alão diz que este Martim da Rocha viveu em Viana, em umas casas suas na rua do Poço, “em que tem seu meio corpo feito de pedra, que é sua figura”.¹⁵² Mas nenhuma genealogia o diz almoraxarife de Viana, cargo que exerceu 12 anos, até o perder por ter combatido do lado errado na batalha de Alfarrobeira.

Com efeito, a 23.6.1439 D. Afonso V confirmou a nomeação de Martim da Rocha, escudeiro da Casa do infante D. Pedro, para o cargo de almoraxarife régio em Viana, que tinha sido nomeado para este cargo por D. Duarte a 13.1.1434.¹⁵³ Mantinha-se almoraxarife régio de Viana quando a 13.1.1446 D. Afonso V fez quitação a Martim da Rocha da verba que recebeu e despendeu do almoraxarifado do dito lugar, relativa aos anos de 1436 e 1437, apesar de não ter apresentado comprovativo da mesma.¹⁵⁴ Bem como a 6.11.1449, quando o mesmo rei privilegiou André Gonçalves Flamengo, sapateiro, morador na cidade do Porto, a pedido de Martim da Rocha, almoraxarife em Viana de Caminha, criado do infante D. Pedro, isentando-o do pagamento de diversos pedidos, impostos, encargos, serviços e ofícios régios e concelhios, de ser posto por besteiro do conto, bem como do direito de pousada.¹⁵⁵ Martim da Rocha combateu depois na batalha de Alfarrobeira ao lado do seu senhor, na sequência do que perdeu certamente o cargo de almoraxarife do rei. Com efeito, a 8.4.1451 D. Afonso V perdoou a pena corporal e a infâmia a Martim da Rocha, escudeiro do infante D. Pedro, por ter estado na batalha de Alfarrobeira ao lado do dito infante, bem como lhe restitui todos os benefícios, honras e liberdades.¹⁵⁶ Mas não o cargo, pois não volta a ser referido como tal, embora tenha entretanto passado a escudeiro da Casa Real. E foi depois procurador de Viana às Cortes de Lisboa de 1455. Com efeito, a 28.3.1455 D. Afonso V decidiu favoravelmente, na sequência dos capítulos apresentados nas Cortes de Lisboa de 1455 por Martim da Rocha, escudeiro da sua Casa, procurador da vila de Viana da Foz do Lima, entre outros, os pedidos para que o monarca decidisse no caso do foro que pagavam ao arcebispo, para que o monarca provesse sobre os resíduos de uma igreja no termo dessa vila, para que os juizes tomem conhecimento da estada dos corregedores e das malfetorias que fazem.¹⁵⁷ Finalmente, passou para a Casa do duque de Bragança, já cavaleiro, falecendo depois de 13.7.1473, data em que D. Afonso V confirmou o perfilhamento de Tristão da Rocha e de Manuel da Rocha, filhos de Martim da Rocha, cavaleiro da Casa do duque de Bragança, feito por Tereza Gonçalves, moradora na vila de Mesão Frio, viúva de Martim

¹⁵¹ CMI, 46, 46.

¹⁵² Trata-se na verdade da estátua referida na pág. 15.

¹⁵³ CAV, 18, 94v.

¹⁵⁴ CAV, 5, 6v e 7.

¹⁵⁵ CAV, 11, 73v.

¹⁵⁶ CAV, 11, 19v.

¹⁵⁷ CAV, 15, 135 e 135v.

Vasques, a pedido da dita viúva, por instrumento público de perfilhamento de 11.4.1472.¹⁵⁸ Qual era a relação familiar entre esta Tereza Gonçalves e Martim da Rocha, se é que a tinham? Estes perfilhamentos são muito comuns na época e destinavam-se principalmente a garantir heranças e direitos de casais sem filhos, que de outra forma se perdiam para a coroa, sobretudo os direitos. Por isso careciam de confirmação real.

Martim da Rocha casou, segundo todas as genealogias, com Maria Dias (Jácome), filha de Diogo Jácome, meirinho da comarca e correição de Entre-Douro-e-Minho, e de sua mulher Leonor Vasques. Estou convencido de que esta Leonor Vasques era irmã do antedito Martim Vasques, de quem era viúva a perfilhadora Tereza Gonçalves. Portanto, aqueles dois filhos de Martim da Rocha foram perfilhados por uma tia-avó por afinidade, garantindo assim a herança e direitos. Até porque a mulher de Martim da Rocha, Maria Dias, tinha vários irmãos, nomeadamente Lopo Dias, escudeiro do arcebispo de Braga. A 3.6.1443 o rei D. Afonso V perdoou a justiça régia a Lopo Dias, escudeiro do arcebispo de Braga, acusado de ter espancado João Pires, sapateiro, e sua mulher Inez Pires, moradores na vila de Leiria, tendo pago 2.000 reais para a Chancelaria.¹⁵⁹ E a 14.5.1444 o mesmo rei perdoou a justiça régia a João Vasques, criado de Afonso Pimenta, alcaide-mor da cidade de Braga, e a outros seus criados, por querela que deles dera Lopo Dias, morador na freguesia de Maximinos, couto da cidade de Braga, mediante o perdão das partes, tendo pago cada um 600 reais para a Chancelaria.¹⁶⁰ A carta de armas de seu neto, referida adiante, diz que este Lopo Dias foi alcaide do castelo de Ervededo.¹⁶¹

VIII Os Jácome

Diogo Jácome, sogro de Martim da Rocha, nasceu cerca de 1400 e faleceu em 1453. A 2.9.1439 o rei D. Afonso V nomeou João Vasques, criado de Diogo Jácome, para o cargo de porteiro das obras da cidade de Braga.¹⁶² A 30.12.1441 o mesmo rei privilegiou Vasco Fernandes, morador em Chãos, arrabalde da cidade de Braga, criado de Diogo Jácome, e a seu pedido, isentando-o de ser posto por besteiro do conto.¹⁶³ A 10.3.1444 nomeou Diogo Jácome, morador na cidade de Braga, para o cargo de coudel da dita cidade.¹⁶⁴ No exercício deste cargo teve problemas com o regente D. Pedro e fugiu para Castela, pois a 21.4.1445 D. Afonso V perdoou qualquer pena corporal a Diogo Jácome, a pedido de Fernando Coutinho, do seu Conselho, por ter ido para Castela, por ter falado contra o serviço régio e o infante D. Pedro, bem como lhe concedeu licença para que possa viver no reino.¹⁶⁵ Foi depois meirinho de Entre-Douro-e-Minho, possivelmente após Alfarrobeira, mas não encontrei a carta de nomeação. E faleceu em 1453, pois a 14 de Setembro deste ano o rei nomeou Lopo Fernandes, escudeiro da rainha, para o cargo de meirinho da comarca e correição de Entre-Douro-e-Minho, em substituição de Diogo Jácome, que morrera.¹⁶⁶ Finalmente, a 9.7.1455 D. Afonso V perdoou a justiça régia a Rodrigo Álvares,

¹⁵⁸ CAV, 29, 104.

¹⁵⁹ CAV, 27, 101.

¹⁶⁰ CAV, 24, 64v.

¹⁶¹ Este castelo pertencia ao Arcebispado de Braga, que nomeava os respectivos alcaides.

¹⁶² CAV, 27, 58v.

¹⁶³ CAV, 2, 48.

¹⁶⁴ CAV, 24, 38v.

¹⁶⁵ CAV, 5, 1v.

¹⁶⁶ CAV, 4, 43.

natural da cidade do Porto, acusado de ter dormido e roubado alguns objectos da casa de Leonor Vasques, mulher de Diogo Jácome, meirinho da correição de Entre-Douro-e-Minho, que antes de falecer lhe tinha perdoado, tendo pago 500 reais de prata para a Chancelaria.¹⁶⁷ Dizem as mesmas genealogias que Diogo Jácome era parente do lisboeta D. Martinho Afonso da Charneca, arcebispo de Braga (1398-1416), de quem terá sido escudeiro, parentesco esse que é altamente duvidoso, embora de facto pudesse ter sido parente de alguma das várias amantes deste prelado.

Jácome é e era um nome próprio, portanto também um patronímico, de forma que não há razão nenhuma para supor, ao contrário do que dizem as genealogias tardias, que este Diogo Jácome tivesse alguma ligação familiar como os vários Jácome que aparecem então dispersos pelo país. Esta família veio depois a fixar o patronímico Jácome, como aconteceu em muitos outros casos.

Um dos indivíduos que usou este patronímico e que mais se notabilizou, sobretudo pelo casamento das filhas e netas, foi Pedro Jácome, amo do infante herdeiro D. Afonso (malogrado filho de D. João II). Sobre este Pedro Jácome nem vale a pena cotejar Gaio, pois desenvolve as trapalhadas do costume, dando-lhe no mesmo texto diferentes filiações. Alão dá-o como irmão de Maria Dias (mulher de Martim da Rocha) e de Lopo Dias, dizendo que foi amo do príncipe D. Afonso e casou com Maria Teixeira, mulher "*de baixa sorte*", acrescentado que outros dizem que a mulher se chamou Leonor Vieira, ama de leite do dito infante.

Ao certo, confirmei que a mulher de Pedro Jácome foi ama de leite do infante D. Afonso e que ele é referido como amo (designação também dada aos maridos das amas), como se comprova na carta de privilégio que D. João II lhe deu a 5.5.1487.¹⁶⁸ Mas também porque foram pais de D. Violante Jácome, dita colaça do infante D. Afonso, a qual portanto nasceu em 1473 (ano do nascimento de D. Afonso), casou em 1499 e ainda vivia em 1521. Bem assim como de Fernão Jácome, dito "*filho da Ama*" na lista de 1489 de moços fidalgos da Casa Real.¹⁶⁹ E de D. Leonor Jácome, falecida cerca de 1556, cujo dote de casamento foi dado pelo dito príncipe D. Afonso.¹⁷⁰ E não acertou Alão senão de raspão no nome da mulher de Pedro Jácome, que documentei como Margarida Vieira. Com efeito, a 16.3.1494 Margarida Vieira, mulher que foi de Pedro Jácome, cavaleiro da Casa Real, teve carta de confirmação de uma tença anual de 15.000 reais de prata.¹⁷¹ Pedro Jácome, que terá portanto falecido em 1494 e nascido cerca de 1445/50, foi amo do infante D. Afonso e cavaleiro da Casa Real. Algumas genealogias dizem que foi morador em Tomar, mas eu creio que viveu em Lisboa.

Mas será verdade que este Pedro Jácome era filho de Diogo Jácome, como diz Alão, ainda que indirectamente, pois apenas diz que era irmão de Lopo Dias e Maria Dias? Não creio. Documentam-se nesta época vários Jácome, distribuídos por todo o país, como é natural no patronímico de um pronome então bastante comum. Sendo de destacar, por exemplo: um Fernão Jácome, cavaleiro da Casa Real, que a 28.5.1450 teve carta de privilégio¹⁷²; um Diogo Jácome, morador no Porto, que num jogo de laranja (sic) foi ferido num olho, perdendo-o, sendo o culpado, Pedro Anes Armiro, morador na mesma cidade, obtido a 8.5.1480 carta de perdão de D. Afonso V, mediante o perdão das partes, que obteve por instrumento público de perdão de 19.4.1480, e tendo pago 1.000 reais para a Arca da Piedade¹⁷³; outro Diogo Jácome, morador em Montemor-o-Novo, que a 7.8.1480 também teve carta de perdão da justiça

¹⁶⁷ CAV, 15, 175v.

¹⁶⁸ CJII, 21, 141.

¹⁶⁹ D. António Caetano de Sousa, *Provas*.

¹⁷⁰ CMI, 38, 12v.

¹⁷¹ CMI, 27, 16v.

¹⁷² CAV, 10, 51.

¹⁷³ CAV, 32, 19.

régia por ter vendido a Afonso Anes, morador em Marinha, termo de Almada, três bois roubados, mediante o perdão das partes, tendo pago 1.000 reais para a Arca da Piedade¹⁷⁴; Luiz Jácome, escudeiro da Casa Real e tabelião-geral do reino, que em 1457 renunciou a este cargo, sendo a 6 de Dezembro desse ano substituído por Vasco Fernandes, escrivão perante o corregedor da corte¹⁷⁵; Jorge Jácome, que foi tabelião e escrivão de D. Manuel I, de 1501 a 1507; um Diogo Jácome, possivelmente seu filho, que exerceu o mesmo cargo de 1507 a 1521; e um Pedro Jácome, escudeiro da Casa Real e morador na cidade de Lisboa quando a 24.1.1504 foi nomeado escrivão da alfândega desta cidade.¹⁷⁶ A estes junta-se ainda o único caso que encontrei em que o patronímico Jácome foi já claramente transformado em nome de família. Trata-se de um Pedro Anes Jácome que em 1500 perfilhou um Fernão Lopes.¹⁷⁷

Acresce, por outro lado, que tendo uma filha nascida em 1473, Pedro Jácome, o amo, não terá nascido antes de 1440. Mas mesmo que tivesse nascido em 1420, nesta data já Diogo Jácome vivia há muito em Braga, pois D. Martinho Afonso da Charneca foi arcebispo de 1398 a 1416.

Ainda segundo o bom do Gaio, Diogo Jácome, de Braga, foi simultaneamente filho de um Vasco Jácome e avô de outro, que dá como filho do antedito Lopo Dias. Pura fantasia e total desrespeito pela cronologia. O Vasco Jácome que Gaio dá como pai de Diogo Jácome é na verdade seu filho, sendo este o mesmo Vasco Jácome que diz ser seu neto! Este único Vasco Jácome, que herdou o prazo da quinta da Ramada, nasceu cerca de 1420 e morreu depois de 1493. Com efeito, a 15.6.1453 D. Afonso V nomeou por cinco anos Vasco Jácome, morador em Braga, para o cargo de coudel da dita cidade e seu termo, em substituição de Afonso Pimenta, que terminara o seu tempo de serviço.¹⁷⁸ E a 14.7.1462 nomeou por três anos Álvaro de Braga, escudeiro, morador na cidade de Braga, para o cargo de coudel nessa cidade, em substituição de Vasco Jácome, que terminara o seu tempo de serviço.¹⁷⁹ Foi depois vereador e juiz ordinário em Braga, em 1456 e 1493. Mas não foi procurador da cidade às Cortes de Évora de 1473, ao contrário do que dizem.¹⁸⁰ Tinha portanto de ser filho de Diogo Jácome, não podendo nem ser seu pai nem filho de Lopo Dias.

Aliás, em título de Jácomes, Alão dá estes de Braga como desentroncados, começando-os neste Lopo Dias, *"que dizem irmão de Pêro Jácome, amo que criou o Príncipe D. Afonso"*. E dá este Lopo Dias como casado com Maria de Araújo, tendo como filho único João Lopes Jácome, casado com Catarina Vaz (Pimenta), filha de Marçal Vaz (Pimenta). Este Marçal Vaz, escudeiro, foi vereador da Câmara de Braga várias vezes entre 1488 e 1520 e recebedor das sisas desta cidade (1515). Tirou ordens menores em Braga a 22.12.1464 como Marçal Vaaz, da freguesia de Santiago da Sé desta cidade, *"de presbitero genitus et soluta dispensado actoritate apostolica"*.¹⁸¹ A 4.12.1515 D. Manuel I nomeou Marçal Vaz, escudeiro, morador na cidade de Braga, como recebedor das sisas desta cidade, substituindo no cargo Diogo Gonçalves, que dele renunciou.¹⁸² Ora, Gaio dá Vasco Jácome (o neto, segundo ele) como filho justamente de Lopo Dias e Maria de Araújo, o que Alão não dá. De resto, se Vasco Jácome fosse irmão

¹⁷⁴ CAV, 32, 146.

¹⁷⁵ CAV, 36, 185.

¹⁷⁶ CMI, 35, 70.

¹⁷⁷ A 21.5.1502 Fernão Lopes, morador no Tojal, termo da cidade de Lisboa, teve confirmação do perfilhamento feito a 24.8.1500 em Lisboa, que lhe fez Pedro Anes Jácome, considerando a bondade e boas obras que tinha recebido dele e de Branca Anes, sua mulher (CMI, 6, 80 e 80v).

¹⁷⁸ CAV, 3, 85v.

¹⁷⁹ CAV, 1, 42v.

¹⁸⁰ Os procuradores de Viana a estas Cortes foram João Velho, escudeiro do duque de Guimarães, e Fernão Rodrigues, escudeiro do arcebispo D. Fernando.

¹⁸¹ Matrículas dos ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588). Tomo I. M. Antonino Fernandes.

¹⁸² CMI, 24, 167v.

de João Lopes Jácome, seria necessariamente posterior ao antedito Marçal Vaz, o que não se verifica. Aliás, tudo isto se documenta, pois Vasco Jácome, o único, filho de Diogo Jácome, casou com Melícia Gomes e foram pais, pelo menos, de outro Diogo Jácome, de Duarte Jácome e de João Jácome. Este Diogo Jácome, nascido cerca 1445, a 19.5.1464 tirou ordens menores¹⁸³ em Braga como filho de "*Vasco Jacome e de sua mulher Meliça Gomez, moradores na freguesia de Sam Joham da See desta çidade*", sendo ordenado a 26 de Junho. Duarte Jácome, nascido cerca de 1447, sucedeu no prazo da quinta da Ramada, que a 10.4.1509 trocou com o Arcebispado de Braga pelo prazo da quinta do Avelar, por mercê do arcebispo D. Diogo de Souza, tendo casado com Brígida de Souza, com geração nesta casa. João Jácome, sendo escudeiro fidalgo, a 29.1.1512 tirou carta de armas¹⁸⁴ para Jácome¹⁸⁵, justamente como filho de Vasco Jácome e neto de Diogo Jácome. Sendo que 14 dias antes João Lopes Jácome, escudeiro fidalgo, teve carta das mesmas armas, como filho de Diogo Lopes e neto de Lopo Dias, num processo claramente conjunto, pois as testemunhas são as mesmas, entre elas um Martim Afonso, morador em Viana, criado de Afonso da Rocha.¹⁸⁶

É evidente, para finalizar este assunto, que não posso dizer que Diogo Jácome, o *Velho* de Braga, não fosse filho de um Vasco Jácome, embora me pareça que era filho de um indivíduo com o prenome Jácome. Apenas posso garantir que não era filho do Vasco Jácome que Gaio lhe dá por pai, pois esse era seu filho. Mas existiu um Vasco Jácome numa cronologia que o permite pai de Diogo Jácome. Trata-se do Vasco Jácome, morador em Lisboa, que a 26.9.1421 aí recebeu um prazo de D. João I, dizendo o rei que dá "*de foro huas casas que elle há em lixboa na Rua de morraz que partem com outras suas casas que trazem aforadas uasco Jacome e garcia l.ço e com Rua p.ca e com a Judiaria nova ao dcto vasco Jacome e a duas pessoas que depos elle vierem por cento cinquenta libras da moeda antiga em cada huu ano de foro*".¹⁸⁷ Como se vê, este Vasco Jácome não tinha nenhum estatuto especial, para além do de provável homem-bom de Lisboa. O que, por si só, não impede minimamente que fosse pai de Diogo Jácome. Inclusive, tendo Diogo Jácome ido para Braga como escudeiro do arcebispo (1398-1416) D. Martinho Afonso da Charneca, que era um lisboeta, esta hipótese, ainda que remota, não é efectivamente de descartar.

Maria Dias (Jácome), mulher de Martim da Rocha, foi portanto irmã de Vasco Jácome e seguramente a mais nova filha de Diogo Jácome e de sua documentada mulher Leonor Vasques, tendo nascido cerca de 1440. Existe portanto alguma distância temporal entre o seu nascimento em relação a Lopo Dias, que nasceu cerca de 1419, não podendo ter nascido depois de 1421, e Vasco Jácome, nascido cerca de 1420. Apesar destas diferenças serem muito comuns na época, dado que as mulheres casavam muito cedo, em média aos 15 anos, não é de desconsiderar que Leonor Vasques fosse a 2ª mulher de Diogo Jácome. Até porque Gaio, que desconhece esta Leonor documentada, o dá casado com uma Guiomar Dias. Assim sendo, é possível que Lopo Dias e Vasco Jácome fossem afinal filhos do 1º casamento de Diogo Jácome com Guiomar Dias, enquanto Maria Dias era filha do 2º casamento de Diogo Jácome com Leonor Vasques.

¹⁸³ Matrículas dos ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588). Tomo I. M. Antonino Fernandes.

¹⁸⁴ Vide *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*, nº 91, Segismundo Pinto.

¹⁸⁵ Diz o rei de armas que João Jácome recebeu as armas que "*stam assentadas nos lyvros antigos que em meu poder sam como juiz da nobreza. Hum escudo as metade douro & a metade azul. Na metade douro huma mea aguya negra & na azul uma torre branca com sua defernça*" (não descreve a diferença). Estas mesmas armas, pela mesma razão, foram dadas 14 dias antes a seu primo João Lopes Jácome. Pelas testemunhas apresentadas, vê-se que os processos foram conjuntos.

¹⁸⁶ Vide *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*, nº 91, Segismundo Pinto.

¹⁸⁷ CJI, 4, 60.

IX Os filhos de Martim da Rocha e a questão Barreto

Martim da Rocha, o *Cavaleiro*, terá casado com Maria Dias (Jácome) cerca de 1456. Alão dá-lhes um filho (Afonso) e uma filha (Margarida), referindo ainda, *a latere*, outra filha Ana. Além destes, Gaio acrescenta mais dois: Genebra e Gonçalo. E, conforme já ficou dito, falta acrescentar a estes pelo menos os perfillhados (1473) Tristão da Rocha e Manuel da Rocha. Como também já disse, Maria Dias nasceu cerca de 1440, e os filhos terão nascido entre 1457 e 1468. Afonso da Rocha (o nome do avô), o primogénito e o único filho que Alão dá a Martim da Rocha, diz este autor que foi senhor do morgado de Deocriste (Viana) e casou com Filipa de Sá, com geração que seguiu o nome Sá. Acrescenta que a 9.2.1481, no tabelião de Viana Vicente Anes, com aprovação do vigário-geral do bispado de Ceuta Fernão Rodrigues Bacelar, sendo bispo primaz D. Justo, o mosteiro de S. Salvador da Torre fez a Afonso da Rocha e sua mulher o prazo do couto do Outeiro, com todos seus casais, em paga de ele ter defendido o mosteiro da gente que sobre ele mandara o duque de Bragança. Tendo nascido cerca de 1457, este Afonso da Rocha deve ter casado justamente naquele ano de 1481 ou no anterior. E, como ficou referido, ainda vivia em 1512 quando um seu criado testemunhou no processo das cartas de armas de João Jácome e João Lopes Jácome.

Mas tenho muitas dúvidas em relação a Gonçalo da Rocha, que Gaio acrescentou aos filhos de Martim da Rocha, dizendo que foi senhor da quinta de Guilhafonce, no termo de Valdevez. Na verdade, sem o relacionar, o próprio Gaio, e outros, dizem que por sua mulher foi senhor desta quinta de Guilhafonce Rui Dias (de Aguiã), conforme já disse e detalharei adiante. Ora, deste Rui Dias foi genro Gonçalo da Rocha, o *Beijudo*, que dele herdou vários prazos no Alto Minho (Vila Nova de Cerveira e Caminha), como se documenta. Julgo, portanto, que foi este o Gonçalo da Rocha senhor da quinta de Guilhafonce, o qual não era filho mas sim neto de Martim da Rocha, o *Cavaleiro*.

Há contudo outros que parecem filhos de Martim da Rocha, o *Cavaleiro*, e que as genealogias desconhecem. Para além dos anteditos Tristão da Rocha e Manuel da Rocha, que terão nascido em 1458 e 1459, sendo perfillhados menores em 1475, devia também ser filho de Martim da Rocha o Diogo Martins da Rocha que esteve na batalha de Alfarrobeira pelo lado do infante D. Pedro, tal como justamente Martim da Rocha, então escudeiro da sua Casa. Com efeito, a 28.4.1451 D. Afonso V, a pedido do Dr. Lopo Gonçalves, seu desembargador e juiz dos feitos, perdoou a pena corporal a Diogo Martins da Rocha, restituindo-lhe toda a sua fama, honra, privilégios e liberdades, como se não tivesse participado na batalha de Alfarrobeira ao lado do infante D. Pedro.¹⁸⁸ Mas Diogo Martins não terá nascido depois de 1432, pelo que não podia ser filho de Maria Dias (Jácome). Mas Martim da Rocha, como ficou dito, era muito mais velho do que a mulher, tendo nascido cerca de 1410. Assim, Diogo Martins seria seu filho natural (como indica o uso do patronímico numa família que os não usava) ou, menos provavelmente, filho de um desconhecido 1º casamento de Martim da Rocha.

A mais velha das filhas que Alão e Gaio concordam dar a Martim da Rocha, o *Cavaleiro*, e sua mulher Maria Dias, foi Ana da Rocha, que dizem casada com João Martins da Rica, o *Velho*, rico mercador de Viana do Castelo, onde foi vereador e juiz ordinário em 1512.¹⁸⁹ Dizem que este João Martins casou a 1ª vez com Ana da Rocha, filha de Martim da Rocha, o *Cavaleiro*, e a 2ª vez com Senhorinha Gomes de Brito, com geração de ambos os matrimónios (a do 1º seguiu o nome Rocha e a do 2º o nome Brito), tendo ainda filhos bastardos de uma biscainha, nomeadamente João Martins da Rica, o *Moço*, que em 1548 comprou ao mosteiro de S. Salvador da Torre metade do padroado da igreja de Lanheses

¹⁸⁸ CAV, 11, 121.

¹⁸⁹ Foral desta vila, f. 169.

(Viana).¹⁹⁰ João Martins da Rica, o *Velho*, foi um dos fundadores, em 1510, do mosteiro de St^a Ana, em Viana, conforme inscrição que lá havia.¹⁹¹ Tendo em conta que Ana da Rocha terá nascido cerca de 1460, pode perfeitamente ter sido a 1^a mulher de João Martins da Rica, casados por volta de 1478. Alão dá ao casal dois filhos homens, Martim da Rocha¹⁹² e Gomes da Rocha.¹⁹³

Este Gomes da Rocha é certamente o escudeiro homónimo, morador em Viana, que em 1511 foi feito cidadão do Porto. E seu irmão primogénito Martim da Rocha o escudeiro homónimo, morador em Viana, que foi também cidadão do Porto na mesma data, que em 1510 se documenta como escrivão da Câmara de Viana e que foi também tabelião do público e do judicial de Viana, ofício a que renunciou em 1517. Com efeito, a 29.8.1511 Gomes da Rocha, escudeiro, morador na vila de Viana da Foz do Lima, teve de D. Manuel I privilégio de cidadão da cidade do Porto.¹⁹⁴ Na mesma data, Martim da Rocha, escudeiro, morador na vila de Viana da Foz do Lima, teve privilégio de cidadão da cidade do Porto.¹⁹⁵ Três dias antes, a 26.8.1511, Pedro Pinto, cavaleiro da Casa Real, teve confirmação de D. Manuel I de um acordo realizado com a Câmara de Viana e feito a 14.7.1510 por Martim da Rocha, seu escrivão, na presença do bacharel António Correa, juiz com alçada nessa vila, dos vereadores Francisco Rodrigues, Gaspar Martins e Álvaro Anes Vilas Boas, do procurador do concelho Gomes Afonso, de Martim Pais, Martim Vicente e João Lourenço e dos mesteiros Diogo Pires, Afonso Gil e Gonçalo Anes, sobre a água das povoanças, que estava em posse de Pedro Pinto há muito tempo e que ia para o seu lugar de S. Domingos.¹⁹⁶ Finalmente, a 22.2.1517 D. Manuel I deu conhecimento aos juizes, concelho e homens-bons da vila de Viana da Foz do Lima, da mercê do ofício de tabelião do público e do judicial nessa vila a Fernão do Porto, aí morador, que substituiu Martim da Rocha, o qual renunciou por público instrumento, feito e assinado por João Gonçalves, também tabelião de Viana.¹⁹⁷

Genebra da Rocha, a filha que Gaio acrescenta a Martim da Rocha, o *Cavaleiro*, terá nascido cerca de 1462 e casou, segundo este autor, com Gaspar Martins, que num lado diz Maciel, noutra Valente, e noutra Gonçalo Martins, filho de um Martim Velho. Não o documentei em lado nenhum, mas muito provavelmente não usou nem Maciel nem Valente, mas apenas Gaspar Martins. E, neste caso, bem pode ser o Gaspar Martins que em 1510 era vereador da Câmara de Viana, como ficou referido acima. Desta Genebra da Rocha e Gaspar Martins faz Gaio filha uma Margarida da Rocha, que diz casada com Rui Lopes de Aguiã, irmão de Lopo Álvares, ambos filhos ilegítimos de Álvaro Lopes, abade de S. Tomé de Aguiã, e netos do Lopo Dias que refiro adiante. Portanto, Mariana da Rocha seria prima do marido dentro do 2º grau de consanguinidade, pois era bisneta de Rui Dias, irmão do antedito Lopo Dias. Circunstância que me leva a considerar Genebra da Rocha como, de facto, filha Martim da Rocha. Tanto mais que sua filha, Mariana, teve o nome da tia.

A mais nova das filhas de Martim da Rocha, o *Cavaleiro*, dada por Alão e Gaio, foi Margarida da Rocha, nascida cerca de 1468, que Gaio diz ter casado com Pedro Anes Barreto, a quem Alão chama Pedro

¹⁹⁰ Com geração (que passou de Rica a Ricalde) no paço de Lanheses, que por casamento passou aos condes de Almada.

¹⁹¹ Vide Arquivo não classificado de F. Guerra, *Notas Avulsas*, AMVC, onde se diz: "ao lado viam-se também dous medalhões que pertenciam ao templo e mencionavam os camaristas fundadores João Martins da Rica e Ruy Anes, escrivão da Câmara e arcepreste".

¹⁹² Diz Alão que este Martim da Rocha casou com Maria Dias, sem geração. Bem me parece confusão que o autor fez com o avô Martim da Rocha, justamente casado com uma Maria Dias.

¹⁹³ Diz Alão que este Gomes da Rocha casou em Ponte de Lima com Constança Malheiro, sendo nomeadamente pais de Ana da Rocha, mulher de Diogo Lopes Calheiros.

¹⁹⁴ CMI, 41, 49.

¹⁹⁵ CMI, 41, 49.

¹⁹⁶ CMI, 8, 82v.

¹⁹⁷ CMI, 25, 166v.

Anes de Castro Barreto, sem o filiar. Gaio diz que este Pedro Anes foi filho bastardo de Gonçalo Nunes Barreto, alcaide-mor de Faro.

Gonçalo Nunes Barreto, o *Moço*, 2º senhor da Quarteira, fidalgo Casa Real (1.12.1433) e do Conselho (6.4.1468), fronteiro-mor do reino do Algarve e alcaide-mor de Faro, nasceu cerca de 1405 e faleceu depois de 1486, ano em que Gonçalo Nunes Barreto, alcaide-mor de Faro, teve confirmação de uma carta de D. Afonso V de 3.7.1458 que privilegiava e escusava 24 lavradores que trabalhassem no seu reguengo da Quarteira.¹⁹⁸ Já a 1.12.1433 D. Duarte tinha doado a Gonçalo Barreto, seu criado e cavaleiro da sua Casa, a renda da portagem e relego de Loulé, enquanto sua mercê fosse.¹⁹⁹ De sua mulher Isabel Pereira²⁰⁰, com quem já estava casado em 1436, teve vários filhos, nomeadamente o sucessor, Nuno Barreto, a filha D. Leonor Barreto²⁰¹, casada com Martim Afonso de Mello, copeiro-mor de D. Afonso V, e o filho Pedro Barreto, fidalgo da Casa Real, comendador de Castro Verde, senhor da herdade de Aldeia Cercada, em Moura, etc., que, ao contrário do que dizem as genealogias, apenas casou com D. Mécia de Castello-Branco.²⁰² Quem casou com Catarina Nogueira²⁰³ foi outro Pedro Barreto, provavelmente seu tio.

Não consegui documentar Pedro Anes Barreto, marido de Margarida da Rocha, mas não creio minimamente que fosse filho bastardo de Gonçalo Nunes Barreto. Margarida da Rocha nasceu cerca de 1468. Seu marido era certamente mais velho, podendo até ter nascido cerca de 1460, o que, apenas do ponto de vista cronológico, permitia que fosse bastardo de Gonçalo Nunes. Mas nada indica esta filiação,

¹⁹⁸ Odiana, 3, 223; e CMI, 32, 124.

¹⁹⁹ CDI, 3, 22.

²⁰⁰ Sobre esta Isabel Pereira, mal filiada nas genealogias, ver o que digo em "*Leitão. Linha ascendente dos senhores do paço da Torre de Figueiredo das Donas*", 1999.

²⁰¹ A 1.3.1463 D. Afonso V doou a D. Leonor Barreto, mulher de Martinho Afonso de Mello, fidalgo da sua Casa e seu copeiro-mor, uma tença anual, enquanto sua mercê for, de 17.143 reais de prata, que eram pertença de Gonçalo Nunes Barreto, seu pai, mandados assentar no almoxarifado de Beja (CAV, 9, 39v).

²⁰² Este Pedro Barreto nasceu cerca de 1438, casou antes de 1475 e faleceu cerca de 1501. A 23.9.1475 D. Afonso V doou a Pedro Barreto, fidalgo da sua Casa, uma tença anual de 20.000 reais a partir de Janeiro de 1476, que o seu sogro Nuno Vaz de Castello-Branco, do seu Conselho, almirante, tinha do monarca, e que pediu para a transferir para o dito Pedro Barreto. (CAV, 30, 19). A 18.1.1481 o mesmo rei nomeou Pedro de Coimbra, escudeiro, morador na vila de Leiria, para o cargo de escrivão da coudelaria da dita vila, em substituição de Pedro Barreto, que acabara o seu tempo de serviço (CAV, 26, 6v). A 9.5.1486 teve de D. João II carta de couto para a sua herdade de Aldeia Cercada, em Moura, bem como carta de privilégio para os seus lavradores de Aldeia Cercada (CJII, 8, 200 e 201). A 13.2.1501 Pedro Barreto, fidalgo da Casa d'el rei, comendador de Castro Verde, teve confirmação do privilégio, concedido por D. Afonso V a Nuno Vasques de Castelo Branco, fidalgo da Casa d'el rei e seu monteiro-mor, por carta datada de 10.7.1458, para 7 lavradores que quisessem morar e lavar uma aldeia que comprara, chamada a Cercada, termo da vila de Moura, a qual não era povoada, e um na sua quintã de Vale das Egas, o qual privilégio foi confirmado por D. João II, por carta de 9.5.1486, a pedido de Pedro Barreto, porquanto comprara a dita aldeia e era sua (CMI, 15, 106). No dia seguinte, Pedro Barreto teve confirmação da carta de coutada, concedida por D. Afonso V a 22.3.1460 a Nuno Vaz de Castelo Branco, seu monteiro-mor, de certas herdades que estavam dentro e ao redor da sua Aldeia Cercada. E assim lhe coutava e defendia com penas de coima o pascer, por cada cabeça de gado, grande e pequeno, o matar caça com cão e "furão" e o pescar nos rios com rede, o qual privilégio lhe confirmou D. João II por carta de 9.5.1486, a pedido de Pedro Barreto, porquanto comprara a dita aldeia, com ressalva da permissão de caçar e pescar sem nenhuma pena nem coima (CMI, 15, 107).

²⁰³ Terão existido dois Pedros Barreto, ambos filhos de um Gonçalo Nunes Barreto, o que certamente originou a confusão das genealogias, que os fundiu num só. Mas um Pedro Barreto era irmão de Gonçalo Nunes Barreto, o *Moço*, portanto filho de Gonçalo Nunes Barreto, o *Velho*. Enquanto o outro Pedro Barreto era filho de Gonçalo Nunes Barreto, o *Moço*. Estes Pedros eram claramente distintos, pois o Pedro Barreto que casou com Catarina Nogueira nasceu cerca de 1412 e já tinha falecido em 1464, deixando viúva Catarina Nogueira. Enquanto o Pedro Barreto que casou com D. Mécia de Castello-Branco nasceu cerca de 1438 e ainda vivia em 1501, como ficou dito na nota anterior. Aquele Pedro Barreto mais antigo, a que podemos chamar o *Velho*, foi fidalgo da Casa do infante D. Pedro, com quem esteve em Alfarrobeira. Com efeito, a 16.1.1445 D. Afonso V doou vitaliciamente a Pedro Barreto, fidalgo da Casa do infante D. Pedro, certos bens que pertenceram a mouros, que perderam por terem deixado o reino, contanto que no prazo de um ano os venda a pessoa moura (CAV, 5, 1 e 1v). A 24.10.1454 o mesmo rei doou para sempre à sua mulher, a rainha D. Isabel, todos os bens de raiz de Rui Valente, cavaleiro do infante D. Henrique, que os perdera por sentença régia, os quais haviam sido de Pedro Barreto, que os perdera por combater em Alfarrobeira ao lado do infante D. Pedro (CAV, 10, 109). E a 4.9.1464 doou a Catarina Nogueira, **mulher que foi** de Pedro Barreto, os bens que seu marido perdera por ter estado na batalha de Alfarrobeira ao lado do infante D. Pedro. (CAV, 8, 63).

desde logo o patronímico. Na verdade, considerando o patronímico e o facto de ser morador em Viana, parece-me bem mais provável que Pedro Anes Barreto seja dos Velho Barreto desta cidade, concretamente filho de João Velho e sua mulher Leonor Gomes Barreto.

João Velho²⁰⁴ nasceu cerca de 1425 e em 1450, sendo escudeiro do 1º duque de Bragança, foi nomeado guarda da Ribeira de Viana de Lima até Caminha. Com efeito, a 28.7.1450 D. Afonso V nomeou João Velho, escudeiro da Casa do duque de Bragança, a pedido do dito duque, no cargo de guarda da Ribeira de Viana de Lima até Caminha, com todos os direitos e porções.²⁰⁵ Em 1456 foi vereador e juiz ordinário de Viana e provedor da confraria dos Mareantes, e em 1473 e 1497 foi procurador desta vila às Cortes. Em data incerta, passou a secretário e vedor do mesmo duque, cargo que manteve com o filho, o duque D. Fernando (1403-1478). Este, no seu testamento, recomenda-o a seu filho, o duque D. Fernando II (1430-1483): "*João Velho he home de prole e me ha servido e a meu Padre que Deos perdoe de todos os cargos que lhe ordenarão; foi Secretário e Vedor, da nossa fazenda sem al fazer que não fosse bom, e não he pago nem nunca pediu al; rogo a meu filho que não largue de si a João Velho seu filho que home he para d'ele se fazer boa conta e não vades contra o que ele disser de conselho da Casa e governança d'ela e o mantenha com bom agasalho e meigamente que não perde al nele*". Mas ainda antes da morte de D. Fernando I já João Velho passara para a Casa de D. Fernando II, então duque de Guimarães.²⁰⁶ Com efeito, a 4.3.1473 D. Afonso V aprovou os capitulos especiais apresentados pelo concelho e homens-bons de Viana do Lima nas cortes de Évora, por seus procuradores João Velho, escudeiro do duque de Guimarães, e Fernão Rodrigues, escudeiro do arcebispo D. Fernando, que requeriam a possibilidade de se poder fazer mercê dos resíduos para as obras de aumento da igreja e resolução sobre o pagamento que os barcos estrangeiros deveriam pagar ao entrar no cais da dita vila, entre outros pedidos.²⁰⁷ Finalmente, foi procurador pela comarca de Entre-Douro-e-Minho às Cortes de Montemor (1497), onde conseguiu que a vila de Viana voltasse a ser realenga. Teve ainda dois terços do padroado da igreja de S. Miguel de Perre.²⁰⁸ Foi sepultado num túmulo, que já não existe, que estava na parede do lado do Evangelho na capela dos Mareantes na matriz de Viana, com a seguinte inscrição: "*Aqui jaz João Velho, o qual ouve uma provisão por onde esta vila tornou a ser d'el rei realenga*". Viveu na vila de Viana, nas suas casas à Porta do Postigo, onde em 1502 hospedou D. Manuel I, quando da sua peregrinação a Santiago de Compostela. Em 1497 teve carta de armas novas²⁰⁹, nomeadamente pelas façanhas praticadas na Costa da Guiné, armas estas que ostenta a celebrada casa dos Arcos ou de João Velho, em Viana.²¹⁰

²⁰⁴ Sobre a sua origem vide "*A estirpe vianense dos Velhos (origens e inícios)*", A. de Almeida Fernandes. Arquivo do Alto Minho, vol. XIX (9º da 2ª série) 1972-1973.

²⁰⁵ CAV, 34, 180.

²⁰⁶ Não existem as cartas de criação do condado e ducado de Guimarães. Em finais de 1464 o futuro 3º duque de Bragança D. Fernando II já se documenta como conde de Guimarães. Foi entretanto elevado a duque de Guimarães, título com que se começa a documentar a 11.7.1470, quando D. Afonso V doou a D. Fernando, duque de Guimarães, enquanto sua mercê for, uma tença anual de 250.000 reais de prata, para além do que recebia de assentamento (CAV, 37, 69v).

²⁰⁷ CAV, 33, 36 e 36v.

²⁰⁸ Na cópia de 1580 do Censual de D. Frei Baltasar Limpo diz-se que a igreja de S. Miguel de Perre era da apresentação do mosteiro de S. Salvador da Torre pela terça parte, sendo pelos restantes dois terços da apresentação dos descendentes de João Velho e sua mulher Leonor Gomes.

²⁰⁹ De azul, cinco cruces maçanetadas de ouro; chefe do campo carregado com um leão sainte de ouro, armado e lampassado de vermelho, movente da partição; com dois tenentes etíopes ou negros nus, da sua cor.

²¹⁰ A Casa dos Arcos ou de João Velho, implantada no largo da igreja matriz de Viana, é um dos poucos exemplares de arquitectura civil gótica do género que subsiste em Portugal. Foi edificada numa época de grande desenvolvimento económico e social da vila de Viana, devido à importância do seu porto na empresa da expansão ultramarina. A tradição popular afirma que nesta casa terá vivido João Velho, o Velho, conhecido navegador e notável da vila, e que aí se hospedou D. Manuel I na sua peregrinação a Santiago de Compostela em 1502. No entanto, sabe-se que na realidade João Velho vivia junto à Porta do

A homonímia de João Velho com seu filho João Velho²¹¹, dito o *Moço*, dificulta a distinção entre ambos. Mas é já certamente o filho que em 1514 foi feito cavaleiro, por carta de D. Manuel I de 3 de Fevereiro desse ano, que confirmou a João Velho, escudeiro, fidalgo da Casa do duque de Bragança, morador em Viana da Foz do Lima, o privilégio de cavaleiro, com os direitos e liberdades habituais inerentes ao título, outorga concedida a petição do beneficiário, mediante a apresentação de um alvará do duque de Bragança, capitão geral da gente que no verão passado fora enviada a tomar Azamor, pelo qual certificava ter sido armado cavaleiro na tomada da dita cidade.²¹² Embora já aí existisse uma feitoria portuguesa desde 1487, a tomada de Azamor, devido a revolta, foi feita a 1.9.1513, sob o comando do 4º duque de Bragança D. Jaime (1479-1532), que João Velho, o *Moço*, portanto naturalmente acompanhou. Estimo que este João Velho, o *Moço*, tenha nascido cerca de 1450 e foi este, certamente, que no início do séc. XVI mandou fazer a antedita casa dos Arcos ou de João Velho, pois seu pai, como ficou dito, em 1502 documenta-se a viver nas suas casas à Porta do Postigo, portanto noutra local.

João Velho, o pai, que terá falecido pouco depois de 1502, casou com Leonor Gomes Barreto, cuja filiação Gaió mais uma vez empurra para a linha chefe dos alcaides-mores de Faro, dizendo-a filha do já referido Pedro Barreto, comendador de Castro Marim, que ainda vivia em 1501. Mas esta filiação não é minimamente crível. Gaió limitou-se a seguir, sem critério, o que tinha dito um Padre Peixoto, como informa Alão. O nome dela, Leonor Gomes Barreto, remete-nos imediatamente para a Leonor Gomes Barreto, falecida a 17.3.1498 em Aveiro, que foi a 1ª mulher de João Nunes (Cardoso de Gouveia)²¹³, escudeiro da Casa de D. João II e cavaleiro da Casa de D. Manuel I, que veio a ser senhor dos coutos de Freiriz, Penagate e Gafanhão, cujos direitos comprou a 1.10.1496 ao conde de Penela e teve deles doação real de juro e herdade a 24.12.1505. Não podia evidentemente ser a mesma, mas julgo que a Leonor Gomes Barreto casada com João Velho era prima co-irmã da Leonor Gomes Barreto casada com João Nunes. Ou seja: a Leonor Gomes Barreto mulher de João Velho, nascida cerca de 1431/4, seria irmã de Catarina Gomes Barreto²¹⁴, Aires Gomes de Quadros²¹⁵, Fernão Gomes de Quadros²¹⁶, Tomaz

Postigo, alguns arruamentos abaixo, junto ao rio. Possivelmente esta seria a habitação de seu filho, que tinha o mesmo nome. É de salientar que a Casa dos Arcos integrava um conjunto de casas existentes no largo da matriz, todas com a mesma estrutura arquitectónica, em que o andar nobre assenta sobre alpendre aberto por arcos. Esta tipologia manifesta evidentes semelhanças com exemplares de arquitectura civil galega da mesma época. Apresenta planta rectangular simples, dividida em dois registos, o primeiro com alpendre e armazém, o segundo destinado a habitação. A fachada principal possui no primeiro registo arco em asa de cesto, que abre para o alpendre da casa, encimado por pedra de armas dos Velho. Nos cunhais da fachada, ao nível do brasão, foram esculpidos dois mascarões. O segundo registo, assente sobre vigamento de madeira, possui duas janelas cruzetadas intercaladas por colunelos. A cobertura do edifício é apoiada em cornija. As fachadas laterais não possuem fenestranças no registo superior, e o alpendre é aberto por arcos quebrados. O acesso ao piso superior é feito por escada de pedra adossada à fachada lateral esquerda. (Catarina Oliveira, IPPAR/2004).

²¹¹ João Velho, o Moço, foi o 1º marido de Violante Nunes Boto, referida no meu "*Ensaio sobre a origem medieval dos Boto*".

²¹² CMI, 11, 26.

²¹³ A 9.1.1446 D. Manuel I nomeou João Nunes, escudeiro d'el rei, morador em Aveiro, recebedor do que montou pagar dos dinheiros da repartição dos 100 milhões que foram outorgados pelos povos do reino para a tomada de Casa do falecido príncipe, sobrinho d'el rei, e bem assim de 130.000 reais que algumas pessoas de Aveiro e seu almoxarifado haviam emprestado a el rei D. João II (CMI, 32, 99v). A 18.1.1498 D. Manuel I confirmou a João Nunes, escudeiro, morador em Aveiro, o privilégio de escudeiro que lhe deu D. João II por carta de 14.10.1492 (CMI, 28, 75). Fez testamento a 1.12.1498, sendo "*morador em Aveiro e escudeiro fidalgo da Casa de S. Magestade*", testamento este confirmado a 16.11.1510 "*nas moradas do muito honrado João Nunes de Gafanhão, cavaleiro da Casa de El-rei nosso Senhor (...) estando ele ai presente logo por ele foi dito que tinha feito testamento a 1 de dezembro de 1498*". A 13.11.1513, como João Nunes do Gafanhão, fez um concerto com Luiz Anes sobre umas casas em Aveiro.

²¹⁴ Casada com Diogo Henriques.

²¹⁵ D. João II nomeou a 9.6.1483 Aires Gomes para escrivão dos contos dos almoxarifados de Coimbra e Aveiro, em sucessão a seu pai. Foi pai de André de Quadros, cavaleiro fidalgo da Casa Real (11.7.1541), que a 11.7.1541 teve carta de armas para Quadros e Barreto, onde se diz que era comendador da Ordem de Cristo e provedor das valas, lezirias e paúes.

²¹⁶ Referido na carta de armas do filho, António Fernandes de Quadros, que a 1.8.1541 a teve para Quadros e Barreto, onde se

Gomes de Quadros²¹⁷ e Tereza Gomes Barreto²¹⁸, todos filhos de Aires Gomes de Quadros²¹⁹ e sua mulher Beatriz Gil Barreto.²²⁰

Além de João, o *Moço*, e da possibilidade de mais dois (Simão e Martim), Gaio dá a João Velho e sua mulher Leonor Gomes Barreto mais quatro filhos (Fernão Velho Barreto, Álvaro Velho Barreto²²¹, Leonor Gomes Barreto e Vasco Velho Barreto). Esta genealogia parece-me conter mais erros do que aqueles que é possível aqui corrigir, em tempo útil, pelo que me limito a salientar a forte probabilidade de Pedro Anes Barreto ser também filho de João Velho e Leonor Gomes Barreto, usando o patronímico correcto. Pedro Anes Barreto teria assim nascido cerca de 1460, tendo casado cerca de 1485 com Margarida da Rocha, nascida por volta de 1468.

Regressando a Martim da Rocha, o *Cavaleiro*, e sua mulher Maria Dias, acresce dizer que também parece seu filho o Valentim da Rocha²²², escudeiro, morador em Viana, que a 5.3.1513 foi nomeado tabelião do público e judicial da dita vila, tendo pago 2.000 reais de dízima do ofício, tal como até aí foi

diz adail de Azamor e comendador da Ordem de Cristo.

²¹⁷ Dominicano.

²¹⁸ Casada com Vasco Henriques Esteves, sendo pais de Manuel Henriques Barreto, armado cavaleiro por Luiz de Loureiro em Mazagão a 27.10.1542, que a 14.2.1540 teve carta de armas para Esteves e Barreto.

²¹⁹ Na carta de armas de André de Quadros diz-se que seu avô paterno Aires Gomes de Quadros foi fidalgo da Casa do infante D. Pedro e vedor da fazenda de D. Afonso V. Mas este cargo de vedor da Fazenda não se confirma. Contudo, é certamente o Aires Gomes, escudeiro do condestável, que foi escrivão régio dos contos da comarca dos almoxarifados de Coimbra e Aveiro. Com efeito, a 22.11.1445 D. Afonso V nomeou Aires Gomes, escudeiro do condestável, para o cargo de escrivão dos contos régios nas comarcas dos almoxarifados de Coimbra e de Aveiro, em substituição de Afonso Vasques, que se aposentara. E a 15.1.1455 Rui Gonçalves, morador no burgo da Bemposta, foi nomeado para o cargo de requeredor e inquiridor das sisas régias do pano do julgado da Bemposta, em substituição de Aires Gomes, escrivão régio dos contos da comarca dos almoxarifados de Coimbra e Aveiro.

²²⁰ Nas cartas de armas de seus netos André de Quadros e Manuel Henriques Barreto diz-se que esta Beatriz Gil Barreto era filha de André Gil Barreto, mas é necessariamente confusão, pois a cronologia só permite que seja sua irmã e o patronímico isso mesmo indica. Era portanto também irmã de Nuno Gil Barreto casado com Beatriz Gomes de Quadros (irmã de Aires Gomes de Quadros, marido desta Beatriz Gil Barreto), o qual Nuno Gil e sua mulher foram pais da Leonor Gomes Barreto casada com João Nunes (Cardoso de Gouveia). Portanto, esta Beatriz Gil Barreto e seus anteditos irmãos eram filhos de Gil Barreto e sua mulher Genebra Pessanha e netos paternos de Gonçalo Nunes Barreto, alcaide-mor de Montemor-o-Velho (2.7.1357), etc., e de sua mulher D. Beatriz Fernandes Pimentel, senhora de juro e herdade de Cernache (10.2.1372). Porque seu filho Diogo Gonçalves passou a servir o rei D. Henrique de Castela, o rei D. Fernando I de Portugal tirou-lhe o senhorio de Cernache dos Alhos, dando-o a 18.10.1381 a Mem Rodrigues de Vasconcellos. Mas D. Beatriz Fernandes Pimentel protestou, dizendo ser ela a senhora de Cernache dos Alhos, bem como da quintã da Palma, também confiscada, pelo que D. Fernando tudo lhe devolveu em 1383. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro (*Linhagens Medievais Portuguesas*, Porto, 1999) dá esta Beatriz Fernandes (a quem chama Cogominho) como a 1ª mulher de Gonçalo Nunes Camelo, sem geração. Mas a cronologia não o permite. Gonçalo Nunes Camelo teve do outro casamento uma filha que já era abadessa em 1343. De resto, esta informação sobre D. Beatriz ter sido sua 1ª mulher não se baseia em documentos mas apenas em fontes genealógicas, que Pizarro seguiu, até porque tudo isto se passou depois da época que é objecto da sua obra. Este casamento, se de facto aconteceu, ter-se-á realizado cerca de 1335, tinha D. Beatriz por volta de 17 anos, sendo Gonçalo Nunes Camelo já velho e viúvo. Alão, por outro lado, dá Gonçalo Nunes Barreto casado com Beatriz Fernandes Pimentel, o que é um facto, mas desconhecia a sua filiação. Já Gaio, que neste particular está melhor informado do que é habitual, diz que D. Beatriz Fernandes Pimentel era filha de Fernão Nunes Cogominho e sua mulher Isabel Fernandes Pimentel, não referindo o seu casamento com Gonçalo Nunes Camelo. E, de facto, Beatriz Fernandes Pimentel era filha justamente de Fernão Nunes Cogominho e sua mulher Isabel Fernandes Pimentel, como se documenta quando a mãe (dita Isabel Fernandes Pimentel) e a filha (dita apenas Beatriz Fernandes) solicitam a intervenção real sobre a posse de Cernache. Resta a dúvida se Beatriz Fernandes terá alguma vez usando o nome de família (Cogominho) ou se usou só o da família da mãe (Pimentel), com o qual se documenta. Tudo considerado, parece-me assim que D. Beatriz Fernandes Pimentel casou nova com Gonçalo Nunes Camelo, já viúvo e com filhos adultos, ficando dele viúva em 1340, o ano em que pela última vez ele se documenta. Casando 2ª vez nos inícios de 1341 com Gonçalo Nunes Barreto, tendo ela então cerca de 23 anos de idade. Tudo isto, é claro, se não houve confusão de Gonçalos Nunes (Camelo e Barreto), e ela afinal apenas casou com o Barreto, aliás o único matrimónio que se documenta.

²²¹ Certamente o Álvaro Velho, tabelião na vila de Viana, a quem a 12.8.1472 D. Afonso V perdoou qualquer pena por não perguntar às testemunhas acerca das cutiladas feitas a Rui Lourenço Cadima, juiz nesta vila, e pelo caso ter caído no esquecimento (CAV, 29, 212).

²²² Casado com Grácia Nunes Boto, referida no meu "*Ensaio sobre a origem medieval dos Boto*", dizendo Gaio que foram fundadores da capela de S. Bartolomeu, na matriz de Viana, e do morgadio de Vila de Punhe.

João Pereira, escudeiro, também aí morador, tendo-o renunciado para a coroa por carta feita em Viana de 3.2.1513.²²³ Gaio dá este Valentim como filho do comendatário D. Frei Afonso da Rocha, o que, como vimos, faria dele não filho mas sim irmão de Martim da Rocha, o *Cavaleiro*. Mas Valentim da Rocha nasceu cerca de 1465, pelo que deverá na verdade ser filho de Martim da Rocha, o *Cavaleiro*. Em alternativa, era filho de seu irmão D. Frei Gomes da Rocha.

Também filho de Martim da Rocha, o *Cavaleiro*, ou de seu irmão D. Frei Gomes da Rocha, deverá ser o Rodrigo de Rocha que em 1518 perdeu o cargo de escrivão da alfândega da Viana da Foz de Lima, por erros cometidos no seu desempenho, sendo a 3 de Março desse ano substituído por António de Neiva.²²⁴ Sendo que este Rodrigo é certamente o Rui da Rocha, escudeiro da Casa d'el rei, que a 4.9.1504 foi feito meirinho da correição e comarca de Entre-Tejo-e-Odiana como fora Fernão da Vide, o qual o deixara por satisfação do que el rei lhe dera.²²⁵ Portanto o Rui da Rocha, meirinho da comarca de Entre-Tejo-e-Odiana, que a 12.3.1515 foi nomeado meirinho junto do doutor Diogo Taveira, enviado à ilha da Madeira com alçada régia.²²⁶ E o Rui da Rocha, escudeiro da Casa Real, que a 10.1.1511 teve mercê do ofício de juiz das sisas de Viana de Alvito, substituindo Álvaro Gonçalves, que ao mesmo renunciou, segundo um público instrumento feito a 30.10.1510 por Francisco Mendes, público tabelião nessa vila, pagando 1.000 reais de dízimo do ofício.²²⁷ Alão dá um Rodrigo da Rocha como filho de Duarte Álvares Vilarinho e sua mulher Inez da Rocha. Um filho destes não podia ter nascido depois de 1450. Ora, o antedito Rodrigo não podia ter ainda 70 anos em 1511, tendo certamente nascido cerca de 1467.

Finalmente, parece também filho de Martim da Rocha, o *Cavaleiro*, o Lopo da Rocha, escudeiro de Diogo de Mendonça, que a 9.3.1500 foi alcaide das sacas de Mourão.²²⁸ Deste Lopo e daquele Rui/Rodrigo poderão descender os verdadeiros Rocha que mais tarde aparecem no Sul.

X Aguiã, Calheiros, Barbosa e Malheiro

A Margarida da Rocha e seu marido Pedro Anes Barreto, casados cerca de 1485, dá Alão apenas um filho: Gonçalo da Rocha, o *Beçudo*, casado com Isabel Barbosa, já referidos no nº IV. Gaio também dá este Gonçalo, acrescentando-lhe confusa e erradamente duas irmãs.²²⁹ Nascido cerca de 1486 e falecido cerca de 1549, este Gonçalo da Rocha, o *Beçudo*, é o homónimo que em 1529 era recebedor da Alfândega de Viana.²³⁰ E o Gonçalo da Rocha que D. João III nomeou juiz e selador da alfândega de Caminha²³¹ e juiz das sisas desta vila.²³² Casou cerca de 1516 com sua parente Isabel Barbosa, nascida

²²³ CMI, 42, 13.

²²⁴ CMI, 10, 128.

²²⁵ CMI, 23, 29.

²²⁶ CMI, 25, 33.

²²⁷ CMI, 8, 66.

²²⁸ CMI, 12, 6.

²²⁹ Margarida da Rocha, que aí diz casada com Gaspar Martins Valente, que remete para o título Macieis, §13, onde não consta, nem neste nem noutros parágrafos. E Maria Dias, que não sabe com quem casou mas diz mãe de um Baltazar da Rocha. No entanto, adverte que esta Maria Dias fazemos outros filha de Genebra da Rocha e seu marido Gaspar Martins Maciel. Na verdade, a mulher de Gaspar Martins foi Genebra da Rocha, já tratada, pais de Margarida da Rocha casada com Rui Lopes de Aguiã.

²³⁰ A 4.11.1529 Aires Pires Cabral deu conhecimento de que recebeu de Gonçalo da Rocha, recebedor da alfândega de Viana, 24.800 reais de seu mantimento (CC, II, 159, 91).

²³¹ C.JIII, 62, 169v; e 68, 80.

²³² C.JIII, 69, 150.

cerca de 1490, que se documenta filha de Rui Dias (de Aguiã), por quem teve a quinta de Guilhafonce, em Valdevez, e prazos em Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença e Valdevez, como se documenta na renovação ao filho Francisco, tal como já ficou dito. A 15.5.1531, como também já ficou referido, o mosteiro de Lorvão fez tombo do prazo do casal de Baltar, na freguesia de Stª Ovaia de Gundar (Vila Nova de Cerveira), que então trazia Gonçalo da Rocha, fidalgo, e sua mulher Isabel Barbosa, moradores em Viana, que pagavam 900 reais de foro.

Isabel Barbosa era filha de Rui Dias (de Aguiã), senhor dos ditos prazos, como também se documenta na renovação ao neto Francisco, e de sua mulher Beatriz Barbosa, senhora da quinta de Guilhafonce, em Valdevez. Como Rui Dias terá nascido cerca de 1450 e sua mulher Beatriz Barbosa cerca de 1460, e Isabel Barbosa, a única filha que as genealogias dão ao casal, nasceu cerca de 1490, Rui Dias e Beatriz Barbosa terão feito um casamento tardio, sobretudo para ela, o que aliás se adequa a terem tido apenas uma filha. Em alternativa, tiveram um casamento menos tardio e Isabel Barbosa teve vários irmãos mais velhos que morreram novos. De resto, a própria Isabel Barbosa também teve um matrimónio algo tardio, pois terá casado com cerca de 26 anos. Do que não se pode duvidar, por estar bem documentado, é que Isabel Barbosa era filha de Rui Dias e neta materna de Fernão Gonçalves Barbosa.

Está contudo envolta em incertezas a origem dos Aguiã ou Aguião, da freguesia deste nome no termo dos Arcos de Valdevez. O mais antigo que as genealogias tardias dão a esta família é um Diogo Lopes de Aguiã, que não se documenta, pelo menos assim. Contudo, tendo o locativo Aguiã/Aguião sido claramente tomado da freguesia do mesmo nome, é quase certo que este Diogo Lopes, a ter existido como tudo indica, apenas se poderia documentar assim, ou seja, como Diogo Lopes, sem o locativo.

Este Diogo Lopes nasceu entre 1390 e 1400.²³³ Ora, na sua época documentam-se muitos indivíduos chamados Diogo Lopes. Será que algum destes poderia ser o de Aguiã/Aguião?

Antes de esclarecer esta questão, convém dizer que se documenta um Pedro Lopes de Aguiã, escudeiro da Casa de D. Afonso V, que este rei a 24.2.1440 nomeou para o cargo de recebedor da sisa do pescado e madeira da cidade de Lisboa, em substituição de Álvaro Afonso, que o não podia servir, recebendo mensalmente 17.500 libras, além de 35 libras por ano para o aluguer da sua casa.²³⁴ Por esta carta se entende, portanto, que Pedro Lopes de Aguiã não era de Lisboa, pois recebeu subsídio para aí alugar casa. Poderia ser de Valdevez? Se fosse, e se entendermos Aguiã por Aguiã, este Pedro Lopes podia ser irmão de Diogo Lopes. Sendo que Pedro Lopes podia ser pai do Rodrigo de Aguiã, morador em Ponte de Lima, escudeiro de Leonel de Lima, a quem a 12.10.1471 D. Afonso V privilegiou pelos serviços prestados na conquista da vila de Arzila, concedendo-lhe todas as honras, privilégios, liberdades e franquezas dos vassallos régios, posto que vassalo não fosse.²³⁵

Analisando os Diogo Lopes que viveram nesta cronologia, apenas um poderia ser o de Aguiã/Aguião: o Diogo Lopes que foi tabelião do cível e crime em Ponte de Lima e morreu em 1472, documentado quando a 13 de Outubro desse ano D. Afonso V nomeou Vasco Esteves, criado de Leonel de Lima, para o cargo de tabelião do cível e crime em Ponte de Lima e seu termo, em substituição de Diogo Lopes, que morrera.²³⁶

Contudo, julgo que este Diogo Lopes era o da freguesia de Stª Eufémia de Calheiros (Ponte de Lima), que se documenta a 20.2.1464, quando D. Afonso V concedeu carta de privilégio a Diogo Lopes,

²³³ Gaio diz que Diogo Lopes pagava de foro um vintém ao mosteiro de Stª Ana de Viana, coisa que não consegui documentar. Mas, a ser verdade que um Diogo Lopes, de Aguiã, pagava este foro, deve tratar-se de um neto homónimo deste Diogo Lopes, porque isso implicava que ainda estava vivo pelo menos em 1510, quando esse mosteiro foi fundado, o que é impossível.

²³⁴ CAV, 20, 33.

²³⁵ CAV, 22, 46v.

²³⁶ CAV, 29, 201v.

escudeiro, morador em Calheiros, termo de Ponte de Lima, para todos os amos, mordomos e apaniguados da comarca e correição de Entre-Douro-e-Minho.²³⁷

Para além do que dizem as fontes secundárias, com especial destaque para o *Memorial de Calheiros*²³⁸, a genealogia dos Calheiros para esta cronologia fica sobretudo documentada nos quatro indivíduos que em 1528 e 1529 tiveram cartas de armas para Calheiros. Três deles foram os irmãos Diogo Lopes Calheiros²³⁹, Garcia Lopes Calheiros e Simão Lopes Calheiros, que as receberam a 3, 4 e 7 de Agosto de 1528, respectivamente.²⁴⁰ Todos se dizem filhos de Gonçalo Lopes, netos de Diogo Lopes e bisnetos de Garcia Lopes de Calheiros. Diogo Lopes não refere onde vive, seu irmão Garcia Lopes diz-se morador em Ponte de Lima e Simão Lopes morador em Santarém. O quarto foi Garcia Lopes de Calheiros, que a teve a 11.8.1529, dizendo-se morador em Ponte de Lima, filho de Diogo Lopes de Calheiros e neto de Garcia Lopes de Calheiros.²⁴¹

Aparentemente, este último Garcia Lopes seria tio dos outros, portanto irmão de Gonçalo Lopes, ambos filhos de Diogo Lopes e netos de Garcia Lopes. Mas outros documentos fundamentais, bem anteriores, vêm questionar esta aparência. Com efeito, a 6.3.1426 D. João I legitimou Garcia Lopes, filho de outro Garcia Lopes, de Calheiros, sendo casado, e de Margarida Anes, mulher solteira.²⁴² Acresce que a 4.12.1415 o mesmo rei doou a Garcia Lopes de Calheiros a terra de Bural, no almoxarifado de Ponte de Lima.²⁴³ E a 5.1.1386 doou para sempre, para si e seus sucessores, a Garcia Lopes de Calheiros, morador em Ponte de Lima, todos os bens móveis e de raiz que em Portugal tinha Lopo Gomes de Lira, meirinho de Entre-Douro-e-Minho, que os perdera por estar em desserviço.²⁴⁴

Este conjunto documental estabelece um Garcia Lopes original²⁴⁵ que dificilmente nasceu depois de 1365 e ainda vivia em 1426, partindo do princípio, perfeitamente aceitável, de que os Garcia Lopes referidos são o mesmo. Quer isto dizer que seus filhos Diogo Lopes, o legítimo, e Garcia Lopes, o legitimado, teriam nascido entre 1390 e 1410, aproximadamente.

Assim sendo, Gonçalo Lopes, filho do antedito Diogo Lopes, pode ter nascido entre 1420 e 1445. Alão só dá a Diogo Lopes o filho Gonçalo. Mas se o Garcia Lopes da carta de armas de 1529 fosse irmão deste Gonçalo, mesmo mais novo e tardio, não devia ter nascido depois de 1445, pelo que se tivesse nascido neste ano teria 84 anos quando teve carta de armas. Não é impossível, mas não é provável. Acresce que este Garcia teve a carta de armas um ano depois dos que assim seriam seus sobrinhos, o que também se estranha. Tudo conjugado, julgo que o Garcia Lopes que teve a carta de armas em 1529 não era tio dos outros. Tanto mais que Alão, embora não refira o Garcia Lopes da carta de armas de 1529, dá um filho Diogo Lopes a um Garcia Lopes, que não entronca e portanto não identifica com o da carta de armas de 1528. Ora, o Garcia Lopes de 1529 era, como ele próprio diz, filho de Diogo Lopes e neto de Garcia Lopes de Calheiros, pelo que devia ser desta linha que Alão não entronca. Sendo que este Garcia Lopes

²³⁷ CAV, 14, 95.

²³⁸ Escrito por Diogo Lopes Calheiros, provedor da Misericórdia de Viana em 1568.

²³⁹ Certamente o autor do *Memorial de Calheiros*, que nasceu em 1493, como ele próprio refere, ao dizer que tinha 17 anos quando em 1510 acompanhou a Arzila, como pajem, o visconde de Vila Nova de Cerveira D. Francisco. Embora a seguir acrescente que no ano de 1568, em que escrevia, tinha 84 anos, o que leva o seu nascimento para 1483/4. Mas acredito que não sabia ao certo que idade tinha, coisa muitíssimo comum na época, e fez mal as contas. Ou seja: acho mais de fiar a informação de que era pajem e tinha 17 anos em 1510.

²⁴⁰ CJIII, 17, 115v e 116v.

²⁴¹ CJIII, 17, 145v.

²⁴² CJI, 4, 100.

²⁴³ CJI, 3, 153v.

²⁴⁴ CJI, 1, 148v.

²⁴⁵ No qual, aliás, o *Memorial de Calheiros* começa a genealogia da família.

(avô do Garcia Lopes de 1529) deve ser o legitimado em 1426. O que faria o Garcia Lopes de 1529 primo no 2º grau de consanguinidade dos três irmãos de 1528.

Como ficou dito, o Diogo Lopes filho do mais antigo Garcia Lopes terá nascido entre 1390 e 1410, provavelmente mais chegado a esta última data, o que implicava um casamento tardio do pai ou muitas irmãs mais velhas. Deve portanto ser o Diogo Lopes, escudeiro, morador em Calheiros, que em 1464 teve carta de privilégio, como ficou dito. Assim como o Diogo Lopes que foi tabelião do cível e crime de Ponte de Lima e morreu em 1472. E ainda o Diogo Lopes, de Calheiros, morador no termo da vila de Ponte de Lima, a quem a 16.12.1471 D. Afonso V perdoou a justiça régia, o degredo e a pena por o ter quebrado, a que tinha sido condenado para Ceuta, por querelas que dele deram Gonçalo Rodrigues de Araújo e Rui Quiteiro, juízes, na sequência do perdão geral outorgado aos homiziados que serviram na armada e tomada da vila de Arzila e cidade de Tânger, bem como mediante o perdão das partes, obtido por instrumentos públicos de perdão de 12 e 30 de Janeiro e 7 de Fevereiro de 1470.²⁴⁶

E seu filho Gonçalo Lopes teria nascido cerca de 1445, não podendo portanto ser o Gonçalo Lopes, criado do duque de Bragança, que a 5.8.1451 foi nomeado por D. Afonso V para o cargo de juiz dos órfãos na vila de Viana do Lima e seu termo, em substituição de Afonso Esteves, que renunciara.²⁴⁷

Acresce que Gaio dá a Diogo Lopes uma irmã chamada Leonor Lopes, que diz ter casado em Caminha com Pedro de Fife (que na verdade deve ter sido Pedro Rebello, de Afife), sendo estes, nomeadamente, pais de João Rebello de Calheiros e António Pires Calheiros. O que parece certo, pois estes tiveram cartas de armas para Calheiros, João a 11.8.1526 e António a 20.8.1529²⁴⁸, ambos moradores em Caminha. As cartas não referem a filiação deles, mas, ao contrário do que acontece com os primos, a ambos são dadas as armas com brica, o que significa quebra de varonia.

Estabelecido este quadro, ocorre perguntar: será que o Diogo Lopes (Calheiros) é o mesmo Diogo Lopes que as genealogias tardias dão como progenitor dos Aguiã/Aguião?

O locativo Calheiros não estaria, na época, ainda bem estabelecido como apelido propriamente dito. Sendo que nesta cronologia vários são os indivíduos que se documentam sem indicação do nome da respectiva linhagem. O mesmo se passando certamente com os Aguiã. Assim, o escudeiro Diogo Lopes, morador em Calheiros, tabelião do cível e crime de Ponte de Lima, bem podia ser o Diogo Lopes progenitor dos Aguiã, portanto filho de Garcia Lopes e primo co-irmão do já referido Pedro Lopes de Aguiã, como direi adiante.

Gaio não refere, pelo menos correctamente, nenhum destes documentados. Já Alão, não só refere as cartas de armas, as doações e a legitimação, como apresenta uma genealogia conforme o que dizem estes documentos. Com efeito, começa a linhagem no mais antigo Garcia Lopes, que não filia, dando-lhe um filho legítimo, Diogo Lopes, e um legitimado, Garcia Lopes. A Diogo Lopes dá Alão apenas o filho Gonçalo Lopes (que diz casado com Isabel de Amorim, "*segundo parece*"), dando este como pai de Diogo, Garcia, Simão e Francisco Lopes Calheiros.

Portanto, Alão, tal como o *Memorial de Calheiros*, não estabelece ligação entre o Garcia Lopes mais antigo (2ª metade do séc. XIV e primeira do XV) e os Calheiros que se documentam no séc. XIII e primeira metade do XIV. Gaio, embora avisando que não é certo, filia o Garcia Lopes mais antigo num Lopo Sanches e este em Sancho Martins.

É de salientar aqui que toda a documentação sobre o Garcia Lopes mais antigo nunca o refere sequer como escudeiro, ao contrário do que é costume invariável quando o são. Donde se pode concluir que

²⁴⁶ CAV, 17, 42v.

²⁴⁷ CAV, 11, 125.

²⁴⁸ CJIII, 17, 109.

este Garcia Lopes mais antigo não o era nem tinha, portanto, o estatuto de fidalgo chefe de linhagem, mesmo da pequena nobreza. Aliás, Gaio diz que este Garcia Lopes só herdou a quinta de Calheiros mais tarde, por extinção da linha de seus parentes. E esta circunstância, a par da incerteza e desconhecimento genealógicos, faz-me suspeitar de que Garcia Lopes era um bastardo. Ora, a 12.11.1413 D. João I legitimou Pedro Lopes e Garcia Lopes, filhos de Lopo Esteves, abade de S. Martinho de Mouros, e Branca Gonçalves, mulher solteira.²⁴⁹ Será que estes eram o Garcia Lopes mais antigo e o Pedro Lopes de Aguiã, escudeiro da Casa de D. Afonso V, que em 1440 este rei nomeou recebedor da sisa do pescado e madeira de Lisboa?

O Garcia Lopes mais antigo terá nascido antes de 1365, pois em 1386 já recebeu os bens que tinha em Portugal Lopo Gomes de Lira, como ficou dito. Para tanto, esteve certamente em Aljubarrota (14.8.1385), embora pudesse então ter 20 anos (afinal, Nuno Álvares Pereira tinha apenas 26). E teria cerca de 48 anos quando em 1413 foi legitimado e 61 anos quando em 1426 legitimou o filho Garcia.

Seu proposto irmão Pedro Lopes podia ser mais novo e ter nascido cerca de 1370. Ainda assim, para ser o antedito Pedro Lopes de Aguiã teria 70 anos quando em 1440 foi nomeado recebedor da sisa do pescado e madeira de Lisboa, o que não é crível, porque a aposentação era então justamente aos 70 anos. Contudo, dada a fixação do patronímico Lopes que se verificou na descendência do Garcia Lopes mais antigo, será que o Pedro Lopes de Aguiã nomeado em 1440 era filho do Pedro Lopes legitimado em 1413?

Se o Garcia Lopes de Calheiros de facto foi filho do abade de S. Martinho de Mouros Lopo Esteves, então este abade poderia ser filho de um virtual Estêvão Martins, irmão de Sancho Martins, senhor da quinta de Calheiros.

Voltando aos Aguiã, dizem as genealogias que do mais antigo Diogo Lopes foram filhos Lopo Dias, senhor da quinta de Aguiã, e Rui Dias, senhor da quinta de Guilhafonce, também no termo dos Arcos de Valdevez, por casamento. Estes Lopo Dias e Rui Dias terão, na cronologia apontada, nascido entre 1440 e 1450, tal como seu proposto irmão mais velho Gonçalo Lopes (Calheiros).

O Lopo Dias bem podia ser o escudeiro da Casa de D. Afonso V que a 26.11.1481 o príncipe herdeiro D. João nomeou para o cargo de chanceler da Chancelaria régia na correição e comarca de Entre-Douro-e-Minho.²⁵⁰ E Rui Dias bem podia ser o Rui Dias, escudeiro de Leonel de Lima, que a 3.6.1469 D. Afonso V recebeu como escudeiro da sua Casa, sob sua guarda e encomenda, com todas as honras, liberdades e franquezas dos escudeiros régios.²⁵¹ De sublinhar que Leonel de Lima, futuro 1º visconde de Vila Nova de Cerveira (7.5.1476), era então senhor de juro e herdade de Valdevez, Fraião, Stº Estêvão e S. Martinho, jurisdições que lhe foram confirmadas a 31.3.1454.²⁵² Rui Dias seria ainda o *Rui Dias, da Quintã, escudeiro*, que Diogo Lopes Calheiros, no seu *Memorial*, diz ter ido em 1510 com o visconde de Vila Nova de Cerveira a Arzila.

Tendo tudo isto em consideração, Lopo Dias provavelmente só foi senhor da quinta de Aguiã por morte, sem geração, de seu proposto primo (no 3º grau, pois os avós seriam irmãos) o antedito Rodrigo de Aguiã, morador em Ponte de Lima, também escudeiro de Leonel de Lima, falecido depois de 1471, ano em que se documenta.

Dos Aguiã não é conhecida nenhuma heráldica, pois usaram as armas dos Rocha, de quem também descendem. Segundo as genealogias, ao antedito Lopo Dias (de Aguiã) sucedeu seu neto Garcia Lopes,

²⁴⁹ CJI, 3, 157.

²⁵⁰ CAV, 26, 147.

²⁵¹ CAV, 31, 58.

²⁵² CAV, 10, 35v.

e a este seu neto Gonçalo Lopes, pai de outro Gonçalo Lopes (tudo onomástica usada pelos Calheiros), tendo este casado com sua prima Margarida da Rocha, co-herdeira da quinta de Cazal-Soeiro, em Vila Fonche (Arcos de Valdevez), passando a descendência a usar o nome Rocha.²⁵³ Esta Margarida da Rocha era filha de Álvaro da Rocha²⁵⁴ e sua mulher Ana de Araújo; e neta paterna dos já referidos Rui Lopes de Aguiã e sua mulher Margarida da Rocha. Aquela Ana de Araújo, co-herdeira da quinta de Cazal-Soeiro, era irmã de Fernão Velho de Araújo²⁵⁵, principal herdeiro da quinta de Cazal-Soeiro e sucessor no padroado da igreja de Vila Fonche.

Quanto a Rui Dias, é preciso ainda não esquecer que teve, como já ficou dito, vários prazos do mosteiro de Lorvão, nomeadamente o do Remudo, no lugar do Outeiro, na freguesia de S. João de Parada (Valdevez), do casal de Parada, na freguesia de S. Miguel de Fontoura (Valença), de uma terra e devesa na freguesia de Seixas (Caminha), e do casal de Baltar, na freguesia de St^a Eulália de Gundar (Vila Nova de Cerveira), como se documenta. Bem como a quinta de Guilhafonce, no termo de Valdevez, que teve por sua mulher Beatriz Barbosa, nascida cerca de 1460, que na já referida inscrição da casa dos Luna, em Viana, consta como filha de Fernão Gonçalves Barbosa, uma vez que sua neta é aí dita bisneta deste Fernão Gonçalves. Beatriz Barbosa era, portanto, a mais nova dos cinco irmãos que o morgado de Aborim Álvaro Barbosa diz que tinha.

²⁵³ A 20.8.1638 teve carta de familiar do Santo Ofício (*TSO, CG, Habilitações, Agostinho, mç. 1, doc. 8*) Agostinho da Rocha, morador na sua quinta de Bacelar, no termo de Valença, casado com sua prima Maria de Souza. No respectivo processo diz-se que ele era filho de Álvaro Nunes da Rocha, senhor e natural da dita quinta, e de sua mulher Francisca da Rocha, natural da quinta de Cazal-Soeiro, junto à vila dos Arcos; neto paterno de Agostinho Nunes, abade de Cerdal, e Branca Cerneira; e neto materno de Álvaro da Rocha e sua mulher Ana de Araújo, natural da dita quinta de Cazal-Soeiro. A mulher, Maria de Souza, era filha de António Dias e sua mulher Susana da Rocha; neta paterna de Francisco Dias e sua mulher Maria Fernandes; e neta materna de Gonçalo Lopes e sua mulher Margarida da Rocha, natural da dita quinta de Cazal-Soeiro, sendo esta Margarida filha dos anteditos Álvaro da Rocha e sua mulher Ana de Araújo. Verifica-se aqui que Gonçalo Lopes, de Aguiã, não usava este locativo como apelido, certamente a razão por que a descendência usou o nome (e armas) Rocha.

²⁵⁴ Certamente o Álvaro da Rocha que foi tabelião dos Arcos de Valdevez (CSleHI, 1, 164v) e talvez o homónimo que foi tabelião de Viana (CJIII, 51, 168v).

²⁵⁵ Pai de António Fernandes de Araújo, senhor de Pedras Rubias, na Galiza, que instituiu na quinta de Cazal-Soeiro o morgadio de St^a Bárbara, em que nomeou seu sobrinho o Capitão António de Araújo e Castro; de Belchior de Araújo e Castro que casou com Isabel Pereira Soares, pais daquele capitão; e do doutor João de Araújo e Souza, cônego (pelo mesmo desde 1620) e deão (pelo menos desde 1631) da Sé de Viseu, que em 1644 trasladou os restos mortais de seu bisavô Pedro Álvares de Castro e de seu trisavô Gil de Castro na igreja de Vila Fonche (antiga Guilhafonxe ou Guilhafonce), com a seguinte inscrição: "*Sepultura de Pedro Alvares de Castro e de Gil de Castro Sr. de Mantelaens obit no anno de 1550 seu bisneto João de Araújo Deão de Viseu a fez mudar em 1644*". A data de 1550 só pode referir-se ao filho Pedro Álvares de Castro e não ao pai Gil de Castro. Pedro Álvares de Castro, no testamento (25.4.1506) do sogro Álvaro Rodrigues de Araújo é referido como Pedro Álvares de Cazal Soeiro, dizendo-se que tinha recebido em dote "*desasette mil reais, e a mulher vestida de dous vestidos de Londres, e suas camas de roupas*". Pedro Álvares de Castro nasceu cerca de 1470 e portanto faleceu velho em 1550, tendo casado cerca de 1499 com Maior Rodrigues de Araújo, que já casada foi legitimada por carta real de D. Manuel I de 20.1.1505, como filha de Álvaro Rodrigues de Araújo, comendador de Rio Frio, morador no concelho de Valdevez, e de Branca Afonso, mulher solteira, sendo legitimada a pedido de seu pai, segundo um público instrumento que apresentou, feito a 18.12.1504 por Fernão Gonçalves, tabelião público no julgado de Valdevez, sem prejuízo de herdeiros lídimos e outras quaisquer pessoas que algum direito hajam nos bens (CMI, PeL, LN, 1, 13v). Álvaro Rodrigues de Araújo (filho do senhor de Lobios Paio Rodrigues de Araújo) foi fidalgo e capitão da guarda do infante D. Henrique, comendador de Rio Frio (Valdevez) na Ordem de Cristo e senhor donatário das igrejas de Linhares e Guilhedezes (Valdevez). Teve vários filhos naturais, uns em Constança da Lama, legitimados por carta real de 1.9.1475, e outros na dita Branca Afonso, legitimados pela referida carta, sendo estes a referida Maior Rodrigues de Araújo e Fernão Velho de Araújo e Pedro de Araújo. O antedito Capitão António de Araújo e Castro, 1^o morgado de St^a Bárbara de Cazal-Soeiro e senhor de S. Tomé e Souza, na Galiza, foi sepultado em túmulo lavrado na igreja de Vila Fonche, com o seguinte epitáfio: "*Sepultura do Cap.am An.1.º de Ar.º e Castro, pr.º administrador do Morgado de Cazal-Soeiro, ano de 1623*". Casou a 1^a vez em Melgaço com Isabel de Castro e a 2^a vez, a 5.6.1605 em St^a Leucádia de Tamel, com sua prima Catarina da Costa Botelho, filha de Pedro de Araújo Cerqueira e sua mulher Isabel da Costa Botelho, moradores em Barcelos. Deste segundo matrimónio foi 4^o neto Francisco Luiz de Brito de Araújo e Castro (1733 - 1793), 8^o morgado de St^a Bárbara de Cazal-Soeiro, cavaleiro da Ordem de Cristo (25.5.1782), juiz e provedor de Ourém e Castelo Branco (2.4.1778), bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, etc., que casou em 1762 (Ourém) com D. Ana Luiza da Cunha Coutinho Ozorio e Alarcão de Portocarreiro (1737 - 1801), herdeira da chefia da linhagem dos Portocarreiro, 4^a senhora do palácio da Bandeirinha (Porto), 20^a senhora da torre de Portocarreiro (Vila Boa de Quires), 7^a morgada de S. Tiago de Melres (Gondomar), 12^a senhora da quinta do Paço, em Valpedre (Penafiel), etc., c.g. nesta casa.

Álvaro Barbosa, 1º morgado de Aborim (25.8.1478), nasceu cerca de 1452 e faleceu depois de 11.5.1500, quando o rei D. Manuel I fez mercê a Álvaro Barbosa, cavaleiro da sua Casa, em cada ano e dias de sua vida, de 4.650 reais, que era outro tanto como se achara por massa de 3 anos, que rendiam o direito chamado das cabeças e quantias que os judeus, em cada ano, pagavam em Ponte de Lima e Barcelos, os quais dinheiros lhe seriam pagos pelo rendimento das sisas do Couto de Tibães, do almoxarifado de Guimarães.²⁵⁶

O morgadio de Aborim foi instituído a 25.8.1478 em Ponte de Lima por este Álvaro Barbosa e sua mulher D. Maria Gonçalves, quando ainda não tinham filhos. Álvaro Barbosa é aí referido como escudeiro fidalgo e morador no julgado de Aguiar de Neiva, termo de Barcelos. O morgadio tinha cabeça na sua quintã de Aborim, na freguesia de Quintiães, no termo de Barcelos, que ele *"tinha de sua avoenga"*. Refere a instituição que Álvaro Barbosa era neto de Gonçalo Fernandes Barbosa, *"homem honrado tam possante que tinha desouto a vinte de cavallo e com tanto serviu continuamente elRei Don Joam na Batalha Real e outros lugares de cavalaria"*, e que dele ficaram cinco filhos legítimos e três bastardos, sendo o primogénito Fernão Gonçalves Barbosa, de quem era filho primogénito o instituidor. Acrescenta que seu pai, o dito Fernão Gonçalves Barbosa, *"ficou mais delgado de fazenda que não serviu salvo com cinco ou seis, e por seu falecimento elle Alvaro Barbosa que era seu filho maior partiu com cinco outros irmãos que lhe não ficou por onde podesse servir com dous"*. E por isso ele instituiu o morgadio, *"hora que a Deus aprouve de lhe dar alguma fazenda e disposição para a ter e haver por conservar sua possante linhagem e Figalguia e ficar e andar unida para melhor poder servir a Coroa Real"*.

O antedito Fernão Gonçalves Barbosa²⁵⁷, cavaleiro, senhor da honra de Aborim e do couto de Brandara, casou com Leonor Vasques Malheiro, nascida cerca de 1433, filha de Vasco Afonso Malheiro²⁵⁸, senhor da torre de Refoios, em Ponte de Lima, e de sua mulher Beatriz Anes, que tinha umas casas-torres na rua das Eiras (rua Chã), na cidade do Porto²⁵⁹; e neta de Diogo Afonso Malho ou Malheiro e de sua mulher.²⁶⁰ A 28.2.1444 Vasco Malheiro foi substituído por seu irmão Pedro Afonso Malheiro, morador em

²⁵⁶ CMI, 13, 31 a 32.

²⁵⁷ Vide o meu *"Ensaio sobre a origem dos Correa, senhores de Fralães. Séculos XIV e XV"*, 2005.

²⁵⁸ Irmão, nomeadamente, de Lopo (Dias) Malheiro casado com Beatriz Anes da Ponte, já referidos na nota nº 107. A 18.2.1451 D. Afonso V privilegiou Lopo Dias Malheiro, isentando-o de incorrer nas penas, perdas de privilégios e na obrigação de pagar os impostos e encargos, da mesma forma que estavam os que foram na batalha de Alfarrobeira ao lado do infante D. Pedro. Lopo Malheiro era (ou tinha sido) requeredor dos pedidos e serviços de Ponte de Lima quando a 6.7.1469 o rei confirmou, aprovou e ratificou a quitação para sempre a Lopo Malheiro, e a seus herdeiros, da quantia 2.735 reais que recebera dos ditos pedidos e serviços. Neste documento refere-se uma carta de quitação de 4.1.1469. Pela redacção, dá ideia de que Lopo tinha então falecido. Mas estava vivo a 4.4.1468, data em que Lopo Malheiro, escudeiro da Casa Real, teve do rei os bens móveis e de raiz que pertenciam a Rodrigo Afonso, morador em Miranda, e a Martinho Aires, morador em Murça, que os perderam por terem importado panos de cor sem os selarem e pagarem as respectivas dízimas. Portanto, devia ser outro, porventura seu filho, o Lopo Malheiro que foi procurador de Ponte de Lima às Cortes de Évora de 1482.

²⁵⁹ A 12.1.1456 Beatriz Anes, moradora nas suas casas-torres da rua das Eiras, na cidade do Porto, mulher de Vasco Afonso Malheiro, de Refoios, renunciou ao seu prazo do casal de Baldroegas, para nele ser empossado João Esteves – Colegiada de Cedofeita, Prazos originais, de 1400 em diante, K2164, cx. 167 (1ª), fol. 91v (informação que agradeço a D. João de Noronha Ozorio).

²⁶⁰ Gaio diz que Diogo Afonso Malheiro casou com Ana Furtado, filha de Frei Pedro Furtado, abade de S. Romão, onde instituiu uma capela, que era irmão do Martim Furtado que instituiu a capela de S. Sebastião na matriz de Ponte de Lima. Mas Diogo Afonso documenta-se em 1442 já casado com uma Constança Afonso, pois a 7 de Agosto desse ano D. Afonso V privilegiou João da Barca, morador em Ponte de Lima, que casara com uma criada de Constança Afonso, sogra de Diogo Afonso Malheiro, contador régio, a pedido da infanta D. Isabel, mulher do infante D. Pedro, isentando-o de ser posto por besteiro do conto, bem como da prestação de diversos encargos e serviços concelhios. E a 18.9.1456 Álvaro Dias Malheiro tirou em Braga ordens menores, onde consta como filho de *"Diego Afonso Malheiro e de sua mulher Costança Afonso, de Ponte de Lima desta diocese"*. Porém, em 1442 já eram adultos Vasco Afonso Malheiro, Pedro Afonso Malheiro e Lopo Dias Malheiro, filhos de Diogo Afonso Malheiro, os quais nasceram entre 1410 e 1415. Temos assim uma grande diferença temporal entre estes e Álvaro Dias Malheiro, que terá nascido cerca de 1440. Pelo que tudo indica que Diogo Afonso Malheiro tenha afinal casado duas vezes, a 1ª cerca de 1409 com Ana Furtado, de Ponte de Lima, e a 2ª vez cerca de 1439 com Constança Afonso, filha de outra Constança Afonso.

Ponte de Lima, no cargo de coudel desse lugar, por cinco anos.²⁶¹ E a 30.7.1446 D. Afonso V doou a Vasco Afonso Malheiro, escudeiro da Casa do infante D. Pedro, os bens de raiz que Gonçalo Afonso, cónego de Refoios do Lima, comprara sem licença régia por 2.000 reais de prata a Vasco Rodrigues, morador em Ponte de Lima.²⁶² Julgo que foi com esta doação que Vasco Afonso Malheiro entrou na posse da torre de Refoios, se é que não foi ele que a mandou fazer.²⁶³ Com efeito, seu pai Diogo Afonso Malho ou Malheiro apenas se documenta a viver na vila de Ponte de Lima, onde comprou casa. Como Diogo Afonso Malho, vassalo do rei e recebedor do almoxarifado de Ponte de Lima, teve a 7.5.1435 confirmação de uma carta real de 9.12.1434, assinada pelo escrivão Martim Gonçalves, por Lourenço Anes Riconado, contador de Ponte de Lima, e Lopo Rodrigues, almoxarife da dita vila. Nesta carta, Diogo Afonso Malho diz que tinha na rua da Sapataria, em Ponte de Lima, de uma casa que fora dividida, dois terços dela e que a queria aumentar e arranjar, acrescentando-lhe o restante terço da casa, mas este terço era do rei e estava emprazado a Fernando Anes Madriz. Com o consentimento deste, pediu ao rei para lhe trocar esse terço de casa por uma meia casa "*bem corregida*" que ele tinha nessa mesma rua, que comprara ao testamenteiro de Fernão Rodrigues, escudeiro, e tinha aforada em três vidas por 125 reais de prata anuais, a qual seria aforada ao antedito Fernando Anes Madriz, no que D. Duarte concordou, fazendo-se a troca e dando-lhe disso carta.²⁶⁴ A 16.4.1439 D. Afonso V concedeu carta de privilégio de vassalo para a correição de Entre-Douro-e-Minho a Diogo Afonso Malheiro, morador em Ponte de Lima.²⁶⁵ E a 19.9.1442 confirmou Diogo Afonso, cavaleiro, escudeiro do infante D. Pedro, no cargo de contador da comarca e almoxarifados de Guimarães e Ponte de Lima.²⁶⁶ A 23.12.1444 este Diogo Afonso Malheiro aparece como escudeiro e contador na vila de Ponte de Lima quando, a seu pedido, D. Afonso V perdoou o degredo a Maria Gonçalves, por ser ama de leite de seu filho.²⁶⁷ Foi depois vedor dos vassalos reais da vila de Ponte de Lima e seu termo, cargo de que foi destituído por ordenação régia, conforme se diz quando a 25.6.1450 foi nomeado o seu substituto Fernão Velho, cavaleiro da Casa Real.²⁶⁸ Não sei por que razão Diogo foi destituído, mas continuou como contador dos almoxarifados de Guimarães e Ponte de Lima, cargo que exercia a 20.9.1450, quando o rei lhe fez quitação de tudo o que despendeu e recebeu relativo aos anos de 1445 a 1448, de tudo o que recebeu das rendas, direitos e pedidos dos ditos almoxarifados, conforme apresentação do relatório de receitas e despesas.²⁶⁹

Enfim, depois de tudo equacionado, a hipótese de os Aguiã descenderem dos Calheiros não apresenta contradições e tem o mérito de explicar as incertezas genealógicas de forma minimamente compaginada com a documentação.

PORTO, 2011

²⁶¹ CAV, 5, 69v.

²⁶² CAV, 5, 67.

²⁶³ A torre de Refoios, hoje propriedade da condessa de Almada, pela sua estrutura original parece-me fernandina, mas pode ser uma construção arcaizante feita no reinado de D. João I. As opiniões técnicas sobre a construção da torre dividem-se: umas (José Custódio Vieira da Silva) datando-a do séc. XIII e outras (Luis Figueiredo da Guerra, Carlos de Azevedo e Carlos Alberto Ferreira de Almeida) justamente dos finais do séc. XIV ou inícios do séc. XV. A verdade é que, tanto quanto se sabe, a torre de Refoios, como tal, não se documenta antes de Vasco Afonso Malheiro.

²⁶⁴ CDI, 1, 212 e 212v.

²⁶⁵ CAV, 18, 32.

²⁶⁶ CAV, 38, 17.

²⁶⁷ CAV, 25, 3.

²⁶⁸ CAV, 34, 114.

²⁶⁹ CAV, 34, 162v e 163.